

PESQUISA INÉDITA

A maioria dos mineiros é favorável à privatização da CEMIG e COPASA

Este e outros temas relevantes foram apurados por pesquisa encomendada, com exclusividade, por MercadoComum

Pág. 57

Economia de Minas Gerais volta a ter desempenho inferior à média brasileira
Pág 36

COPOM eleva Selic para 15%. Decisão aumenta o custo no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada brasileira em cerca de R\$ 23 bilhões ao ano
Pág 70



No seu coração, na sua casa e na sua cabeça!



A 3 Corações é a marca de café mais lembrada em Minas Gerais, recebendo o prêmio TOP OF MIND na Categoria Excelência, a mais elevada, o que significa que obtivemos mais de 50% das respostas válidas e espontâneas dos entrevistados.



EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
JULHO DE 2025
32 ANOS - EDIÇÃO 347

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento

Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação

Fio do Bigode Comunicação
(31) 99503-4003

Publicidade e Área Comercial

MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:

Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir,
necessariamente, a opinião dos editores.
Proibida a reprodução parcial ou total sem
autorização prévia por escrito da direção desta
publicação. MercadoComum é uma publicação
independente, não associada a qualquer grupo
empresarial e não possui filiais/sucursais ou
representantes no país e no exterior*

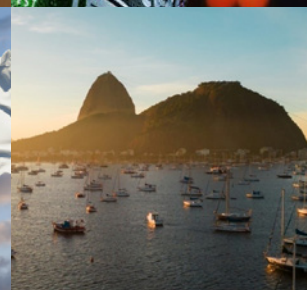
SUMÁRIO

4

*A Economia com Todas
as Letras e Números*

20

*Mundo
Empresarial*



36

*Debate
Econômico*

48

Especiais

63

Destaques

98

Opinião

*Confira o ponto
de vista de grandes
nomes do cenário
nacional, sobre
vários assuntos.*

81

Variedades

Brasil tem 1.266 cachaçarias e Minas Gerais segue líder, com 501 estabelecimentos, seguido por São Paulo e Espírito Santo



Minas Gerais é o estado brasileiro que tem mais estabelecimentos de cachaça no país, com 501, o que representa 39,6% do total do Brasil. O Estado já ocupava o topo do ranking no ano anterior.

Por mais que Minas Gerais seja o Estado com mais cachaçarias no Brasil, apresentou queda de 0,6% no número de estabelecimentos em 2024 em relação a 2023, quando tinha 504. O Ceará apresentou o maior crescimento absoluto, passando de 34 estabelecimentos elaboradores de cachaça em 2023 para 47 em 2024 –alta de 38,2% em 1 ano. A região Sudeste é a

que tem o maior número no país, com 828 estabelecimentos, o que representa 65,4% do total do Brasil.

CACHAÇARIAS NO BRASIL

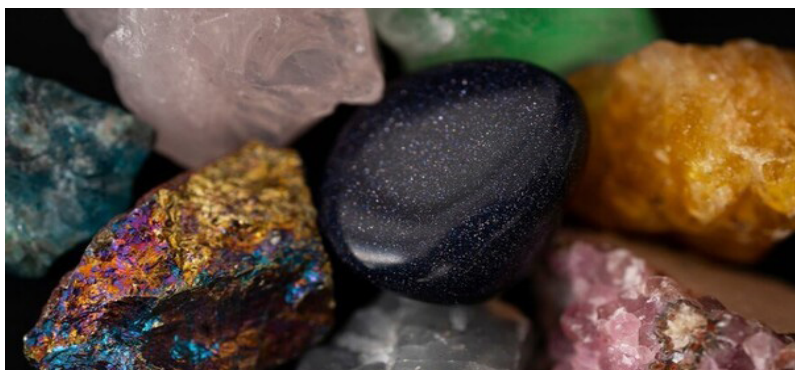
Ranking	Estado	Cachaçarias
1ª	MG	501
2ª	SP	179
3ª	ES	81
4ª	SC	73
5ª	RJ	67
5ª	RS	67
7ª	PB	55
8ª	CE	47
9ª	PR	43
10ª	GO	38

Fonte: Anuário da Cachaça 2025
- Poder 360. Infografe



Minerais críticos: Brasil tem 48 projetos e operações

Cobre é o mineral com mais empreendimentos no país, seguido por lítio e terras raras



O Brasil tem ao menos 48 projetos e operações de minerais críticos em andamento para impulsionar a produção de materiais necessários para tecnologias de baixo carbono. O levantamento feito pelo Ministério de Minas e Energia (MME) mostra que 20 deles já se encontram em operação, enquanto 28 ainda estão em desenvolvimento, sendo classificados pela pasta como em nível "pré-operacional".

"O governo brasileiro está comprometido em garantir que esses projetos sejam executados e operados de forma sustentável, com segurança para os trabalhadores, para as comunidades próximas e para o meio ambiente", disse a secretária nacional substituta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), Ana Paula Bittencourt, em evento do Fórum Econômico Mundial, realizado no Rio de Janeiro (RJ).

O mineral que conta com mais projetos e operações, conforme levantamento do MME, é o cobre, com 13 iniciativas: sete em nível operacional e seis em nível pré-operacional. Destaque para a Vale com três, todos no Pará: as minas de Salobo e Sossego, em Canaã dos Carajás, e o projeto do Alemão, em Parauapebas.

Em seguida, aparecem Ero Copper, com as operações Tucumã, no município de mesmo nome, no Pará, e Caraíba, em Juazeiro, na Bahia; e Oz Minerals/BHP, com os projetos Pantera, em Ou-

rilândia do Norte, e Pedra Branca, em Água Azul do Norte, ambos no Pará.

O lítio possui nove projetos e operações em andamento. A Atlas Lithium tem dois projetos: Neves, em Araçuaí (MG), e outro a ser desenvolvido na Bahia. A Lithium Ionic também tem dois projetos em desenvolvimento em Minas Gerais: Bandeiras, em Araçuaí, e Salinas, no município com o mesmo nome.

TERRAS RARAS

A lista do MME mostra as terras raras também com nove projetos e uma operação – a Mineração Serra Verde, em Minaçu (GO). Destaque para os dois projetos da Equinox Resources: Campo Grande, em Jequié, na Bahia, e Mata da Corda, em Lagoa Formosa, em Minas Gerais. Neste mineral, apenas um se encontra em operação, que é a Mineração Serra Verde, em Minaçu (GO).

Em seguida, vem o níquel, com oito ativos. A Anglo American vendeu suas operações Barro Alto e Codemin, em Goiás, para a chinesa MMG, por US\$ 500 milhões. A comercialização envolve ainda dois projetos futuros, que não aparecem na lista do MME: Morro Sem Boné, no Mato Grosso, e Jacaré, no Pará. A Vale também aparece na lista com sua operação Onça Puma, em Ourilândia do Norte (PA).

O grafite também possui oito projetos

e operações. A Viva Mineração desenvolve dois projetos em Minas Gerais: Bloco Norte e Bloco Sul, ambos em Jordânia. O estado da Bahia concentra cinco iniciativas.

Em operação, estão as minas Tejuco Preto, Da Paca e Califórnia, da Nacional de Grafite Ltda; e o Maiquinique, da Extrativa/Grafite do Brasil, e Graphcoa, da Columbia Exploração Mineral, controlada da Appian Capital Brazil, em Itagimirim.

Há ainda os projetos Ipirá, da Companhia Baiana de Grafite em parceria com a CBPM, no município de mesmo nome; e Capim Grosso, da Gratomic, também com o mesmo nome da cidade onde é desenvolvido.

O último mineral listado pela pasta é o cobalto, com apenas um projeto: Piauí Nickel, da Brazilian Nickel, em Capitão Gervásio Oliveira (PI), onde já funciona uma planta-piloto.

PLANGEO

A secretária do MME também ressaltou o Plano Decenal de Mapeamento Geológico e Levantamento de Recursos Minerais 2025-2034 (PlanGeo) e o Fundo de Minerais Estratégicos, criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar empresas juniores e de médio porte em projetos de exploração mineral, desenvolvimento e implantação de minas.

"O Brasil fornecerá os minerais que o mundo precisa para a transição energética, mas estamos convencidos de que há uma janela de oportunidade para o desenvolvimento da indústria de processamento mineral e para agregação de valor à nossa produção mineral. O mundo busca diversificar geograficamente a indústria de processamento mineral. Faz sentido que essa indústria seja estabelecida e cresça com base em energia renovável", finalizou Ana Paula Bittencourt.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil – 10.06

O novo ouro: mercado brasileiro de joias deve ultrapassar os US\$ 5 bi até 2029

Enquanto joalherias online se fortalecem em meio à demanda de peças de luxo, segmento nacional já é avaliado em US\$ 3,59 bilhões



Apesar de o consumo no mercado de luxo global ter apresentado uma leve redução em 2024, a América Latina segue em crescimento, com destaque para o Brasil e o México, como aponta pesquisa da Brain e a Fondazione Altagamma. Hoje, o mercado brasileiro de joias é avaliado em US\$ 3,59 bilhões e deverá atingir US\$ 5,34 bilhões até 2029, de acordo com uma projeção da Mordor Intelligence. Segundo a consultoria, o crescimento de joalherias pelo país é também devido ao e-commerce.

Antes, era comum o receio acerca da segurança ao comprar peças de luxo online, mas a globalização do e-commerce mudou a percepção dos clientes. Hoje, a acessibilidade aos sites, métodos de pagamentos diversificados, proteção reforçada e o aumento do poder aquisitivo de certos perfis de consumidores favorecem a compra. Para o segmento de luxo, essa foi uma mudança positiva no modus operandi.

“O crescimento da internet, em especial a expansão do e-commerce pós-2020, trouxe aos empreendedores novas possibilidades de potencializar os negócios sem perder a credibilidade. Esse modelo possibilita praticidade e personalização ágil, agradando um público que busca atendimento rápido, mas sem perder a qualidade e sofisticação. Do outro lado, donos de negócio conseguem alcançar diferentes públicos e ver sua receita aumentar de forma sustentável”, comenta Michael Han, diretor comercial da Verse Joaillerie, renomada joalheria online do país.

Para se ter uma ideia de como o e-commerce cresceu em grandes proporções: em 2013, o faturamento desse mercado no Brasil era de R\$ 31 bilhões; ano passado, foi de R\$ 200 bilhões, segundo dados da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico. Isso reflete um crescimento de mais de 500% em pouco mais de uma década.

A Verse Joaillerie é uma das que

transformou as vendas digitais no seu principal canal. Em 2010, já estava no mercado havia 40 anos, mas, ao transferir o negócio para o digital, viu sua operação crescer ano após ano. “Em 2025, estamos completando 15 anos online, repletos de aprendizados e conquistas, principalmente sobre empreender no e-commerce brasileiro de luxo. No primeiro ano, vendemos o que atualmente faturamos em uma semana. Ter tido esse começo mais brando, e em seguida um progresso acelerado, nos ensinou a ter perseverança no empreendedorismo e empenho em investir mais em produtos de qualidade aos clientes”, conta o diretor da Verse Joaillerie.

Outro ponto que impulsiona o crescimento do mercado de joias, segundo estudo da Mordor Intelligence, é a demanda por variedades e designs com pedras e metais preciosos, uma preocupação das joalherias para entregar singularidade às peças. A Verse Joaillerie, por exemplo, produz peças apenas feitas à mão, desde a seleção dos materiais até a confecção das joias, um diferencial e tanto no mercado.

Ainda que as preferências do consumidor tenham mudado bastante, as joalherias que sabem alinhar o perfil do cliente com seu portfólio têm se destacado. “Para desenhar as coleções, acompanhamos o que está em alta para entender a demanda do mercado, mas sempre damos preferência para designs atemporais e que conversem com o nosso público de forma única. Entregar autenticidade nas joias é uma missão importante para nós e é o que consolida nossa marca entre os clientes”, complementa Michael.

Brasileiro aposta em embalagens menores e prioriza escolhas premium dentro de casa

Estudo aponta combinação como chave para manter consumo no primeiro trimestre de 2025

No primeiro trimestre de 2025, os brasileiros reduziram o volume médio em 55% das categorias de bens de consumo massivo (alimentos, bebidas, higiene e beleza e limpeza do lar) compradas, mas aumentaram em média duas categorias dentro de seu carrinho, fazendo com que o número de unidades levadas para casa crescesse 1,8%. Os dados são do estudo Consumer Insights 2025, produzido pela Worldpanel.

Ao mesmo tempo, a busca por promoções alcançou 17,3% das compras, que reflete crescimento de 4,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Junto a isso, houve aumento maior nos preços dos produtos economy e mainstream do que nos itens premium – alta de 6%, 7% e 3%, respectivamente. Essa combinação fez com que o consumidor passasse a investir mais em produtos premium, que registraram alta de 8,3% em unidades no período.

Ainda dentro do contexto premium, a categoria de linguças se destacou como a que mais cresceu no segmento, com avanço de 77% em unidades. O estudo também revela que todas as cestas de Alimentos e Bebidas tiveram aumento em unidades acima do crescimento em volume, com destaque principal para Merceria Salgada (3,1%) e Merceria Doce (2,4%), mostrando que a escolha dos consumidores se deu, principalmente, pela adoção de embalagens menores.



As classes C e DE foram responsáveis pela maior expansão do consumo dentro do lar, com crescimento de 17,2% em frequência de compra em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. A classe AB, por outro lado, apresentou retração de 2,8% nas unidades adquiridas, conduzida por carrinhos menores e refletindo um comportamento mais contido mesmo com maior poder de compra.

“Diante do aumento de preços, o brasileiro vem mantendo o consumo dentro do lar por meio de estratégias de equilíbrio. Isso inclui mais frequência de compra, maior atenção a promoções e preferência por embalagens menores”, explica Vanessa Mateus, Gerente Sênior da Worldpanel.

O Consumer Insights, realizado pela Worldpanel, acompanha de forma contínua o comportamento de

consumo dos brasileiros, com foco em alimentos, bebidas, produtos de limpeza e itens de higiene e beleza. Para o estudo dentro de casa, foram consultados 11.300 lares, que representam 61 milhões de domicílios, de sete regiões metropolitanas – Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

A Kantar é líder mundial em dados e análises de mercado e uma parceira de marca indispensável para as maiores empresas do mundo, incluindo 96 dos 100 maiores anunciantes globais. Combinamos dados atitudinais e comportamentais mais significativos com profundo conhecimento e plataformas tecnológicas para acompanhar como as pessoas pensam e agem. Auxiliamos nossos clientes a desenvolverem estratégias de marketing que moldam seu futuro e promovem crescimento sustentável.

Minas Gerais irá colher 238 mil toneladas de tangerina ponkan em 2025

Safra deve crescer 3% em relação ao ano passado



É tempo de tangerina ponkan! Minas Gerais deve registrar este ano uma safra de 238,6 mil toneladas da fruta. O pico da colheita se concentra entre os meses de maio e julho. A previsão é de um crescimento de 3,1% em relação ao ano passado, de acordo com levantamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG). O estado é o segundo maior produtor do país, atrás apenas de São Paulo.

Popularmente chamada de mexerica, a tangerina apresenta diversas variedades. A ponkan é a mais conhecida. Ela ocupa uma área de 12,4 mil hectares em Minas Gerais e é cultivada principalmente por agricultores familiares. São 6.175 pequenos produtores mineiros que investem na fruta.

“A ponkan tem uma predominância da agricultura familiar por ser uma planta de fácil manejo, com uma produtividade alta por hectare. Isso traz um rendimento bom para os produtores”, explica o coordenador de Fruticultura da Emater-MG, Deny Sanábio.

Os três municípios com maior produção de tangerina ponkan em Minas são Belo Vale (região Central), Campanha (região Sul) e Brumadinho (região Metropolitana de BH). A fruta se adapta

bem em locais com temperaturas médias entre 20°C e 30°C.

“A cultura é encontrada em todo o estado. Porém, algumas regiões como o Sul, região Central, Zona da Mata e Campo das Vertentes têm maior concentração por causa do clima. No Norte e Nordeste de Minas, os plantios não são tão expressivos, devido às temperaturas mais altas. Mas também é possível produzir, principalmente com irrigação”, afirma o coordenador da Emater-MG.

VENDAS PELO PAÍS

Em Belo Vale, maior produtor de tangerina ponkan de Minas Gerais, a colheita esperada para este ano é de 34,6 mil toneladas. A área total do município ocupada com a fruta é de 2,1 mil hectares.

“Já lá que está o produtor Flávio Amaral Santos. Ele conta que a atividade é uma tradição na família. “É um plantio que vem passando de geração a geração. Começou com meu avô, produzindo laranja e mexerica ponkan nos anos 60. Depois disso, meu pai também começou a produção nessa área e, atualmente, eu estou junto com ele no mercado. Minha referência nesse trabalho é desde jovem, chegando da escola e ajudando no cuidado e na colheita. Tenho

orgulho da nossa história”, declara.

Atualmente a área plantada na propriedade da família é de 50 hectares. A colheita deste ano atrasou um pouco por causa da pouca chuva em fevereiro e março. Mas as expectativas são boas, com vendas para vários destinos do país.

“Para esse ano temos uma perspectiva de uma boa safra, com um ótimo valor agregado da fruta. Vendemos para São Paulo, Belo Horizonte, Uberlândia, Maceió, Teresina, Espírito Santo e Rio de Janeiro”, diz

CUIDADOS COM O GREENING

Em todas as principais regiões produtoras do estado, a Emater-MG alerta os produtores da importância de manter os cuidados para evitar a contaminação das lavouras pelo greening: a mais grave doença da citricultura, causada por uma bactéria. Nas plantas contaminadas, ocorrem a deformação dos frutos, maturação irregular, redução drástica na produtividade, além da morte das plantas. O recomendado é a eliminação imediata dos pés de tangerina diagnosticados com a doença.

O greening é disseminado pelo psílido: um inseto que pode transmitir a bactéria ao sugar a seiva das plantas de citros. Entre as medidas de prevenção está o controle do psílido, o uso de mudas saudáveis e de viveiros certificados, além da erradicação de pomares e plantas velhas, que não produzem mais, porém podem ser focos da doença.

Nas lavouras onde a doença esteja presente, é obrigatório eliminar as plantas que testaram positivo em amostras enviadas a laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura. O processo precisa ser realizado com a presença de representantes do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), órgão responsável de defesa vegetal no estado.

Governo mira taxas de VR e VA para aliviar conta de supermercados e restaurantes

O mercado brasileiro de vale-refeição (VR) e vale-alimentação (VA) movimentava cerca de R\$ 150 bilhões por ano, representando um importante componente da economia voltado à alimentação dos trabalhadores. No entanto, o setor enfrenta críticas crescentes quanto às altas taxas de desconto, conhecidas como MDR (Merchant Discount Rate), que podem ultrapassar 7% nas transações realizadas em bares, restaurantes e supermercados. Diante da pressão por redução desses custos — que impactam diretamente os preços ao consumidor e a saúde financeira dos estabelecimentos — o governo federal avalia impor um teto para essas taxas, possivelmente fixado em torno de 3,5%, em um movimento que pode alterar profundamente a dinâmica do setor.

A regulação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em conjunto com o Ministério da Fazenda, é o foco das negociações em curso. Entidades que representam as operadoras do setor, como a Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) e a Câmara Brasileira de Benefícios ao Trabalhador (CBBT), propõem não apenas a limitação das taxas, mas também a redução do prazo para repasse dos valores aos lojistas — que atualmente pode chegar a até 30 dias. Essa combinação de altos custos e atrasos tem impacto significativo, especialmente para pequenos negócios que operam com margens apertadas e dependem de liquidez imediata para se manterem.

No entanto, o debate sobre a redução das taxas não é simples. As empresas que operam os chamados “arranjos fechados” argumentam que as taxas mais elevadas refletem os



custos adicionais com fiscalização e credenciamento de estabelecimentos, necessários para garantir o cumprimento das regras do PAT, como a proibição da venda de bebidas alcoólicas com esses cartões. Já as companhias que atuam em “arranjos abertos”, semelhantes ao mercado tradicional de cartões, adotam estruturas e taxas diferentes, o que dificulta a padronização das regras e a formação de um consenso regulatório.

“Hoje, as taxas são elevadas e os prazos de repasse muitas vezes inviáveis, o que limita o acesso de quem mais precisa. Já existe um movimento no mercado para mudar esse cenário, mas uma legislação pode acelerar essa transformação. A regulação é bem-vinda porque traz segurança e equilíbrio — melhora a experiência para quem recebe o benefício e também para quem opera o sistema”, afirma Andre Purri, CEO da Alymente.

A pressão sobre o setor aumentou com a alta dos preços dos alimentos, que afetou diretamente o custo operacional dos estabelecimentos. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) denunciou que, somadas a outras tarifas — como antecipação

e administração —, as taxas podem chegar a até 15% do valor das vendas, o que acaba sendo repassado ao consumidor final. Em resposta, a Abras propôs que o governo assuma diretamente a operação do PAT, eliminando intermediários e promovendo uma economia estimada em R\$ 10 bilhões por ano. A proposta, no entanto, enfrenta resistência das empresas do setor, que ressaltam a importância de sua atuação para prevenir fraudes e assegurar a correta aplicação dos benefícios.

Em meio a um cenário fiscal delicado, marcado por pressões para corte de gastos e controle das contas públicas, a definição das novas regras do setor tem sido postergada. Uma reunião agendada para o fim de junho, que reunirá representantes do governo, operadoras, lojistas e outras partes interessadas, será decisiva para o futuro do VR e VA no país. O principal desafio será encontrar um equilíbrio entre a redução das taxas, a sustentabilidade financeira das operadoras e a garantia de um ambiente competitivo e justo — considerando a relevância social e econômica do programa para milhões de trabalhadores brasileiros.

Jovens redefinem prioridades trabalhistas: flexibilidade supera carteira assinada

Profissionais entre 16 e 24 anos trocam a segurança da CLT pela autonomia e busca por equilíbrio entre vida pessoal e emprego



O emprego com carteira assinada tem perdido espaço junto às novas gerações no Brasil. Uma pesquisa recente do Datafolha revela que 58% dos brasileiros já preferem trabalhar de forma autônoma. Entre os jovens de 16 a 24 anos, essa preferência é ainda maior, chegando a 68%, indicando uma mudança cultural significativa no panorama profissional do país. “A flexibilidade, mais do que a estabilidade ou o salário, desponta como a grande prioridade para essa fatia da população”, destaca Rodrigo Barreto, economista e professor de Administração da FEI (Fundação Educacional Inaciana)

A pesquisa Carreira dos Sonhos 2025, por exemplo, aponta que 41% dos entrevistados colocam a qualidade de vida acima da segurança financeira, um contraste importante com gerações anteriores. Além disso, um levantamento do Instituto Locomo-

tiva mostra que 63% dos brasileiros enxergam o registro em carteira como um obstáculo para o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. O crescimento das plataformas de transporte, entregas e e-commerce contribuiu para solidificar a ideia de que a autonomia pode ser mais vantajosa que a segurança de um emprego fixo.

Os impactos dessa tendência já são sentidos no dia a dia das empresas. De acordo com a Fiesp, mais de 20% das indústrias em São Paulo não conseguem preencher vagas abertas, e 77% classificam a contratação como “difícil”. O docente da FEI destaca que, apesar da necessidade de qualificar 2,2 milhões de profissionais até 2027, conforme aponta o Mapa do Trabalho Industrial, a participação de jovens no emprego formal do setor industrial caiu quase pela metade em duas décadas.

Para reverter esse cenário, eco-

nomistas apontam dois caminhos essenciais: o alívio dos encargos trabalhistas e a oferta de jornadas menos rígidas. Rodrigo Barreto enfatiza: “nos dias atuais, o tempo é o recurso mais precioso que temos; insistir em jornadas engessadas é receita certa para afastar bons profissionais. A rigidez dos modelos tradicionais de trabalho entra em choque direto com a busca por flexibilidade e qualidade de vida da nova geração de trabalhadores.”

No atual cenário, na avaliação de Barreto, salários mais altos e horários adaptáveis podem reconquistar essa geração e evitar que o apagão de mão de obra se agrave nos próximos anos. “A necessidade de se adaptar às novas expectativas dos jovens profissionais se torna crucial para as empresas que desejam atrair e reter talentos em um mercado de trabalho em constante transformação” finaliza Rodrigo Barreto.

Trump quer cortar os juros — e talvez também o presidente do Fed

O presidente americano está impaciente, e quem deve pagar o pato é Jerome Powell.

Mesmo com o mandato do atual presidente do Banco Central americano previsto para terminar só em maio de 2026, Trump já considera anunciar seu sucessor ainda neste ano.

O plano: Influenciar as expectativas do mercado e, de quebra, pressionar a autoridade monetária a cortar juros o quanto antes.

Trump nomeou Powell em seu primeiro mandato, mas nunca escondeu sua insatisfação com os “cortes tímidos” do Fed. Agora, critica abertamente o chefe do Fed — que chamou recentemente de “terrível” e de “QI baixo”.

O Fed mantém os juros entre



Reuters

4,25% e 4,5% desde dezembro. Trump pressiona por um corte de 2,5p.p.

Um anúncio precoce quebraria a tradição e aumentaria a pressão po-

lítica sobre o Fed — justamente em um momento em que a inflação cai e o mercado acompanha cada gesto da Casa Branca com atenção.

Fonte: The News

No Brasil, mais do mesmo



Já aqui, um artigo denso, o ex-ministro e renomado economista José Serra trata com densidade e ironia contida um tema estrutural: a perversidade de uma política monetária

que parece mais castigadora do que corretiva. Em um artigo publicado no Estado de São Paulo sob o título de “A perversidade do juro para o desenvolvimento” no dia 26 de junho, José Ser-

ra afirma que, “tendo a inflação acima da meta, o governo mantém juros reais em 9% ao ano, uma taxa que, mais que conter preços, trava a economia. O pretexto é “ancorar expectativas”, mas o efeito é o oposto: é estagnação produtiva, retração do investimento e concentração de renda.”

Segundo José Serra a política monetária no Brasil virou vício e serve à renda financeira e penaliza a criação de riqueza real. Num país onde 60% da riqueza é financeira e o índice Gini de patrimônio chega a 0,82, juros altos alimentam velhas fortunas e sufocam o trabalho. O problema já não é só técnico, é ético. E afirma que passar um ano com uma taxa real de 9% é crer que a violência do instrumento é um fim em si mesmo, não contra a inflação, mas contra a própria economia

Brasil lidera fuga de milionários na América Latina



A elite brasileira está arrumando as malas. O Brasil deve perder 1.200 milionários só em 2025, perda 50% maior em comparação com 2024 e que coloca o país como o 6º com maior êxodo de ricos no mundo.

A conta considera apenas pessoas com mais de US\$ 1 milhão em investimentos líquidos, e a estimativa é que US\$ 8,4 bilhões saiam do país com elas.

Enquanto uns saem de fininho, destinos como Emirados Árabes, Estados Unidos e Itália abrem os braços — e as contas bancárias — para receber a elite financeira.

POR QUE ISSO IMPORTA?

Essas saídas costumam ser um termômetro de alerta. Milionários são os primeiros a abandonar países

com instabilidade fiscal, insegurança ou incertezas políticas.

Os milionários levam com eles não só capital, mas também poder de influência, geração de emprego e investimentos locais.

Na última década, o Brasil viu sua população de milionários cair 18% — uma das maiores quedas globais.

Fonte: The News

O aumento da mistura de biodiesel no diesel



Em nota divulgada à imprensa, a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística) manifesta grande preocupação no tocante à decisão anunciada pelo governo federal no dia 25 de junho, que oficializou o aumento da mistura obrigatória de biodiesel no diesel comercializado no Brasil, de 14% para 15%, a partir de 1º de agosto.

A medida, aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e divulgada durante a cerimônia “Combustível do Futuro Chegou: E30 e B15”, realizada no Observatório Nacional da Transição Energética, na sede do Ministério de Minas e Energia, desconsidera os diversos alertas e as evidências técnicas apresentadas pelo setor de Transporte Rodoviário de Cargas ao longo dos últimos meses.

Segundo a nota, como principal entidade representante do Transporte Rodoviário de Cargas no país, a NTC&Logística reitera que o aumento do percentual de biodiesel traz impactos negativos já comprovados em diversos aspectos técnicos, operacionais, ambientais e econômicos.

Desde a elevação da mistura para

14%, em março de 2024, empresas de transporte vêm relatando problemas recorrentes, como o aumento expressivo dos custos de manutenção. Estudo técnico da própria NTC&Logística aponta que o prazo de troca de filtros de combustível foi reduzido pela metade, resultando em um aumento de mais de 7% nos custos de manutenção por veículo e impacto superior a 0,5% no custo total das operações. Em frota com 100 veículos, isso representa, ao longo de um ano, o equivalente ao valor de um caminhão novo.

Além disso, análises realizadas pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), por meio do documento “Estudos sobre o Biodiesel Brasileiro”, mostram que o biodiesel produzido no Brasil apresenta instabilidades importantes, com casos de contaminação já no momento de chegada às distribuidoras. Esse problema tem gerado obstrução de filtros, falhas mecânicas e aumento do risco de panes durante as viagens.

E acrescenta: a situação se agrava em regiões de clima frio. Segundo relatos de transportadores e reportagens especializadas, houve registros de cristalização do combustível e

congelamento de componentes, principalmente no Sul do país, levando à paralisação de veículos e gerando riscos diretos à segurança viária.

No aspecto ambiental, estudos conduzidos pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), também citados pela CNT, indicam que a elevação do teor de biodiesel pode causar aumento do consumo específico de combustível e da emissão de gases de efeito estufa, como CO₂ e óxidos de nitrogênio (NOx), além de perda de potência dos motores.

Do ponto de vista econômico, outro fator de preocupação é a pressão que o aumento do percentual de biodiesel exerce sobre o mercado da soja, principal matéria-prima para a produção de biodiesel no país. Esse crescimento na demanda por óleo de soja tende a impactar os preços dos alimentos e intensificar o cenário inflacionário.

Reitera, por fim, posicionamento da NTC&Logística segue alinhado ao de outras instituições representativas do setor, como a própria Confederação Nacional do Transporte (CNT), que, por meio de notas técnicas e estudos recentes, também defende a necessidade de cautela na definição de qualquer aumento no teor de biodiesel.

Diante da confirmação da medida, a NTC&Logística reforça que continuará atuando de forma firme e responsável, defendendo os interesses das empresas transportadoras e a segurança de todos que dependem do transporte de cargas no Brasil. A entidade seguirá cobrando que futuras decisões sobre a política de biocombustíveis sejam precedidas de estudos técnicos aprofundados, com a participação efetiva dos setores diretamente impactados.

Residências poderão escolher seu fornecedor de energia a partir de 2027

Abertura do mercado livre de energia elétrica promete mais economia e liberdade para os consumidores, mas exigirá atenção aos contratos.



A partir de dezembro de 2027, consumidores residenciais de todo o Brasil terão a oportunidade de escolher de quem comprar a energia elétrica que chega às suas casas. A mudança faz parte da nova etapa de abertura do mercado de energia elétrica, anunciada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que pretende estender o chamado mercado livre para todos os consumidores.

Atualmente, apenas grandes empresas e, desde 2024, consumidores de média e alta tensão, como escolas, restaurantes e varejistas, podem aderir ao mercado livre. Nessa modalidade, o consumidor pode negociar diretamente com fornecedores de energia, com possibilidade de economia significativa na conta de luz, que pode che-

gar a até 40%, segundo estimativas do setor. “Estamos diante de uma transformação histórica no setor elétrico brasileiro. A entrada das residências no mercado livre representa uma democratização no acesso à escolha, algo que antes era restrito a grandes consumidores”, avalia Uberto Sprung Neto, CEO da Spirit Energia, empresa especializada na migração e gestão de contratos nesse novo ambiente.

Segundo o MME, o objetivo da reforma é ampliar a concorrência, estimular a inovação e dar mais liberdade ao consumidor, “algo comparável ao que ocorreu com os mercados de telefonia e internet”, explica Sprung. No modelo tradicional, os consumidores são obrigatoriamente atendidos pela distribuidora local, sem poder de esco-

lha. Já no mercado livre, será possível optar por empresas que ofereçam melhores condições de preço e contrato.

Apesar das vantagens, Uberto alerta: “O mercado livre oferece muitas oportunidades, mas também exige mais atenção. Há variáveis como prazos contratuais, flutuações nos preços e riscos que o consumidor não está acostumado a administrar. Por isso, contar com uma assessoria especializada será fundamental para garantir que a decisão resulte, de fato, em economia e segurança”.

Para os consumidores de baixa tensão da indústria e do comércio, a abertura acontecerá antes: em agosto de 2026. A adesão será facultativa, e quem preferir poderá permanecer no mercado regulado, com tarifas definidas pela Aneel.

Outro ponto importante é que, mesmo migrando para o mercado livre, a energia continuará chegando pela rede da distribuidora local, que seguirá cobrando pelo uso da infraestrutura. Assim, o consumidor passará a ter dois contratos: um com a distribuidora e outro com a comercializadora varejista, empresa que intermedia a compra da energia diretamente dos geradores.

A Spirit Energia, com experiência na assessoria de grandes e médios consumidores, prepara-se agora para auxiliar também as residências nesse processo. “Nosso papel é garantir que o consumidor aproveite ao máximo os benefícios dessa abertura, com clareza, transparência e estratégia”, completa Uberto.

Do “bico” ao negócio: o novo perfil do autônomo brasileiro em 2025

Profissionais se reinventam com plataformas digitais e formalização cresce entre quem antes fazia ‘bico’ para complementar renda



O mercado de trabalho autônomo no Brasil passa por uma transformação silenciosa e profunda. Se antes o “bico” era visto como solução emergencial, hoje, milhares de brasileiros têm transformado atividades esporádicas em negócios estruturados. Segundo o IBGE, um terço dos 32,5 milhões de trabalhadores brasileiros atuando como autônomos, já registraram a sua empresa e possuem um CNPJ ativo.

A tendência é puxada por três fatores principais: maior digitalização e possibilidade de se trabalhar de maneira online, a busca por independência profissional e o papel facilitador das plataformas de serviços online, como a Cronoshare, que conecta clientes a profissionais de forma rápida e segura.

No momento de escolher entre candidatos para realizar um serviço, aqueles que apostaram pela formalização saem em nítida vantagem. De acordo com dados internos da Cro-

noshare, há um crescimento nítido nas contratações de profissionais com CNPJ ou MEI ativo. O dado revela um movimento importante: o brasileiro está profissionalizando o que antes era informal.

“Nos últimos anos, observamos um novo perfil de autônomo: ele investe em marca pessoal, cria pacotes de serviços, tem presença digital e busca plataformas para ampliar sua carteira de clientes”, afirma Carlos Alcarria, sócio-fundador da plataforma.

TENDÊNCIA: AUTÔNOMOS COM MENTALIDADE DE EMPRESA

Esse novo autônomo brasileiro busca se destacar oferecendo mais que o serviço básico. Exemplo disso são aqueles que, além de oferecer atendimento presencial, utilizam das oportunidades que a internet oferece para expandir seus negócios de maneira online. Oferecendo seus serviços para todo o Brasil, como professores, advogados, técnicos e até psicólogos.

Também existem aqueles que oferecem pacotes mais atrativos que contratações unitárias. É o caso de massagistas, consultores, personal trainers e nutricionistas. Para um serviço de massagem, por exemplo, é comum oferecer um desconto de 10% a 15% ao contratar um pacote de sessões.

PROFISSÕES MAIS PROCURADAS

Segundo levantamento da Cronoshare, os sete serviços mais solicitados por meio da plataforma entre janeiro e maio de 2025 foram:

*Massagens a domicílio
Cuidado de pessoas idosas
Limpeza e empregadas domésticas
Construção de Casas
Costureira e reparos de roupa
Pedreiros
Churrasqueiros*

DIGITALIZAÇÃO E SEGURANÇA AMPLIAM OPORTUNIDADES

Outro fator de crescimento é a percepção de segurança tanto para o contratante quanto para o profissional. Plataformas como a Cronoshare oferecem verificação de identidade, avaliações públicas e suporte ao cliente, o que gera mais confiança no processo de contratação e impulsiona o uso contínuo.

“O mercado informal sempre existiu, mas hoje ele está mais digital e mais competitivo. A tecnologia permite que o autônomo seja dono do próprio negócio, com mais controle e visibilidade”, reforça Carlos.

Margem Equatorial brasileira precisa ter pesquisas iniciadas

O processo de transição energética exige a coexistência de petróleo e gás com renováveis e vantagens para a Amazônia e toda a região Norte



O presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Roberto Ardenghy, defendeu as pesquisas para exploração de petróleo na Margem Equatorial, a mais nova fronteira exploratória brasileira em águas profundas e ultraprofundas. “Nós temos que fazer essa atividade exploratória, a perfuração, para que a gente possa trazer essa riqueza para o benefício da sociedade e do Norte do Brasil”, destacou ele, na abertura do Amazon Energy 2025 & 2º Evento Pré-COP IBP, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), nesta quinta-feira (25), em Belém (PA).

O processo de transição energética e a coexistência de petróleo e gás com as fontes renováveis de energia foram os temas centrais dos painéis de debates do evento, que tem como tema central ‘Integração energética para o progresso da Amazônia, com sustentabilidade e inclusão social’. Além do presidente do IBP, participaram da mesa de abertura o presidente da Fiepa, Alex Carvalho, e lideranças políticas, empresariais e acadêmicas.

“Bilhões de reais são pagos todos os dias em royalties e participações especiais e outros impostos, gerando muita atividade para as economias regionais; 17% do PIB bioindustrial brasileiro vêm do setor de óleo e gás”, afirmou Ardenghy, que também moderou o painel ‘Desenvolvimento Socioeconômico da Região Amazônica’. Segundo ele, o potencial das reservas em águas pro-

fundas brasileiras precisa ser considerado como um objetivo estratégico nacional. A Margem Equatorial brasileira tem potencial estimado de 30 bilhões de barris de petróleo, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“A evolução energética já começou. Mas o petróleo ainda fornece 80% da energia do mundo”, observou Ardenghy, comparando a transição com uma maratona longa. “Continuar explorando o subsolo com responsabilidade e eficiência é um compromisso com o desenvolvimento social e econômico”, assinalou.

Sobre eventuais riscos ambientais, o presidente do IBP lembrou que “todos os dias 3 milhões de barris de petróleo saem do pré-sal, na Bacia de Santos, sem deixar cair uma gota no mar. As empresas têm compromissos com a preservação. Todas cumprem as regras. Coitado país que deixa enterrado em seu subsolo riquezas inexploradas”, afirmou.

Participaram do primeiro painel Luiz Guilherme Moura Viana Diniz, gerente de Produção de Urucu da Petrobras; Fernando Flexa Ribeiro, diretor presidente da Companhia de Gás do Pará; e Renan Canedo, consultor técnico da empresa TGS DO BRASIL.

REGIÃO PARALISADA

O presidente da Fiepa, Alex Carvalho, disse que a Amazônia está anestesiada

por falta de um plano de desenvolvimento sustentável. “É impossível pensar em sustentabilidade ambiental sem pensar em desenvolvimento”, frisou. “Belém está de braços abertos para discutir verdades, ciência, tecnologia e inovação”, afirmou Carvalho, na abertura do evento.

Para o dirigente da Fiepa, a construção de uma lógica econômica voltada para o desenvolvimento sustentável exige união e força. “Precisamos estar fortalecidos para valorizar as ferramentas indutoras da transformação”, disse. “Hoje, existem empresas que acreditam no potencial brasileiro”, completou.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

No painel ‘A experiência exitosa de E&P no Brasil e a geração de benefícios para a sociedade’, Maria Izabel Magalhães Gomes Ramos, gerente de Soluções Baseadas na Natureza da Petrobras, destacou as iniciativas da empresa na área ambiental. O programa ProFloresta+, em parceria com o BNDES, que promove a restauração de áreas degradadas na Amazônia, está entre os mais importantes. Segundo ela, o ProFloresta busca recuperar até 50 mil hectares de floresta, com a meta de capturar cerca de 15 milhões de toneladas de carbono.

Alexandre Viana Gebara, secretário executivo do Conselho Gestor do Fundo Soberano – COGEF do Estado do Espírito Santo, falou sobre os programas de desenvolvimento de longo prazo garantidos pelos royalties do petróleo. “Trata-se de uma poupança intergeracional. O Fundo Soberano do Espírito Santo registrou um saldo de R\$ 2 bilhões em junho de 2025”, disse Gebara.

O presidente do IBP ressaltou que a experiência do Espírito Santo com o Fundo Soberano é muito importante para a recapacitação das comunidades e economias regionais. “Os recursos dos royalties devem ser redirecionados para a reinvenção do município”, disse.

IOF - Governo havia aprovado decreto inconstitucional

Com aval da maioria dos deputados, Congresso reage ao avanço de tributos por decreto e reacende debate sobre abuso fiscal e insegurança jurídica



Em uma reação considerada histórica e rara no Legislativo brasileiro, a Câmara dos Deputados aprovou no dia 25 de junho a derrubada do decreto que aumentava as alíquotas do IOF em operações de crédito, câmbio e seguro. Com 383 votos favoráveis e apenas 98 contrários, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL 314/25) anula os efeitos do Decreto nº 12.466/2025, editado pelo presidente Lula para elevar a arrecadação federal. A medida segue agora para o Senado e representa um duro recado do Parlamento contra o uso do sistema tributário para fins arrecadatórios sem a devida autorização legislativa.

A decisão do Congresso foi embasada por críticas técnicas e jurídicas à medida do governo, que, segundo especialistas, teria distorcido a função do IOF, imposto de natureza regulatória, ao transformá-lo em instrumento fiscal. Para juristas, o decreto desrespeita a Constituição e configura desvio de finalidade. “Decisão acertada do Congresso. Ao empregar o IOF como instrumento arrecada-

tório, o decreto fere a Constituição, que estabelece a função regulatória como fundamento para esse tipo de imposto. Trata-se de um claro desvio de finalidade que compromete a legalidade da medida”, afirma Mary Elbe Queiroz, presidente do Cenapret e Sócia do Queiroz Advogados.

Além da inconstitucionalidade apontada, a medida foi classificada como um abuso fiscal, com impactos negativos diretos sobre o ambiente de negócios. Estimativas indicavam que o aumento do IOF poderia gerar até R\$ 10 bilhões em arrecadação extra, mas com alto custo para a economia real, especialmente em um cenário de crédito restrito e juros elevados. “O aumento do IOF onera especialmente os setores produtivos, que já enfrentam dificuldades para acessar financiamento. Além disso, a insegurança jurídica provocada por medidas como essa afasta investimentos e compromete a confiança no ambiente de negócios”, complementa Queiroz.

Para o mercado, a derrubada do

decreto trouxe alívio imediato, mas não elimina a tensão em torno do equilíbrio fiscal. O governo agora precisa apresentar alternativas para suprir a perda de arrecadação sem recorrer a manobras semelhantes, o que pressiona ainda mais a equipe econômica a buscar soluções estruturantes. Entre as possibilidades discutidas estão a antecipação de receitas com dividendos de estatais, recursos de petróleo e novos contingenciamentos orçamentários, todos eles sujeitos a resistência política.

O episódio também marca um ponto de inflexão na relação entre Executivo e Legislativo no campo tributário. Raramente o Congresso revoga atos presidenciais, e essa decisão amplia o debate sobre os “limites do poder regulamentar do governo e o papel do Parlamento na defesa da segurança jurídica”, ressalta. Mais do que um embate pontual, a votação expõe a necessidade de um novo pacto institucional para lidar com a crise fiscal sem comprometer a confiança dos agentes econômicos e o respeito às regras constitucionais.

Revogação do aumento do IOF no Congresso reforça peso de ajuste fiscal mais robusto, diz FecomercioSP

Incertezas da economia com ânsia arrecadatória do governo é prejudicial ao país, aponta entidade



A reprovação do decreto que, há algumas semanas, elevou as tarifas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), pelo Congresso Nacional, é coesa ao País. A decisão foi tomada nesta quarta-feira (25) pelo parlamento.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) entende que, de fato, não há espaço para aumentos da carga tributária e, embora o Executivo até possua competência constitucional para alterar as alíquotas do IOF, essa prerrogativa está condicionada à finalidade extrafiscal – o que não se observa agora, já que a motivação predominantemente arrecadatória revela um potencial desvio de finalidade.

Mas, se a reprovação do decreto é positiva, ela ainda não resolve o problema como um todo: cabe ao

Legislativo e ao Executivo a busca de consenso em torno de um ajuste fiscal mais robusto, que procure conter gastos públicos descontrolados ao invés de elevar os impostos e, com isso, empurrar a conta para contribuintes e empresas.

É sempre importante lembrar que o Brasil convive com uma das cargas tributárias mais altas do planeta, equivalente a 35% do Produto Interno Bruto (PIB) e, ainda assim, o déficit nominal chega a quase 8% do PIB.

O governo vem, repetidamente, aumentando alíquotas ou alterando as regras de tributação com o objetivo de sustentar o crescimento das despesas. Os esforços estão voltados apenas para elevar a arrecadação – e não para o corte de gastos. Essa postura tem gerado impactos negativos na economia, já que as incertezas au-

mentam a inflação, pressionam os juros e, então, atingem as famílias que, diante dos preços mais altos, se endividam para continuar consumindo.

Os números falam por si só: a Selic, taxa básica de juros do País, está em 15%. É a segunda maior taxa de juros nominais do mundo hoje. Ainda assim, a inflação no acumulado dos 12 meses até abril permanecia acima da casa dos 5%. Em São Paulo, segundo dados da FecomercioSP, um quarto das famílias (21,7%) está inadimplente. Tudo isso em um cenário de desaceleração econômica e de baixíssimo investimento.

A mensagem que o Congresso passou a partir da revogação do decreto deve se estender não apenas ao aumento do IOF, mas servir como um sinal de que a capacidade contributiva da sociedade brasileira se esgotou e não há espaço para novos aumentos da carga tributária. O ajuste fiscal deve ser feito a partir do corte de despesas.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que afetam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

**TOP
OF
MIND**

MARCAS
DE SUCESSO

itatiaia®

itatiaia®

8,8mi

de ouvintes
únicos

Abr/24

Kantar Ibope

3mi

de inscritos
no Youtube

72mi

de acessos
no portal

Out/24

1,4mi

de seguidores
no Instagram

É FÁCIL LEMBRAR DE QUEM NUNCA SAI DO SEU LADO



MAIS DO QUE ESTAR
PRESENTE, É SOBRE
SER INESQUECÍVEL

Pela 24ª vez, a Itatiaia é Top of Mind como a rádio mais lembrada e ouvida de Minas Gerais na categoria Liderança. Um reconhecimento que, mais uma vez, é só nosso. E isso não acontece por acaso.

Essa conquista reflete a força de uma paixão que atravessa gerações. Do rádio ao digital, seguimos sendo a melhor companhia, trazendo em primeira mão tudo o que importa para você.

Agradecemos muito a cada ouvinte, leitor e espectador por construir essa história com a gente. Seguiremos sempre, de Minas para o Brasil, na mesma sintonia, rumo a um futuro cada vez mais Itatiaia!

Itatiaia.
A melhor companhia
dos mineiros.

itatiaia.com.br  @itatiaiaoficial 95.7 FM | 610 AM

CEO da Direcional Engenharia é reconhecido pela terceira vez como Executivo de Valor na categoria Indústria da Construção

Executivo foi destaque em premiação que reconhece os principais líderes empresariais do país

Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo, CEO da Direcional, foi reconhecido - pela terceira vez consecutiva - como o executivo de maior destaque dentre os líderes da Indústria da Construção, na premiação "Executivo de Valor". A distinção, que elege os gestores com maior relevância e impacto à frente de suas organizações em 2024, avalia criteriosamente a capacidade de adaptação da empresa a mudanças de cenários macro e dos hábitos dos consumidores, a identificação de oportunidades de inovação e crescimento, a reputação do profissional no mercado e a atuação nas frentes ESG.

"Ganhar este prêmio, pela terceira vez consecutiva, é uma honra imensa, um reconhecimento de que temos desenvolvido um trabalho coerente e consistente, melhorando a cada ano, e conseguindo entregar resultados positivos, sólidos e sustentáveis. É um momento muito importante, de celebrar nossa dedicação, nossos valores e nossa cultura. Este prêmio não é apenas meu, mas de mais de 11 mil colaboradores e, em especial, da nossa liderança, formada por profissionais que ingressaram jovens na empresa, evoluíram ao longo dos anos e hoje demonstram maturidade e excelência em um setor tão desafiador quanto o da construção civil em nosso país. Por outro lado, nossa responsabilidade também aumenta e vamos seguir trabalhando incansavelmente para que possamos fazer sempre mais e, principalmente, melhor", comenta Gontijo.



Engenheiro Civil formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com formação executiva pela London Business School, Ricardo Gontijo iniciou sua trajetória na Direcional em julho de 2004, ocupando inicialmente a posição de diretor comercial.

A 25ª cerimônia de premiação do Executivo de Valor foi realizada ontem (16), em São Paulo. A seleção foi realizada por um júri composto por 15 empresas de recrutamento executivo ligadas à Association of Executive Search and Leadership Consultants (AESC), entidade global fundada em 1959 e presente em 74 países.

A Direcional Engenharia é uma das maiores construtoras do Brasil, com foco no desenvolvimento de empreendimentos populares,

de médio padrão e com atuação em diversas regiões do território nacional. Ao longo de seus 44 anos de fundação, superou a marca de 220 mil unidades entregues e/ou incorporadas. Protagonista do setor no país, faz uso intensivo de tecnologia digital em seus diversos processos e foi uma das pioneiras ao introduzir a possibilidade de compra de imóveis residenciais de forma 100% online. Na engenharia, utiliza métodos construtivos que garantem escala, produtividade e ganhos ambientais com redução significativa no volume de resíduos em obras se comparado ao método tradicional de alvenaria estrutural. A companhia está listada na Bolsa de Valores B3 e possui a mais qualificada classificação de risco S&P Global para o Brasil, rating brAAA desde 2021, reafirmado em abril de 2025.

Drogaria Araujo amplia conveniência para clientes e impulsiona vendas

Tecnologia acelera pagamentos, elimina filas e já realizou mais de 500 mil transações

A Drogaria Araujo, uma das maiores redes de drogarias do Brasil e líder do segmento em Minas Gerais, implementou uma solução inovadora em parceria com a Cielo para transformar a experiência de compra dos seus clientes. A novidade integra um aplicativo desenvolvido pela Araujo à solução LIO ON, da Cielo, com 1.000 dispositivos distribuídos em mais de 340 lojas. Com essa tecnologia, os consumidores agora podem realizar pagamentos de forma rápida, sem precisar passar pelo caixa, e ainda têm acesso a uma "prateleira infinita" para encontrar produtos não disponíveis na loja e recebê-los em casa. Desde a adoção da solução, a Drogaria Araujo viu um crescimento expressivo nas vendas.

A empresa começou a utilizar a solução no final de 2023 para otimizar o atendimento e aprimorar a jornada do consumidor. A tecnologia permite que os vendedores consultem estoques, processem compras e aceitem pagamentos de qualquer ponto da loja, eliminando filas e tornando o processo mais ágil e prático para o cliente. Além disso, os farmacêuticos também podem oferecer serviços diretamente pelo aplicativo, garantindo mais privacidade e comodidade.

Para ampliar o leque de vantagens, a Drogaria Araujo também investiu na integração do seu e-commerce com carteiras digitais, como Apple Pay e Google Pay, recurso viabilizado pela Cielo. A implementação dessas formas de pagamento trouxe impactos positivos na conversão de vendas e na segurança das transações. Além disso, a solução antifraude da Cielo impede ataques massivos de repetição de transações, ajudando a



aumentar a taxa de aprovação de pagamentos em cerca de 4% nas compras consideradas suspeitas.

"Nosso foco é sempre buscar soluções que aprimorem a jornada do consumidor e, ao mesmo tempo, ampliem as oportunidades de negócios e tragam eficiência para os nossos clientes. Com a LIO On, conseguimos integrar diversas funcionalidades em um único dispositivo, permitindo que a Drogaria Araújo ofereça um atendimento mais ágil e eficiente. A digitalização e a automação são passos essenciais para o varejo, e essa parceria exemplifica o nosso papel em entender o negócio do nosso cliente e trazer uma solução aderente. Além disso, seguimos atentos em complementar o nosso portfólio tecnológico a partir das necessidades de quem tem um negócio, seja no core de pagamentos ou nas agendas de conciliação, de digitalização de vendas e de valor agregado", destaca Renata Daltro, vice-presidente Comercial de Grandes Contas da Cielo.

DIGITALIZAÇÃO DO SETOR EM ALTA

A iniciativa chega em um momento de forte crescimento do setor farmacêutico no Brasil. No primeiro semestre de 2024, o setor registrou vendas de R\$ 105,9 bilhões, um aumento de 10,7% em relação a 2023, segundo a Abrafarma. A digitalização e a automação de processos estão se tornando diferenciais cruciais para o setor, que comercializou 4 bilhões de unidades de medicamentos e produtos correlatos no primeiro semestre do ano, de acordo com o mesmo estudo. Para acompanhar essa evolução, cada vez mais redes investem em tecnologia para melhorar a experiência do cliente e impulsionar as vendas.

Com a implantação da solução LIO ON e na integração ao e-commerce, a Drogaria Araujo segue na vanguarda da inovação no setor, garantindo mais comodidade e eficiência para seus clientes e reforçando sua posição de liderança no varejo farmacêutico mineiro.

Arcor expande portfólio da Plutonita e lança Linha Explosiva com balas e pirulitos em pó



A Arcor, uma das empresas líderes da América Latina no segmento de guloseimas, apresenta uma linha inovadora da Plutonita, marca pioneira em chicles de sensações. Agora, o portfólio de guloseimas conta com produtos em formatos inéditos que promovem uma experiência de consumo única e divertida.

Ao todo, são quatro lançamentos que chegam para compor o portfólio. As novas sensações vêm com o Pirulito Explosivo nos sabores melancia, maçã verde e framboesa azul, em dois formatos: de pé com 5,5g e redondo com 11g, que representa uma galáxia. Ambos são mergulhados em um pó capaz de gerar muita explosão sensorial dentro da boca.

Os mesmos sabores extremos também estão presentes em balas em pó que prometem um consumo lúdico e surpreendente. A Poção Explosiva (30g) vem em uma bolsa que reúne

sachês com cristais explosivos, já a Bomba Plutônica (16g) traz sachês triangulares recheados pelos cristais dentro de uma dinamite, que pode também ser usada como objeto de brincadeira.

“Plutonita tem uma representatividade muito significativa no Halloween e nossa proposta é ampliar essa presença e ludicidade também ao longo do ano. O lançamento dessa linha de alto valor agregado representa o primeiro passo para diversificar o portfólio e expandir a atuação em novos segmentos. A expectativa da marca é alcançar um crescimento de 20% neste ano”, comenta Cristian Gimenes, Gerente de Produtos de Guloseimas da Arcor do Brasil.

As novidades podem ser encontradas nas principais redes de supermercado, lojas de brinquedos e conveniências. Nos últimos cinco anos, a marca, que tem o DNA no dueto

desafio x recompensa, dobrou o volume de produção. No total, o portfólio de Plutonita conta com 16 produtos como chicles, pirulitos e balas com efeitos explosivos.

A Arcor é uma das maiores empresas de alimentos do mundo e uma das líderes nas categorias de chocolates, guloseimas e biscoitos na América Latina. Já ouviu falar de Tortuguita, Triunfo, Butter Toffees, 7Belo, Bon o Bon, Block, Amor, Aymoré, Passion, Cereal Mix, Salpet, Big Big, Plutonita, Poosh!, Topline, Kids e Rocklets? Tudo isso é Arcor!

A empresa é reconhecida por suas marcas icônicas, que levam momentos mágicos à vida e à mesa dos brasileiros, sendo referência mundial em sabor e qualidade.

Com mais de 70 anos de história, temos origem argentina e estamos presentes no Brasil há 40 anos.

Gerdau está entre as 40 marcas mais valiosas do Brasil

Companhia ocupa a 39ª posição no Ranking Brand Finance Brazil 100 2025, sendo a produtora de aço mais bem posicionada



A Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, está entre as 40 marcas mais valiosas do Brasil, de acordo com o relatório Brasil 100 2025, produzido pela consultoria Brand Finance. A companhia ocupa a 39ª posição geral entre as 100 empresas brasileiras listadas e é a produtora de aço melhor posicionada no ranking. A Gerdau é também vencedora do 30º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais 2025.

Segundo Pedro Torres, Diretor de Comunicação e Relações Institucionais da Gerdau, o destaque da companhia no ranking é resultado do compromisso da empresa em ser parte das soluções aos desafios da sociedade e gerar cada vez mais valor para seus stakeholders e sociedade. “Estamos muito orgulhosos de ver a Gerdau, uma indústria genuinamente brasileira com 124 anos de história, sendo reconhecida mais uma vez, reforçando o nosso protagonismo no setor industrial do país. Este reco-

nhecimento também é resultado do trabalho dos mais de 30 mil colaboradores e colaboradoras que caminham conosco moldando um futuro mais sustentável, inovador e focados nas pessoas”, afirma.

A Brand Finance é uma consultoria independente líder mundial em avaliação de marcas, com escritórios em mais de 20 países. A Brand Finance foi criada em 1996 com o objetivo de preencher a lacuna entre marketing e finanças, quantificando o valor financeiro das marcas. No Brasil, é responsável pelo ranking das 100 empresas mais valiosas do País.

Com 124 anos de história, a Gerdau é a maior empresa brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços longos nas Américas e de aços especiais no mundo. No Brasil, também produz aços planos, além de minério de ferro para consumo próprio. Com o propósito de empoderar pessoas que constroem o futuro, a companhia está presente em vários países e

conta com mais de 30 mil colaboradores em todas as suas operações.

Maior recicladora da América Latina, a Gerdau tem na sucata uma importante matéria-prima: cerca de 70% do aço que produz é feito a partir desse material. Todo ano, 10 milhões de toneladas de sucata são transformadas em diversos produtos de aço. A companhia também é a maior produtora de carvão vegetal do mundo, com mais de 230 mil hectares de base florestal no estado de Minas Gerais. Como resultado de sua matriz produtiva sustentável, a Gerdau possui, atualmente, uma das menores médias de emissão de gases de efeito estufa (CO₂e), de 0,85 t de CO₂e por tonelada de aço, o que representa aproximadamente a metade da média global do setor; de 1,91 t de CO₂e por tonelada de aço (worldsteel). Para 2031, a meta da Gerdau é diminuir as emissões de carbono para 0,82 t de CO₂e por tonelada de aço. As ações da Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3) e Nova Iorque (NYSE).

Grupo Fleury amplia sua presença no interior de Minas Gerais com aquisição do Hemolab, em Conselheiro Lafaiete

Aquisição da marca reforça a estratégia de crescimento da companhia com expansão de sua presença em Minas Gerais, um dos polos de desenvolvimento econômico mais importantes do País



O Grupo Fleury anuncia a aquisição do Hemolab, em Conselheiro Lafaiete (MG), em um movimento que amplia a presença da empresa com Unidades de Atendimento na Zona da Mata Mineira, região importante para o desenvolvimento do estado e do País, especialmente por sua diversidade econômica, posição geográfica estratégica e tradição histórica em atividades industriais e agropecuárias. A marca possui mais de 27 anos de história, é referência em análises clínicas e vacinas, atuando por meio de 15 unidades distribuídas em nove municípios: Carandaí, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Entre Rios de Minas, Itaverava, Jeceaba, Ouro Branco, Santana dos Montes e São Brás do Suaçuí. A marca também disponibiliza coleta domiciliar para seus clientes. Em 2022, o Grupo Fleury já havia adquirido o Laboratório Métodos, localizado no Sul de Minas Gerais.

A receita bruta do Hemolab, nos últimos 12 meses, atingiu R\$ 31 milhões. O valor da aquisição do Hemolab (Enterprise Value) é de R\$ 39,5 milhões com um múltiplo implícito de 1,3x EV/Receita, 4,7x EV/EBITDA e 3,4x EV/EBITDA pós-sinergias, considerando também os últimos 12 meses.

Essa aquisição reforça a presença do Grupo Fleury no mercado B2C (Unidades

de Atendimento e atendimento móvel) em Minas Gerais, onde, além de Hemolab e Métodos, conta com Hermes Pardini e LabClass, marcas de destaque em Belo Horizonte e que passaram a integrar a empresa a partir da combinação de negócios com o Grupo Hermes Pardini em 2023. Ao todo a empresa passa a contar com 108 unidades de atendimento no estado.

Essa é a 20ª aquisição do Grupo Fleury desde 2017, totalizando investimentos de R\$ 2 bilhões, e representa um movimento importante para a empresa, na avaliação de Jeane Tsutsui, presidente do Grupo Fleury. “A aquisição do Hemolab representa um passo estratégico para fortalecermos nossa presença no interior de Minas Gerais, por meio de uma marca reconhecida pela excelência médica, confiança dos clientes e forte vínculo com as fontes pagadoras”, destaca a executiva.

“A Zona da Mata Mineira possui relevância econômica e estratégica para Minas Gerais por sua histórica vocação agroindustrial, destacando-se como um dos principais polos de produção cafeeira e um eixo de desenvolvimento urbano-industrial. Essa base econômica diversificada, aliada à densidade populacional e à presença de centros urbanos estruturados, cria um ambiente propício à ex-

pansão de serviços de saúde. Em Minas Gerais, cerca de 28,3% da população tem acesso à saúde suplementar. Essa taxa é superior à média nacional de 24,6%. Estar presente em mercados com esse perfil é essencial para ampliarmos nossa cobertura, ganharmos escala operacional e contribuirmos para a qualificação dos serviços diagnósticos oferecidos à população”, declara Jeane Tsutsui. “Essa aquisição ocorre em virtude da nossa solidez financeira e atende a todas as nossas premissas de avaliação de ativos para fazer parte do nosso grupo, entre os quais adequada precificação, convergência cultural e potencial de sinergias e de crescimento regional”, complementa.

Com 99 anos, o Grupo Fleury é uma das maiores e mais respeitadas organizações de medicina e saúde do Brasil, referência para a comunidade médica e público geral por sua qualidade técnica, médica, de atendimento e gestão. Com 22,4 mil colaboradores e 4,9 mil médicos, detém as melhores práticas ESG e contribui para a sustentabilidade do sistema de saúde. Com sede em São Paulo (SP), o Grupo Fleury está presente em outros 14 estados e no Distrito Federal, somando mais de 500 Unidades de Atendimento.

A Companhia oferece uma das mais completas soluções em medicina diagnóstica no país, por meio da coordenação de cuidado centrado no indivíduo e capacidade de inovação e tecnologia. Essas soluções refletem o posicionamento estratégico da empresa de ser um ecossistema de saúde integrado e preventivo, que nasceu como um laboratório de análises clínicas e evoluiu para ofertas completas de medicina, físicas e digitais, em suas unidades de atendimento e operações B2B.

Estapar investe na ampliação e desenvolvimento de sua operação em Minas Gerais

Empresa líder do mercado nacional está presente em locais como Mineirão, Arena MRV, Minas Tênis Clube e será responsável pela operação do Botânico Shopping



Líder no setor de estacionamentos, a Estapar tem transformado a experiência de estacionar em Belo Horizonte nos últimos 15 anos. A empresa opera mais de 43 mil vagas em Minas Gerais.

Para melhorar ainda mais a experiência, a Estapar investe fortemente em tecnologias que garantem maior gestão, controle e fluidez em suas operações, tais como sistema de leitura de placas (OCR), sistemas de automação e totens de autoatendimento, central de controle remoto, além de sua plataforma digital, o Zul+, que torna a rotina dos motoristas ainda mais prática.

O Zul+, app da Estapar, permite ainda que os clientes do estacionamento possam pagar seus tíquetes, reservar sua vaga com antecedência, tornar-se mensalista, além de pagar

o Rotativo Digital BH. A ferramenta conta ainda com diversos serviços para quem dirige, como pagamentos e parcelamentos do IPVA, licenciamento e multas, contratação de seguro auto, tags de pedágio, venda de bateria de veículo, entre outras facilidades que trazem comodidade ao dia a dia do motorista.

A Estapar, também, tem ampliado seus esforços na implantação, gerenciamento e infraestrutura de carregadores para veículos elétricos, tanto em empreendimentos comerciais quanto em residências, por meio da Zletric, uma das líderes do setor com aproximadamente 1.200 carregadores instalados.

A Estapar promete ampliar ainda mais sua atuação no mercado mineiro e continuar investindo fortemente

na sua expansão e tecnologia para os próximos anos.

A Estapar é detentora da maior rede de estacionamentos do Brasil, presente em 102 cidades, de 19 estados, além de responsável pela operacionalização do sistema rotativo de vagas (Zona Azul) de São Paulo e de outros 18 municípios. A empresa possui ainda o aplicativo Zul+, plataforma digital que reúne mais de 20 tipos de funcionalidades e atualmente soma mais de 7 milhões de usuários no território nacional. Ao todo, a companhia administra mais de 510 mil vagas em sistemas on-street e off-street. Presente no mercado nacional há mais de 43 anos, a companhia tem suas ações negociadas na B3 com o código ALPK3 e tem investido em parcerias que agregam sobretudo a tecnologia e experiência do cliente em favor de seus usuários.

Sebrae projeta R\$ 12 bilhões em crédito para empreendedores

Somente nos cinco primeiros meses do ano, montante viabilizado pelo Fundo de Aval já superou em 32% os números de 2024



O Sebrae deseja levar cerca de R\$ 12 bilhões em crédito para as mãos de empreendedores e empreendedoras de todo o país em 2025. A ação está sendo desenvolvida por meio do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), coordenado pela instituição. Somente nos cinco primeiros meses deste ano, a iniciativa, que integra o Programa Acredita, do governo federal, já viabilizou R\$ 1,6 bilhão em financiamentos – um crescimento de 32% em comparação a 2024.

“Hoje, 60% dos brasileiros querem empreender. No entanto, 88% dos pequenos negócios ainda não conseguem crédito. Por meio do Fampe, abrimos as portas do crédito para esse setor para garantir segurança, crédito assistido e longevidade. O nosso fundo de aval é orientado e assistido. Com isso, estamos permitindo que empreendedoras e empreendedores do Brasil possam acessar

o crédito, ampliando oportunidades, gerando inclusão e renda”, afirma o presidente do Sebrae, Décio Lima.

O Sebrae conta com 21 instituições financeiras operadoras do Fampe, incluindo o Bradesco, que foi a primeira instituição financeira privada de grande porte a se credenciar para operar o Fundo Garantidor realizado em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que vai incrementar as operações no fim do primeiro semestre de 2025.

No último mês, o Sebrae e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) também assinaram um acordo que viabilizou R\$ 400 milhões em crédito com aval do Fampe.

Além disso, com o Acredita Microcrédito – fundo de aval para operações fora do sistema financeiro tradicional,

como bancos comunitários, moedas sociais, programas de microcrédito de prefeituras e estados –, a expectativa é atingir um montante de R\$ 250 milhões de crédito. Somado a essas iniciativas, a entidade lançou o Acredita Delas, que conta com a garantia do Fampe e já proporcionou R\$ 55 milhões em crédito para os pequenos negócios geridos por mulheres em um mês de operação em todo o Brasil.

O Programa Acredita é uma iniciativa do governo federal que conta com apoio do Sebrae para orientar o microempreendedor na obtenção do crédito da forma mais segura e planejada. Além de disponibilizar soluções digitais para ajudar no planejamento financeiro e na busca pelas linhas de crédito disponíveis no mercado, o Sebrae pode ser avalista de até 100% do valor total do empréstimo, por meio do Fampe, em instituições financeiras parceiras.

O paradoxo da transformação: por que pedimos para líderes mudarem o jogo, mas mantemos sempre as mesmas regras?

Nos últimos anos, uma frase se tornou recorrente em conversas entre conselhos e CEOs: precisamos de um líder que promova transformações. Esse pedido reflete um entendimento claro, de que a velocidade das mudanças no ambiente de negócios exige novas formas de pensar, liderar e entregar valor.

No entanto, para Rodrigo Forte, fundador e Managing Partner da EXEC, essas mesmas organizações operam com estruturas, métricas e culturas que bloqueiam o tipo de transformação que elas almejam. “Essa contradição, entre o desejo por mudança e a resistência a ela, é o que eu chamo de paradoxo da transformação. E a notícia que eu trago é que ele está longe de ser um fenômeno isolado”, conta.

Nesse sentido, os dados não mentem. Segundo um estudo global da AESC (Association of Executive Search and Leadership Consultants), organização que reúne empresas de referência em seleção de altos executivos e desenvolvimento de lideranças, da qual fui conselheiro por seis anos, a competência mais valorizada hoje em dia é a capacidade de liderar mudanças. No entanto, a pesquisa, feita com mais de 1.700 executivos de 71 países apontou que apenas 45% dessas companhias se dizem preparadas para conduzir essas transformações com consistência. Ou seja, a maioria reconhece o desafio à sua frente, mas ainda não criou as condições reais e necessárias para enfrentá-lo.

O mesmo levantamento mostrou que a cultura organizacional é apontada como fator-chave para a prática da inovação e retenção de talentos. E, mesmo assim, poucas companhias enxergam sua cultura como uma vantagem competitiva real. Esse desalinha-



mento entre o que se deseja e o que se pratica está no centro da dificuldade.

Segundo ele, na prática, o que o especialista percebe é que os líderes, quando inseridos em estruturas inflexíveis, encontram barreiras silenciosas, entre elas, rituais que privilegiam previsibilidade, processos de avaliação de desencorajam o risco, além de culturas que expressam seu desejo por inovação, mas punem o erro. É nesse ponto que a transformação começa a travar, não por falta de liderança, mas sim pela ausência de ambiente.

“O papel dos conselhos e da alta liderança é fundamental para mudar esse cenário. Antes de tudo, transformar uma organização exige clareza institucional. Isso significa que conselhos e CEOs precisam se fazer algumas perguntas, como: estamos preparados para sermos desafiados? Nossa cultura acolhe ou neutraliza a dissonância? Recompensamos a manutenção ou o movimento? Ainda que desconfortáveis, esses questionamentos são cruciais para romper com o ciclo de boas intenções sem impacto real”, aponta Forte.

Contratar o líder certo é apenas o

começo dessa jornada. Forte complementa que “uma parte importante da minha atuação é justamente ajudar organizações a identificar profissionais com capacidade real de transformação, ou seja, pessoas que pensam diferente, desafiam o status quo e constroem novos caminhos”.

A sustentabilidade da transformação depende do quanto o sistema está preparado para recebê-la. É importante não somente atuar na seleção de executivos, mas também no desenho de programas de desenvolvimento cultural com estratégia. O objetivo é simples: criar alinhamento entre o que se espera do líder e o que a organização está disposta a permitir que ele coloque em prática.

“A transformação não acontece com slogans ou intenções: ela exige estrutura, confiança e coragem. O líder ideal pode até estar pronto para a missão, mas a potência só ganha força em ambientes que sustentam, e não sufocam, a mudança que ele veio promover. Esse é o desafio, mas também está aí a oportunidade. E por que não aproveitá-la e promover as mudanças?”, finaliza o especialista.

Cemig Inova Lab recebe inscrições para 3º ciclo e prevê investimentos de até R\$ 1,6 milhão por projeto

Nesta fase da iniciativa, 14 desafios serão lançados; inscrições vão até 27 de julho



Desde 27/06, o Inova Cemig Lab, maior programa de inovação aberta do Brasil, está com inscrições abertas para seu 3º ciclo. Nesta etapa, empresas podem submeter soluções criativas e sustentáveis para os desafios propostos pela Cemig.

A cada ciclo, a Cemig lança uma chamada pública com novos temas prioritários, refletindo os objetivos estratégicos mais atuais da companhia. Para esta etapa, as inscrições estarão abertas até o dia 27 de julho.

De acordo com Felipe Cardoso dos Reis, gerente de Inovação Aberta, o sucesso do programa reforça seu papel transformador no setor elétrico. “Com o Inova Cemig Lab, estamos liderando a modernização de processos, impulsionando a adoção de tecnologias emergentes e fomentando o desenvolvimento sustentável e tecnológico em Minas Gerais e no Brasil. As expectativas para os próximos ciclos são altas, com novas oportunidades

para empreendedores dispostos a revolucionar o setor por meio da criatividade e da tecnologia”, comenta o gerente da companhia.

NOVOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES

O terceiro ciclo do Inova Cemig Lab marca uma nova rodada de desafios abertos para o mercado. “No ciclo 3, por exemplo, estão sendo lançados 14 novos desafios, em áreas como redes inteligentes, descarbonização da frota, digitalização do relacionamento com clientes e gestão de ativos, ampliando ainda mais as oportunidades para diferentes perfis de startups”, explica Felipe Cardoso dos Reis.

SOBRE O INOVA CEMIG LAB

Lançado em março de 2024, o Inova Cemig Lab atraiu mais de 250 propostas por meio de um edital internacional, com contribuições de 15 estados brasileiros e 17 países dos cinco continentes.

Os temas abordados nos dois ciclos anteriores incluíram desde a digitalização do setor elétrico até o uso do hidrogênio como fonte de energia limpa e renovável.

Até o momento, a iniciativa resultou na assinatura de contratos com 26 startups, que receberão até R\$ 1,6 milhão cada para desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios propostos pela Cemig.

“Esperamos deixar um legado para Minas Gerais, impulsionando o ecossistema de inovação, conectando universidades, startups, hubs e centros de pesquisa, e mostrando que é possível inovar dentro de uma empresa pública com responsabilidade, estratégia e visão de longo prazo”, ressalta o especialista da Cemig.

Mais informações sobre o programa e inscrições podem ser encontradas no site:

<https://inova.cemig.com.br>

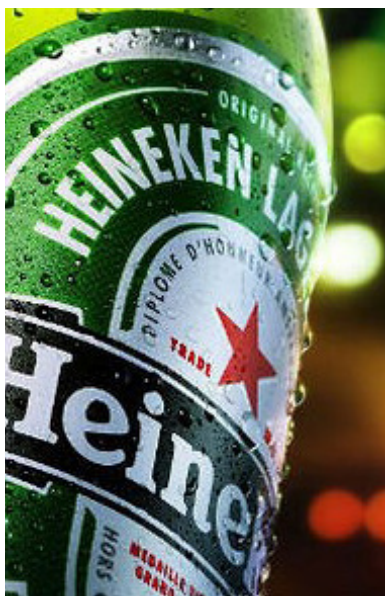
Grupo HEINEKEN avança na industrialização da cervejaria de Passos e consolida investimentos que já somam R\$ 2,5 bilhões

Principal atividade será a produção das marcas Heineken e Amstel; Obras de infraestrutura viária realizadas pelo poder público auxiliarão a logística

No dia 26 de junho, o Grupo HEINEKEN avançou na industrialização de sua nova cervejaria em Passos (MG), com a integração da matéria-prima aos equipamentos industriais. A unidade produzirá as marcas Heineken e Amstel, e será inaugurada oficialmente em novembro. A cervejaria já representa o maior investimento da empresa no Brasil, com valores que ultrapassam R\$ 2,5 bilhões.

Além da nova etapa de integração da matéria-prima, a unidade já deu início ao funcionamento da caldeira de biomassa e da estação de tratamento de água, processos essenciais e conectados com a estratégia de sustentabilidade e o compromisso do Grupo HEINEKEN com a qualidade de seus produtos. “Por se tratar do primeiro funcionamento industrial da cervejaria, além dos testes nos equipamentos, as primeiras amostras da cerveja produzida em Passos passarão por análises rigorosas de qualidade, realizadas tanto em laboratórios internos quanto em centros de avaliação internacionais. Nosso objetivo é assegurar que o produto esteja alinhado aos padrões de excelência da companhia aplicados em todas as unidades Heineken no Brasil e no mundo. Somente após essa validação consideramos a cerveja pronta para chegar aos nossos consumidores”, explica Rodrigo Bressan, vice-presidente de Produção do Grupo HEINEKEN.

Outro marco importante é a entrega das obras de infraestrutura viária executadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Passos, desenvolvidas para garantir a logística eficiente e sustentável no acesso à nova cervejaria. As obras de conexão entre a rodovia MG-050, no KM 347, e a rodovia MG-146, no KM 407, foram recentemente concluídas, e estarão totalmente liberadas para tráfego em julho, proporcionando uma malha viária capaz de atender a demanda logística da cervejaria num momento estratégico,



onde os primeiros insumos para a produção já começam a chegar.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A obra conta com mais de 1.800 empregos diretos e indiretos, e a operação já possui aproximadamente 350 colaboradores diretos, a maior parte em áreas técnicas como Logística, Produção, Manutenção, Envasamento, Automação e Elétrica. Atualmente, ainda há vagas abertas na área de Logística.

Cabe ressaltar ainda que a cervejaria de Passos atingiu a importante marca de 47% dos cargos de liderança ocupados por mulheres, e 43% de pessoas negras no quadro de colaboradores. A unidade é peça chave para o desenvolvimento do compromisso do Grupo HEINEKEN na agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão, que busca atingir 50% de mulheres em cargos de liderança até 2026 e 40% de pessoas negras em cargos de liderança até 2030.

CERVEJARIA REFERÊNCIA EM PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Com uma área total de 120 hectares, a cervejaria foi desenhada para operar abastecida com energia renovável, incorporando tecnologias de ponta, como caldeiras alimentadas por biomassa certificada, empilhadeiras elétricas, sistemas eficientes de abastecimento hídrico, recuperação de carbono e geração de ar comprimido. A unidade também conta com uma estação de tratamento de efluentes e emissário próprio para o lançamento de efluentes tratados.

Além de reforçar a presença industrial da HEINEKEN no Brasil, a nova fábrica deve impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região. Um exemplo disso é o programa de geração e distribuição de energia renovável da marca Heineken, que pode proporcionar uma redução de até 15% no valor da conta de luz dos moradores do município.

O compromisso com a comunidade vai além da eficiência energética. Em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Grupo HEINEKEN aderiu ao Programa Produtor de Água, que valoriza os serviços ambientais prestados por pequenos produtores rurais da região. Nos últimos dois anos, a companhia já investiu mais de R\$ 1 milhão em ações como conservação de solo, proteção de recursos hídricos, saneamento rural e geração de renda.

Como parte da estratégia de longo prazo, a companhia também tem como ambição a estruturação de um viveiro local de mudas nativas e, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, pretende desenvolver um programa permanente de recuperação e conservação de áreas florestais estratégicas para a segurança hídrica da região.

Brasil bate recorde de ações trabalhistas: por que as empresas precisam reagir com inteligência técnica

Mais de 4 milhões de processos trabalhistas foram registrados em 2024, o maior número desde 2008. Especialistas alertam: a perícia técnica pode ser a chave para virar esse jogo

O Brasil alcançou um novo marco em 2024: mais de 4 milhões de processos trabalhistas foram abertos ao longo do ano, segundo dados recentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST). É o maior número registrado desde 2008, acendendo um alerta vermelho para empresas de todos os portes e setores. Por trás desse crescimento, estão fatores como a precarização das relações de trabalho, a intensificação da pressão por produtividade e a falta de estratégias preventivas eficazes para lidar com os riscos trabalhistas.

"Esse cenário é um prato cheio para o aumento dos passivos judiciais. E, infelizmente, muitas empresas ainda atuam de forma reativa, deixando para procurar soluções só depois que o problema está instaurado. A atuação preventiva de um perito assistente técnico pode ser decisiva para mudar essa lógica", afirma Edgar Bull, professor, especialista em higiene ocupacional, engenheiro civil, bacharel em Direito, especialista em Segurança do Trabalho e perito assistente técnico.

A figura do perito assistente técnico: o aliado silencioso

Diferente da atuação do perito judicial, que é nomeado pela Justiça, o assistente técnico é contratado diretamente pela empresa (ou pelo trabalhador) para oferecer respaldo técnico e estratégico durante um processo. "Esse é o meu principal trabalho hoje. Atuamos como uma espécie de auditor especializado, que consegue antever riscos, propor soluções e apresentar uma defesa técnica embasada,



muitas vezes capaz de mudar o rumo de uma ação", explica Edgar Bull.

Esse profissional se torna especialmente relevante em ações que envolvem adicional de insalubridade, periculosidade, acidente de trabalho, doenças ocupacionais e questões de ergonomia e condições de trabalho. É ele quem analisa os laudos do perito judicial, identifica inconsistências e apresenta contralaudos fundamentados, oferecendo argumentos técnicos para fortalecer a defesa.

POR QUE TANTAS AÇÕES TRABALHISTAS ESTÃO SURGINDO?

Com a aceleração da digitalização, a precarização de algumas relações de trabalho e a crescente demanda por produtividade, crescem também os casos de burnout, adoecimentos mentais, sobrecarga e descumprimento de normas regulamentadoras de segurança do trabalho.

"Não é mais suficiente oferecer apenas EPIs. As empresas precisam se antecipar e mostrar que estão comprometidas com condições dignas e seguras. E isso se faz com gestão de risco, com registro documental

e com a atuação de técnicos qualificados desde o início do problema", alerta Edgar.

GESTÃO DE RISCO COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO

Na visão de especialistas, empresas que adotam um modelo de gestão de riscos trabalhistas se posicionam melhor tanto no mercado quanto perante a Justiça. Além de evitar multas e condenações elevadas, demonstram compromisso com a segurança e o bem-estar dos colaboradores.

"A assistência técnica pericial não é apenas uma defesa. É uma estratégia de blindagem da empresa. É ela que mostra, com dados e fundamentos, que a empresa está em conformidade ou que está agindo para se adequar. E isso faz toda a diferença quando chega ao tribunal", conclui Edgar Bull.

Diante da maior explosão de processos trabalhistas em mais de uma década, fica o alerta: investir em prevenção e conhecimento técnico pode ser o diferencial entre o crescimento sustentável e o colapso jurídico-financeiro.

Zé Mineiro toca o sino e marca entrada da JBS na Bolsa de NY

Empresa apresenta atualização estratégica em evento com investidores na NYSE

A JBS, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, celebrou no dia 25 de junho sua recente listagem na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), com a tradicional cerimônia do toque do sino de abertura, e apresentou sua estratégia global de crescimento e geração de valor. O evento reuniu membros da comunidade financeira para uma apresentação na NYSE, na qual a liderança da JBS destacou prioridades e oportunidades em suas operações ao redor do mundo.

Antes da apresentação, executivos da JBS marcaram o momento tocando o sino de abertura — uma honra realizada pessoalmente por José Batista Sobrinho, conhecido como seu Zé Mineiro, fundador da JBS. Zé Mineiro fundou a empresa em 1953, em Anápolis (GO), a partir de um pequeno açougue. Mais de 70 anos depois, a JBS se transformou em uma empresa global que segue honrando suas raízes ao alimentar pessoas em todo o mundo: link.

“Este é o início de um novo e empolgante capítulo para a JBS”, afirmou o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni. “Nossa recente listagem na NYSE é o resultado do trabalho árduo das nossas equipes em todas as regiões onde atuamos e posiciona a JBS de forma ainda melhor para concretizar nosso objetivo de sermos a principal empresa de alimentos do mundo. Por meio de projetos-chave de crescimento, a JBS pode atender à forte demanda dos consumidores por proteínas de alta qualidade e fortalecer as relações de ganha-ganha que temos com nossos parceiros produtores. Estamos gratos pela oportunidade de nos conectar com nossos investido-



res baseados nos EUA e ansiosos para seguir apresentando nossa visão de alimentar um mundo em crescimento, ao mesmo tempo em que construímos um futuro melhor para nossos colaboradores e as comunidades onde atuamos”, destaca Tomazoni.

Antes da cerimônia do toque do sino, Wesley Batista, acionista controlador da JBS, fez um breve discurso aos convidados e investidores. “Mesmo com crescimento e adaptação, nosso modo de trabalhar permanece o mesmo. Somos focados. Somos disciplinados. Estamos determinados a ser os melhores em tudo o que fazemos”, disse, em mensagem que reflete a missão da empresa e seu compromisso contínuo com a excelência operacional em todas as regiões.

Em uma apresentação para mais de 100 analistas e investidores, os executivos da JBS detalharam a estratégia de longo prazo de crescimento e criação de valor da Companhia, destacando áreas-chave de investimento em suas operações globais. A apresentação foi conduzida por Wesley Batista (acionista controlador), Wesley Batista Filho (CEO da JBS USA), Gilberto Tomazoni (CEO Global) e

Guilherme Cavalcanti (CFO Global).

A JBS é uma empresa global líder em alimentos, com um portfólio diversificado de produtos de alta qualidade, incluindo frango, suínos, bovinos, cordeiros, peixes e proteínas vegetais. A companhia emprega mais de 280 mil pessoas e opera em 17 países, como Brasil, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e China. No mundo todo, a JBS oferece um amplo portfólio de marcas reconhecidas pela excelência e inovação, como Friboi, Seara, Swift, Pilgrim's Pride, Moy Park, Primo, Just Bare, entre outras, que chegam diariamente à mesa de consumidores em 190 países.

A empresa também investe em negócios correlatos, como couro, biodiesel, colágeno, produtos de higiene pessoal e limpeza, envoltórios naturais, soluções para gestão de resíduos sólidos, reciclagem e transporte, com foco na economia circular. A JBS prioriza um programa de segurança alimentar de excelência, adotando as melhores práticas de sustentabilidade e bem-estar animal ao longo de sua cadeia de valor, com o objetivo de alimentar o mundo de forma mais sustentável.

Gestão financeira da Cemig conquista importante prêmio nacional

Andrea Almeida, vice-presidente da área financeira da companhia recebeu a premiação na noite dessa terça-feira; executiva atua na empresa desde dezembro do ano passado

A vice-presidência de Finanças e Relações com Investidores da Cemig foi uma das vencedoras da 6ª edição do Finance & Law Summit and Awards, premiação que reconhece as principais áreas jurídicas e financeiras do Brasil. A cerimônia aconteceu nesta semana em São Paulo, e a companhia foi representada pela vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores, Andrea Marques de Almeida, e pelo superintendente de Gestão de Finanças Corporativas da empresa, Flávio de Almeida Araújo.

O prêmio foi conquistado poucos meses após Andrea assumir o cargo, em dezembro de 2024, e em poucos meses à frente da vice-presidência, já demonstrar impacto relevante na condução estratégica das finanças da companhia. De acordo com a executiva, esse prêmio reconhece todo o trabalho de excelência conduzido pela equipe liderada por ela na Cemig.

“Esse prêmio é um reconhecimento ao comprometimento diário da nossa equipe em transformar estratégia financeira em resultados concretos para a Cemig, o que beneficia diretamente toda a população de Minas Gerais”, afirma a executiva.

SERIEDADE NA GESTÃO

Desde sua chegada, Andrea tem liderado iniciativas voltadas à otimização da estrutura de capital, fortalecimento da governança financeira e aumento da eficiência operacional da Cemig. Entre os destaques de sua gestão está a manutenção da baixa alavancagem da companhia, bem como a realização do maior plano de investimentos da companhia que, até 2029,



irá destinar R\$ 59 bilhões em Minas Gerais em um período de dez anos.

“A Cemig é uma empresa muito importante para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e estar à frente da vice-presidência de Finanças e Relações com Investidores da companhia é uma honra. A empresa está presente em 774 municípios de Minas Gerais, afetando diretamente a vida de mais de 20 milhões de mineiros”, afirma.

Atualmente, a Cemig conta com mais 530 mil acionistas distribuídos em dezenas de países, refletindo sua crescente relevância no mercado internacional. A solidez da gestão financeira da companhia tem sido reconhecida pelas principais agências de classificação de risco: a Fitch elevou o rating da empresa para AAA, enquanto a Moody's concedeu nota

AA+. Já a Standard & Poor's, que manteve a nota AA+, revisou a perspectiva de estável para positiva. As elevações sinalizam a confiança do mercado na governança da empresa, seu perfil de liquidez aprimorado e os avanços nos indicadores operacionais.

A TRAJETÓRIA CONSOLIDADA

Andrea Marques de Almeida é engenheira de Produção pela UFRJ, com MBA em Finanças pelo IBMEC/RJ e MBA em Gestão pela USP. Também possui especializações em Administração pela Wharton Executive Education e pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Com uma carreira sólida e respeitada no setor financeiro, Andrea atuou como vice-Presidente de Finanças e Estratégia no Santander Brasil entre outubro de 2021 e dezembro de 2023. Antes disso, foi Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores na Petrobras, de 2019 a 2021, e ocupou diversos cargos de liderança em finanças e riscos na Vale, onde trabalhou por 25 anos.

Seu reconhecimento internacional inclui presença na lista das 50 mulheres mais poderosas do mundo pela revista Fortune em 2019, e, em 2020, foi eleita uma das 100 mulheres mais poderosas do mundo pela Forbes, ocupando a 77ª posição.

Desde dezembro de 2024, Andrea está à frente da vice-Presidência de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, onde vem consolidando sua reputação como uma das líderes mais influentes do setor energético brasileiro.

Com crédito do Banco do Povo Paulista, empreendedoras ampliam vendas na temporada de festas juninas

Negócios em Marília e na capital reforçam estrutura e aumentam oferta de produtos típicos para atender a demanda do período



Pequenos empreendimentos contam com o apoio do Banco do Povo para aumentar vendas nas festas juninas

Durante as festas juninas e julinas, tradicionais comemorações populares com comidas típicas, trajes caipiras e danças, pequenos negócios em diversas regiões do estado de São Paulo registram crescimento no faturamento e aproveitam a sazonalidade para expandir as atividades. Com apoio do Banco do Povo Paulista (BPP), programa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE), duas empreendedoras reforçaram a estrutura de seus estabelecimentos para suprir o aumento no interesse dos clientes no período.

À frente de uma loja de aluguel de fantasias em Marília, no interior do estado, Raquel Ferreira, 69 anos, utilizou a linha “Empreenda Rápido” do Banco do Povo Paulista cinco vezes. Com os financiamentos, adquiriu balcões, araras e mercadorias. O empréstimo mais recente, concedido este ano, foi destinado à compra de fantasias, aviamentos (materiais utilizados na costura com objetivos decorativos

ou funcionais), além de tecidos.

“Consegui organizar o espaço da loja e me preparar para a temporada. Nesta época, os aluguéis de fantasias quase dobram. O empréstimo é essencial para garantir estoque e estrutura, atendendo à alta demanda. Recomendo o BPP para amigos e clientes, pelo atendimento e pelas condições de juros acessíveis”, destaca a empreendedora.

Raquel aluga bastante saias e vestidos para as festividades. O público predominante é o infantojuvenil, com meninas de 11 a 16 anos. Além disso, a empreendedora atende grupos, escolas, empresas e aniversários.

Outra empreendedora também tem aproveitado o aquecimento do mercado neste período para a produção de doces típicos. Dayane Dias da Silva, de 31 anos, é proprietária de uma confeitaria no Grajaú, zona sul da cidade de São Paulo, e utilizou a linha

“Empreenda Mulher”, do BPP, em 2023, para investir na estrutura do negócio.

O Banco do Povo é uma iniciativa de microcrédito produtivo orientado que busca apoiar pequenos empreendedores formais e informais, promovendo a geração de emprego e renda. Possui três linhas de crédito: Empreenda Rápido, Empreenda Mulher e Empreenda Afro, com valores entre R\$ 200 e R\$ 21 mil.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), do Governo do Estado de São Paulo, exerce papel fundamental para a reindustrialização e atração de investimentos com foco na geração de emprego, renda e desenvolvimento regional. Além disso, conta com programas de capacitação profissional e ações de fomento ao empreendedorismo, que incluem linhas de microcréditos do Banco do Povo. A pasta tem como instituições vinculadas: InvestSP, Desenvolve SP e Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp).


Hermes Pardini é **Top of Mind 2025!**

Excelência reconhecida
com **confiança construída.**

Receber o **prêmio Top of Mind**
na categoria **Excelência** é mais
do que uma conquista.

É o reflexo da confiança de milhões
de pessoas que escolhem o
Hermes Pardini todos os dias.





**Exames,
vacinas e tudo
o que sua
saúde precisa.**



**HERMES
PARDINI**

Medicina, Saúde
e Bem-estar



31 3228-6200



hermespardini.com.br

Responsável Técnico: Dr. Guilherme Birchall Collares - CRMMG 35635

Economia de Minas Gerais volta a ter desempenho inferior à média brasileira no 1º trimestre de 2025, continuando a desaceleração verificada desde 2023

No 1º trimestre deste ano o PIB mineiro registrou retração real de 0,1%, contra uma expansão média brasileira de 1,4% na comparação com o trimestre imediatamente inferior

No acumulado dos últimos quatro primeiros trimestres, a economia de Minas Gerais apresentou uma expansão de 2,6% - contra uma média nacional de 3,5% verificada no mesmo período

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

A FJP-Fundação João Pinheiro divulgou, no dia 17 de junho, os dados estatísticos do 1º trimestre de 2025, relativos ao desempenho do PIB-Produto Interno Bruto de Minas Gerais que confirmam uma tendência de queda inferior à média nacional - já iniciada durante o ano de 2023.

De acordo com a FJP, no primeiro trimestre de 2025, o PIB nominal de Minas Gerais somou R\$275,3 bilhões. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve expansão real de 1,4% - inferior à média nacional de 2,9% ocorrida no mesmo período. Deste montante, o Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades agropecuárias foi estimado em R\$27,1 bilhões, o das indústrias totalizou R\$62,4 bilhões e, o dos serviços, R\$150,7 bilhões, além dos impostos (R\$ 35,1 bilhões).

A participação do PIB



de Minas Gerais no PIB nacional foi de 9,1% no primeiro trimestre de 2025, acima dos 8,8% registrados no mesmo trimestre do ano passado. Esses resultados foram divulgados pela Fundação João Pinheiro no dia 17/6 e já estão disponíveis no site da instituição.

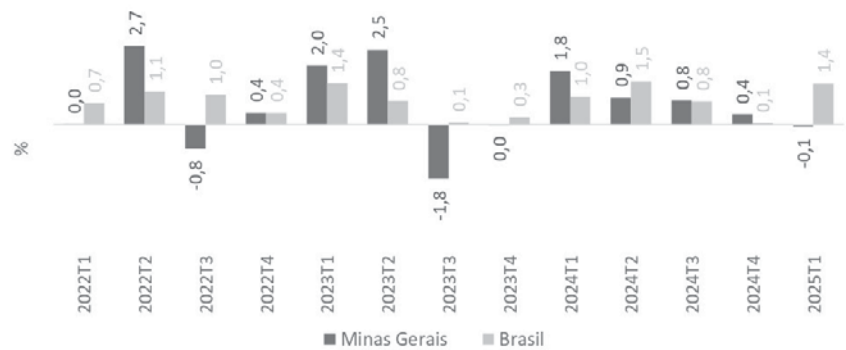
Os dados não são defi-

nitivos e estão sujeitos a futuras revisões por ocasião da divulgação das Contas Regionais pelo IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Para a FJP vale também notar que o PIB real apresentou relativa estabilidade em comparação ao trimestre imediatamente

anterior, com ligeira variação negativa de -0,1% na série com ajuste sazonal. Nos três primeiros meses de 2025, as indústrias extrativas tiveram expansão de 6,2% em relação ao trimestre anterior, praticamente devolvendo a queda da produção ocorrida ao final do ano passado. As indústrias de transformação

Gráfico 1 – Taxas de variação real do PIB (comparação com o trimestre imediatamente anterior) – Brasil e Minas Gerais – 1º trimestre de 2022-1º trimestre de 2025



Fonte: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac). FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).
Nota: Estimativas preliminares, sujeitas a revisão.

retraíram -1,3% no trimestre, resultado da produção física menor dos derivados de petróleo e de biocombustíveis, de produtos de minerais não-metálicos, da metalurgia, de máquinas e equipamentos e de veículos automotores. A construção civil, por sua vez, apresentou contração de -2,1% no trimestre, com forte queda no número de postos de trabalho no setor.

O setor de serviços cresceu 1,0% no primeiro trimestre de 2025, com expansão do volume de vendas no comércio de combustíveis, de hipermercados, de veículos automotores e de material de construção. Os transportes tiveram crescimento de 0,9% no trimestre, enquanto o grupo de outros serviços apresentou aumento de 1,1% na produção estadual.

Na comparação com o primeiro trimestre de 2024, o setor agropecuário registrou queda de -5,6%, um desempenho bastante influenciado pela queda na

produção de banana e de tomate e pelo recuo da primeira safra de feijão e de batata-inglesa. Além disso, o consumo de carvão vegetal pela metalurgia estadual foi menor no período.

DETALHAMENTO

O PIB de Minas Gerais apresentou ligeira contração de -0,1% em termos reais no primeiro trimestre de 2025 na comparação com o quarto trimestre de 2024 na série com ajuste sazonal² (gráfico 1). Os resultados positivos obtidos nas indústrias extrativas e nos serviços foram anulados pela retração na agropecuária, nas indústrias de transformação, nos serviços industriais de utilidade pública³ e na construção (tabela 1).

Na comparação interanual⁴, o PIB de Minas Gerais alcançou um patamar 1,4% acima do registrado no primeiro trimestre de 2024, com expansão expressiva nas indústrias de transformação, no comer-

cio, nos transportes e nos outros serviços. Nessa base de comparação, entretanto, já se registra diminuição dos volumes produzidos na agropecuária, nas indústrias extrativas e na construção (tabela 1).

Na comparação do resultado acumulado nos 12 meses encerrados em março de 2025 com igual período imediatamente anterior, estimou-se crescimento real de 2,6% no PIB estadual - contrastando com uma expansão média da economia nacional de 3,5% no mesmo período. Também nessa ótica de comparação, os volumes produzidos na agropecuária mineira e nas indústrias extrativas locais foram inferiores aos registrados no período anterior.

AGROPECUÁRIA

A produção agrícola não tem distribuição uniforme ao longo do ano, o que faz com que o resultado agregado de cada trimestre seja influenciado desproporcionalmente



MINAS GERAIS X BRASIL
- TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - 2001/2024 - Em %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	-0,70	0,50
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
2019	-0,01	1,22
2020	-3,04	-3,28
2021	5,73	4,76
2022	3,10	3,02
2023*	3,10	3,24
2024*	3,10	3,40

*Anos em que a economia de MG teve desempenho pior do que a brasileira
Os dados de 2023 e 2024 são preliminares. Fonte: IBGE/FJP -
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

pelo desempenho de algumas poucas lavouras.⁵

No primeiro trimestre de 2025, por exemplo, o valor adicionado na agropecuária de Minas Gerais teve queda de -8,0% em comparação com o trimestre imediatamente anterior na série com ajuste sazonal. Na passagem do quarto trimestre do ano passado

para o primeiro deste ano, ganharam participação cultu-
ras com retração da pro-
dução em 2025 (banana e
tomate entre as lavouras
permanentes e as primei-
ras safras de feijão e de
batata-inglesa).

As previsões de colhei-
ta menor nessas lavouras
em 2025 compensaram os
ganhos esperados na pro-
dução de soja e na primeira
safra de milho em Minas
Gerais.

Além disso, a demanda
menor por carvão vegetal
na metalurgia local impli-
cou retração no segmento
da produção florestal.

INDÚSTRIA

Compostas pelas indús-
trias extrativas, de trans-
formação, da construção e
pelos serviços industriais
de utilidade pública (ge-
ração e distribuição de
eletricidade, gás, água e
saneamento), as atividades
industriais representam
diretamente mais do que
um quarto da economia es-
tadual.

O valor adicionado
nas indústrias extrativas
de Minas Gerais foi 6,2%
maior no primeiro trimes-
tre 2025 em relação ao
trimestre imediatamente
anterior na série com ajus-
te sazonal (praticamente
devolvendo a contração
do último trimestre do ano
passado). Na comparação
com o mesmo trimestre
em 2024, foi 3,5% menor,
basicamente em função da
produção menor de miné-
rio de ferro nos sistemas
sul e sudeste da Vale.

Tabela 1 – Taxas de variação real dos principais agregados macroeconômicos – Brasil e Minas
Gerais – 1º trimestre de 2025 (%)

Agregado Macroeconômico	Base de Comparação			
	Trimestre imediatamente anterior	Mesmo trimestre do ano anterior	Acumulado no ano	Acumulado em quatro trimestres
Minas Gerais				
PIB	-0,1	1,4	1,4	2,6
Valor Adicionado de todas as atividades	-0,3	1,1	1,1	2,3
Agropecuária	-8,0	-5,6	-5,6	-5,8
Indústrias	0,1	0,8	0,8	2,9
Indústrias extrativas	6,2	-3,5	-3,5	-0,7
Indústrias de transformação	-1,3	2,0	2,0	3,3
Utilidades públicas	-1,5	0,3	0,3	3,3
Construção	-2,1	-0,4	-0,4	4,8
Serviços	1,0	2,1	2,1	3,0
Comércio	0,7	2,8	2,8	3,6
Transporte	0,9	1,7	1,7	2,4
Outros serviços	1,1	2,7	2,7	3,6
Administração pública	0,2	0,3	0,3	1,3
Brasil				
PIB	1,4	2,9	2,9	3,5
Valor Adicionado de todas as atividades	1,5	2,9	2,9	3,2
Agropecuária	12,2	10,2	10,2	1,8
Indústrias	-0,1	2,4	2,4	3,1
Indústrias extrativas	2,1	0,2	0,2	-0,8
Indústrias de transformação	-1,0	2,8	2,8	4,0
Utilidades públicas	1,5	1,6	1,6	2,4
Construção	-0,8	3,4	3,4	4,6
Serviços	0,3	2,1	2,1	3,3
Comércio	0,3	2,1	2,1	3,6
Transporte	-0,6	1,1	1,1	2,1
Outros serviços	1,5	2,9	2,9	4,2
Administração pública	0,6	0,5	0,5	1,3

Fonte: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac). FIP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).
Nota: Estimativas preliminares, sujeitas a revisão.

Nas indústrias de trans-
formação, houve retração
de -1,3% no volume de va-
lor adicionado no primeiro
trimestre em comparação
com o trimestre imedia-
tamente anterior na série
com ajuste sazonal. Tal fato
se deveu à queda na pro-
dução física dos derivados
de petróleo e de biocom-
bustíveis, de produtos de
minerais não-metálicos, da
metalurgia, de máquinas e
equipamentos e de veícu-
los automotores.

A fabricação de pro-
dutos químicos pratica-
mente não se alterou, e a
expansão da produção da
indústria de alimentos,
bebidas, fumo, celulose e
na fabricação de produtos

de metal não foi suficiente
para compensar o peso dos
setores manufatureiros em
contração.

Nos demais grupamen-
tos de atividade do setor
industrial, também se ob-
servou variação negativa
do valor adicionado pelos
serviços industriais de uti-
lidade pública e na cons-
trução no primeiro trimes-
tre de 2025 na comparação
com o trimestre imedia-
tamente anterior na série
com ajuste sazonal.

Nas atividades de gera-
ção e distribuição de eletri-
cidade, gás, água e sanea-
mento, predomina o valor
adicionado no segmento da
distribuição – para o qual o

volume da produção pode
ser aferido conforme a evo-
lução do consumo de ele-
tricidade (em MWh) – e no
da geração de eletricidade.

No primeiro trimestre
de 2025, o consumo total
de eletricidade em Minas
Gerais ampliou-se ligei-
ramente na comparação
com o trimestre imediata-
mente anterior⁹, enquanto
se contraía a geração de
eletricidade no segmento
hidroelétrico (a geração de
eletricidade praticamente
não se alterou no modal
térmico e continuou em ex-
pansão no modal solar).

Com relação ao nível
de atividade na indústria
da construção, verificou-se

que os indicadores da produção física na fabricação de produtos de minerais não metálicos (PIM-PF) apresentaram queda acentuada no primeiro trimestre em Minas Gerais na comparação com o trimestre imediatamente anterior na série com ajuste sazonal. Além disso, os indicadores da evolução do mercado de trabalho (tanto da Pnad-C quanto do Novo Caged) mostraram acentuada destruição de empregos no setor na série com ajuste sazonal e sustentam o diagnóstico de retração do volume de valor adicionado nesse grupamento de atividade econômica estadual no período considerado.

SERVIÇOS

Os serviços representam diretamente pouco menos que dois terços da economia estadual e são compostos pelas quatro atividades seguintes: comércio, transportes (inclusive armazenagem e correios), administração pública e outros serviços.

No primeiro trimestre de 2025, em comparação com o trimestre imediatamente anterior, a expansão do volume de vendas no comércio de combustíveis, de hipermercados, de veículos automotores e de material de construção compensou a retração nos três segmentos seguintes: móveis e eletrodomésticos, farmácia e, terceiro, equipamentos e aparelhos de informática e comunicação.10

Nas atividades de transporte, houve expansão real

MINAS GERAIS/BRASIL – PIB EM US\$ milhões
2001/2023*

Ano	Minas Gerais	Brasil	MG/Brasil-%
2001	47.837	559.563	8,55
2002	42.345	508.101	8,33
2003	46.956	559.465	8,39
2004	58.761	669.340	8,78
2005	77.411	892.033	8,68
2006	97.715	1.107.131	8,83
2007	123.421	1.396.797	8,84
2008	151.689	1.693.147	8,96
2009	144.247	1.672.625	8,62
2010	199.673	2.209.751	9,04
2011	239.042	2.614.482	9,14
2012	226.302	2.463.549	9,19
2013	225.938	2.468.456	9,15
2014	219.463	2.454.846	8,94
2015	155.584	1.796.168	8,66
2016	156.432	1.800.134	8,69
2017	180.570	2.063.185	8,75
2018	168.224	1.916.213	8,78
2019	165.181	1.872.800	8,82
2020	132.355	1.475.529	8,97
2021	159.031	1.670.493	9,52
2022	182.082	1.951.572	9,33
2023*	206.296	2.178.416	9,47
2024*	197.498	2.190.991	9,01

Projeções preliminares – US\$ correntes. Fonte: IBGE/Banco Central do Brasil/
Fundação João Pinheiro – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

do valor adicionado na comparação com o trimestre imediatamente anterior, interanual e no acumulado do ano.

Para as atividades agrupadas na rubrica de outros serviços,11 os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) fornecem informações importantes para se acompanhar o nível de atividade dos segmentos empresariais não financeiros desse setor, com exceção dos segmentos da saúde e da educação.

Na comparação do primeiro trimestre de 2025 com o trimestre imediatamente anterior na série com ajuste sazonal, houve expansão do volume de produção nos serviços de

informação e comunicação, mas queda nos serviços prestados às famílias, nos serviços profissionais, técnico-científicos e administrativos e nas atividades características do turismo. Na comparação interanual, entretanto, ainda se verifica expansão do volume de produção em todos os segmentos mais relevantes para a economia estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a Fundação João Pinheiro, quando se leva em consideração, além das variações nas quantidades produzidas (chamadas de variações reais), o efeito nas mudanças observado nos preços dos bens e serviços que compõem o PIB estadual, são obtidas as

estimativas dos valores nominais (calculadas a preços correntes de cada período) para os agregados macroeconômicos (gráfico 2).

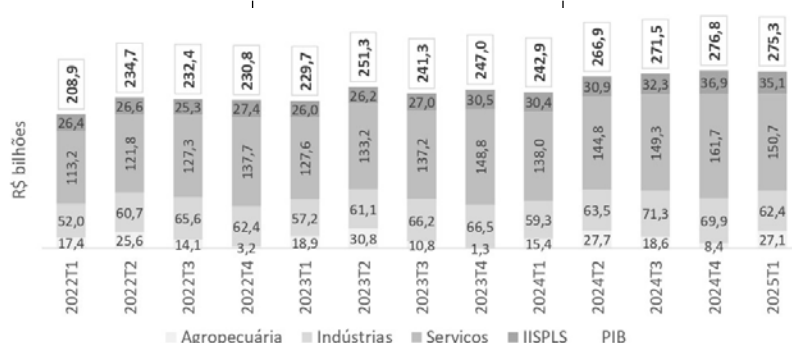
Nessa perspectiva, estimou-se o PIB nominal de Minas Gerais em R\$275,3 bilhões no primeiro trimestre de 2025 contra R\$242,9 bilhões no primeiro trimestre de 2024. A variação nominal, de 13,3%, pode ser decomposta na soma da variação real (1,4%) com a variação do deflator implícito do PIB12 (11,8%).

O Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades agropecuárias foi estimado em R\$27,1 bilhões no primeiro trimestre de 2025, enquanto, nas indústrias, totalizou R\$62,4 bilhões e, nos serviços, R\$150,7 bilhões.13

Contraposto ao valor nominal do PIB do Brasil, estimado pelo IBGE em R\$3.019,6 bilhões no primeiro trimestre de 2025, conclui-se que a participação do PIB de Minas Gerais no total nacional foi de 9,1% no período (gráfico 3), acima da participação estimada para o primeiro trimestre de 2024 (8,8%).

OBSERVAÇÕES

1. Alojamento e alimentação, informação e comunicação, finanças e seguros, aluguel e atividades imobiliárias, atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas, educação e saúde mercantis, artes, cultura, lazer e outros



serviços e, por último, serviços domésticos.

2. Ajuste sazonal é um procedimento estatístico que anula o efeito da sazonalidade (fatores que se repetem à mesma época do ano e que obscurecem comparações entre períodos no mesmo ano) nos dados de séries temporais.
3. Compostos, principalmente, pelas atividades de geração e distribuição de eletricidade e água.
4. Primeiro trimestre de 2025 contra o primeiro trimestre de 2024.
5. Soja, milho, banana e tomate, além das primeiras safras de feijão e de batata-inglesa no primeiro

trimestre; café, soja e milho no segundo trimestre; café, cana-de-açúcar e milho no terceiro trimestre; e somente cana-de-açúcar no quarto trimestre.

6. Vale também notar que a grande valorização do café em 2024 se repercutiu em aumento da participação dessa lavoura no valor da produção agrícola estadual, diminuindo o peso conferido à soja e ao milho na composição do valor adicionado na atividade.
7. Nas indústrias extrativas, há predomínio da produção de minério de ferro; nas indústrias de transformação, se

destacam a fabricação de alimentos e a metalurgia.

8. Na comparação interanual, houve aumento da produção de minério de ferro na Anglo American, na CSN Mineração e na Mineração Usiminas.
9. Ajuste sazonal sobre informações originais da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) do Ministério de Minas e Energia (MME).
10. Na comparação anual, somente não houve expansão do volume de vendas no segmento de combustíveis.
11. Na classificação de atividades adotada para a divulgação do PIB trimestral de Minas Gerais.

12. O deflator do PIB corresponde a um índice geral dos preços da economia com ponderação dada pela participação dos bens e serviços na estrutura produtiva do território considerado. Similarmente, os deflatores dos valores adicionados setoriais correspondem a um índice geral dos preços praticados nas atividades econômicas consideradas em cada grupo (agropecuária, indústrias e serviços).

13. O valor adicionado é calculado a preços básicos, que não incluem os impostos indiretos líquidos de subsídios sobre os produtos.
14. Fonte: FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).
15. Nota: Os resultados trimestrais de 2023 a 2025 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.



Somos a seguradora favorita dos mineiros!

Estamos orgulhosos pelo reconhecimento na 30ª edição do prêmio Top of Mind MercadoComum 2025, de Minas Gerais.

Mais do que na lembrança, queremos continuar presentes no que realmente importa: o cuidado no dia a dia.



Todo cuidado é Porto.





A solidão do ministro da Fazenda é a mesma de todos os brasileiros

Roberto Brant

Advogado, ex-deputado federal, ex-ministro da Previdência Social

A questão fiscal volta a assombrar o ambiente político.

Por mais tediosas que sejam essas questões fiscais, sua discussão neste momento está se mostrando mais do que um embate técnico, para tornar-se de fato um realinhamento das forças políticas em relação ao governo. Parece que os políticos estão aproveitando para encurralar o governo e, se for o caso, impor-lhe uma derrota, para demarcar de uma vez os lados para as eleições do ano que vem.

É a velha rotina do nosso desgastado presidencialismo de coalizão, ou, seria melhor dizer, de cooptação. Empossado o governo, a maioria dos partidos associa-se a ele para compartilhar os frutos doces do poder. Quando o governo se aproxima de seu entardecer a maioria começa a desfazer-se, voltando cada grupo ao seu leito de origem para ver o que acontece nas eleições seguintes.

No entanto, a questão fiscal existe e é uma pena que nem o governo nem o Congresso lhe atribuam sua real gravidade. Neste momento em particular, na arena da política somente o ministro da Fazenda parece estar dando a ela a importância que tem, mas está completamente sozinho neste empenho. Nem o governo nem as suas lideranças parlamentares parecem solidários à luta do ministro para salvar o chamado Arcabouço Fiscal, deixando-o exposto solitariamente aos influencers do Parlamento e ao cerco da imprensa.

Para falar a verdade, o Arcabouço foi sempre um erro. Foi concebido para dar fim ao Teto de Gastos, que foi instituído no governo Temer para evitar o colapso do estado e mantido no governo Bolsonaro. Com todas suas limitações, se



tivesse durado mais um pouco teria desenvolvido a potência fiscal necessária para se governar um país com tantas carências. Mas o governo Temer e o governo Lula são de naturezas muito diferentes. Temer, na sua tarefa de reconstruir o país, a partir de escombros, com medidas duras, sempre conviveu com baixa aprovação. Alguém deve se lembrar de que logo no seu início o publicitário Nizan Guanais fez a Temer o apelo para que não desperdiçasse sua impopularidade e fizesse para o país o que fosse preciso. Assim foi feito. Veio o Teto de Gastos, a reforma trabalhista, a Lei das Estatais, o resgate da Petrobrás e tanta coisa mais em um curto mandato. Teria feito ainda mais não fora o inexplicável assédio do procurador da República. Ali os poderes começaram a se estranhar.

O governo Lula, ao contrário, tem pânico da impopularidade e para evitá-la, mesmo que temporariamente, é capaz de qualquer coisa. Diante do Teto de

Gastos que o impediria de gastar o que não tinha para turbinar sua popularidade, ainda em 2022 conseguiu a cumplicidade do Congresso para gastar logo no primeiro ano de mandato 230 bilhões de reais acima do teto. Foi preciso uma emenda à Constituição – a PEC da transição. Já no exercício da presidência fulminou de vez o Teto, com a aprovação do chamado Arcabouço Fiscal que, mesmo liberando mais despesas, prometia alguma contenção.

Mesmo com aumentos aleatórios de impostos, as promessas do Arcabouço ficaram para trás, os déficits continuaram e continuou o aumento da dívida pública, agravada por juros extravagantes, que os próprios dirigentes escolhidos por Lula não podem aliviar por causa da expansão dos gastos que está na própria lógica do governo.

Diante de tudo isto sobressai a figura melancólica do ministro da Fazenda, que, fiel ao seu papel de guardião da integridade do crédito público e do equilíbrio financeiro do estado e da economia, tenta numa jornada solitária salvar o país do colapso que se anuncia para o próximo período presidencial. Não pode propor mais do que remendos, pois o ministério da Fazenda não decide sobre os gastos, apenas paga o que foi gasto e faz a gestão da dívida pública.

O que vem sendo proposto realmente não merece aprovação, mas o que precisa ser feito não conta com a aprovação do governo e dificilmente seria aprovado por um Congresso que só pensa nas eleições.

A solidão do ministro da Fazenda é a mesma de todos os brasileiros. Mais uma vez estaremos sozinhos para enfrentar nosso destino.



Os imóveis da discórdia

Nestor de Oliveira

Jornalista e escritor

A omissão do Governador de Minas, nos últimos seis anos de seu duplo mandato, fez com que a dívida de nosso estado aumentasse em 100% o seu valor. Dos R\$ 80 bilhões de 2018 chegamos aos impagáveis R\$ 160 bilhões atuais, em números aproximados. Navegou-se na confortável decisão do Supremo, concedida ao ex-governador Fernando Pimentel, de suspensão dos pagamentos, como se o futuro não cobrasse, e caro, tal omissão.

Na certa, e à época, fez ouvidos moucos a tão sério compromisso, considerando que pagar aos funcionários seus salários em dia já seria um grande ato, suficiente e bastante para marcar a gestão. Argumento menor, aliás, repetido milhares de vezes cansando os mineiros com tão pouca ação dentre as centenas de carências nas mais diversas áreas. Estradas destruídas, escolas entregues ao abandono, saúde sem médicos ou vacinas e atenção, segurança sem investimentos, quebrando outra de nossas virtudes, são o saldo de anos de ausência e gestão. O desprezo do governador aos ritos do cargo chega a ferir a conservadora alma mineira, que tanto preza e respeita nossas tradições. Deixar de residir no Palácio das Mangabeiras - seu primeiro ato de agressão, foi quebrar um paradigma de forma pueril, em nome de porca economia. Comer banana com casca, fazer limpeza da casa, assar pão de queijo, colher frutas, são demonstrações de espírito menor, descabidos, que em nada honram o Governador de Minas. Fomos formados na grandeza dos homens públicos, aprendendo a respeitá-los



pela conduta pública, tão própria e coerente com nosso espírito.

Tivemos, no passado, grandes nomes que nos orgulham pela sua postura política e ações. Lembrar Arthur Bernardes, Wenceslau Braz, Antônio Carlos, Olegário Maciel, Bias Fortes, Milton Campos, Juscelino Kubistchek, Magalhães Pinto, Tancredo Neves e Itamar Franco, é encher o peito de orgulho e relembrar suas gestões e fortes presenças no cenário político mineiro e nacional. O Brasil respeitava Minas, com justa razão. Foi neste passado que formamos a alma política de Minas, tão forte e serena quanto suas serras, firmes, ricas, desconfiadas, porém altas. Nunca permitimos que nossa orgulhosa imagem fosse ofendida, fazendo honra ao nosso passado de inconfidentes e libertadores.

Estamos agora diante de um novo e lamentável fato, a entrega de nosso patrimônio imobiliário, especialmente o Cultural, à União, para atender ao Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag), solução final encontrada para atender aos devedores inadimplentes. Já é um absurdo oferecer nossas Estatais como lastros de crédito, como a CEMIG, COPASA, CODEMIG e outras, estando também na lista imóveis que jamais deveriam estar ali, como a sede da Filarmônica, o Palácio das Artes, a Cidade Administrativa, sede do Governo do Estado, Hospital Risoleta Neves, a UEMG e tantos outros patrimônios que são um pedaço de nossa alma. Assistir a isto tudo calados e com a anuência de nossa Assembleia Legislativa é ferir com requinte de maldade ao que nos resta de orgulho e mineiridade.



Os índices de avaliação do Governo Lula

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifteo, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

Recente pesquisa do Datafolha, aponta que a reprovação do governo Lula atingiu 40%, registrando um leve aumento em comparação com o levantamento anterior. Paralelamente, a aprovação do governo caiu para 28%. Uma outra instituição de pesquisas registrou reprovação de 43% e aprovação de 25%.

Anteriormente, os números eram de 39% de reprovação e 29% de aprovação no Datafolha. Esses dados demonstram uma insatisfação crescente do povo brasileiro.

Com 72% ou 75% da população não considerando bom o governo atual, fica evidente que não há uma percepção de boa gestão e o presidente Lula deveria refletir sobre esses dados.

De fato, os recentes escândalos no INSS devem ter tido um peso considerável na queda de sua aprovação. Isso remete a episódios passados, como os escândalos do Petrolão, Mensalão e da própria Operação Lava Jato.

Hoje, todos os envolvidos estão soltos, com os processos encerrados ou anulados, seja por questões processuais ou por prescrição.

Isso também gera na população a sensação de que um aspecto fundamental da administração, que é o combate à corrupção, não tem sido efetivo. Nos governos do PT, tal combate não ocorreu como deveria haja vista, repito, os escândalos do Mensalão, Petrolão, Lava Jato, e agora, do INSS, com ministro já afastado para investigação.

Essa situação, aliada à política econômica de gastos excessivos e ao constante aumento da tributação, leva 72% da população brasileira a concluir que o governo não está bem.

Apenas 28% dos brasileiros consideram o governo Lula positivo. Esse percentual parece corresponder ao “bloco tradicional” que o PT sempre teve nas eleições: um grupo que

apoia consistentemente as teses de esquerda.

Apesar de estar em 28%, esse bloco fiel ao presidente Lula é composto por apoiadores genuínos, e não por aqueles que ocupam ministérios por mera conveniência. Muitos destes últimos, inclusive, poderão se opor ao presidente Lula caso ele se candidate novamente.

Para 2026, o apoio que se mantém vem daqueles que são autenticamente de esquerda, mas 72% da população não aprova a gestão atual, o que demanda uma profunda reflexão.

Será que vale a pena continuar nessa tensão permanente, onde o Poder Judiciário é pressionado pela esquerda para punir, justamente quando aqueles que mais deveriam ser condenados neste país — os corruptores e os corruptos — estão todos soltos por questões processuais?

O presidente Lula deveria refletir profundamente sobre a atual situação. Entendo que uma nação que falha no combate à corrupção e que erra repetidamente na política econômica, acaba por prejudicar o próprio povo. Isso se manifesta no aumento constante da tributação, nos gastos com dinheiro que não se tem e, ao mesmo tempo, na falta de demonstração clara de zelo pelo dinheiro público.

Talvez o resultado das pesquisas faça o presidente, que em seus dois primeiros mandatos foi pragmático, dialogando com todos e fazendo questão de se apresentar como um homem diplomático, pensar em seu comportamento atual. Agora, ele critica de todas as formas, por vezes agressivamente, aqueles que estão na oposição. Esse estilo, após quase dois anos e meio de governo, contribui para sua reprovação de 40% ou 43% e para uma aprovação de apenas 28% ou 25%.

Ora, o debate deveria ser de pacificação e não um embate de radicalizações, em que pesso-

as sem histórico criminal ou sem armas para iniciar uma revolução, recebem penas de 14, 15 e 16 anos. Tudo isso deverá ter um peso significativo nas próximas eleições.

Por outro lado, é evidente que a oposição tem crescido. Sua força, no entanto, será testada nas eleições de 2026.

Eu gostaria que tivéssemos um país pacificado. Um país onde o debate entre esquerda e direita, entre conservadores e aqueles que se dizem progressistas, fosse de alto nível, como ocorre, por exemplo, no parlamento da Inglaterra, e não o cenário que estamos vivendo no Brasil.

Se não houver essa pacificação, creio que teremos uma campanha eleitoral em 2026 onde o ódio continuará prevalecendo.

A avaliação negativa do presidente Lula chegou a um nível tal que não há narrativa que possa superar essa queda do governo que, não querendo mudar, parece estar desorientado, sem direção.

O Brasil está afundando. Está entrando no campo minado da inflação. Estamos enfrentando brigas desnecessárias com o exterior e querendo regular a opinião pública por meio de decretos que impeçam o povo de falar; sendo que, com essa queda nas pesquisas do atual mandatário do Brasil, o povo tem que criticar:

E a crítica ao governo gera, evidentemente, um ambiente muito ruim para o país. O problema não é controlar a opinião pública, mas sim as despesas, os gastos, a inflação, a corrupção e tudo aquilo que começa a preocupar.

Seja como for, o governo do presidente Lula, com sua política econômica equivocada, escândalos não solucionados como o do INSS e, erros acumulados, corre um sério risco. Afinal, 72% ou 75% do eleitorado brasileiro não considera sua gestão positiva.

Senado promulga lei que fortalece os laços entre Brasil e Israel

Lei estabelece o dia 12 de abril como Dia da Amizade Brasil-Israel



A Confederação Israelita do Brasil (CONIB) destaca a promulgação da lei que estabelece o dia 12 de abril como o Dia da Amizade Brasil-Israel, oficializada nesta quarta-feira (25) pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. A iniciativa reforça uma relação construída ao longo de décadas, sustentada por valores como democracia, diversidade e cooperação entre os dois países.

A data faz referência à instalação

da primeira representação diplomática brasileira em Israel, em 1951, e simboliza o reconhecimento institucional de uma amizade marcada por contribuições mútuas e respeito recíproco.

Para o presidente da CONIB, Cláudio Lottenberg, “o presidente do Senado reafirma o sentimento do povo brasileiro, que tem por Israel amor, respeito e gratidão. A tecnologia do Estado judeu vem beneficiando muito

o Estado brasileiro, e Israel também tem gratidão pelo Brasil, pois, na figura de Oswaldo Aranha, reconhece a importância de nosso país na criação do Estado judeu.”

A CONIB considera que a oficialização da data representa um avanço nas relações entre Brasil e Israel e valoriza o papel do Congresso Nacional como agente promotor do diálogo e do fortalecimento dos vínculos internacionais.

Nova York: na cidade dos milionários, um socialista é favorito a prefeito



A principal cidade dos EUA pode estar prestes a eleger um prefeito muçulmano, socialista e com propostas ousadas.

Zohran Mamdani, deputado estadual pelo Queens, venceu as primárias democratas e agora é o favorito para assumir o comando de Nova York — cidade mais rica do mundo e símbolo do capitalismo global.

Filho de imigrantes, Mamdani defende ideias populares, como ônibus gratuitos, congelamento de aluguéis e criação de mercados e creches públi-

cas — tudo bancado com aumento de impostos sobre milionários.

O discurso tem conquistado os jovens nova-iorquinos, fazendo com que o político viralize nas redes sociais e mobilize um exército de voluntários com a promessa de tornar a cidade mais acessível.

Seu plano inclui US\$ 70 bilhões em moradia pública e a criação de um novo departamento para segurança comunitária - com menos presença policial e mais assistência social.

Se o candidato tem agradado eleitores, o mesmo não se pode dizer dos partidos. Enquanto republicanos apontam sua ascensão como sinal de que o Partido Democrata “perdeu o rumo”, os democratas mais conservadores — leia-se aliados de Hillary Clinton — o acusam de ser um radical.

A seis meses da eleição, Mamdani lidera em um cenário em que Nova York concentra 384 mil milionários, mas também tem 1/4 da população vivendo na pobreza.



Entendemos que cada cliente é único

Gestão de patrimônio significa
total personalização, transparência e
confiança aos nossos clientes.

Para nós, da Portogallo Family Office, o
planejamento do seu futuro é o que mais
importa para nós.

Acreditamos no seu potencial.
E você, acredita?

**Não administramos fortunas,
administramos futuros.**



PORTOGALLO

FAMILY OFFICE

*Não administramos fortunas.
Administramos futuros.*

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830

www.portogallofamilyoffice.com.br



Pela 14ª vez, brasileiros são os que menos sentem o retorno de seus impostos em melhorias no bem-estar da sociedade em ranking de 30 países

Em contraponto, Irlanda (1º), Suíça (2º), Estados Unidos (3º), Austrália (4º) são os melhores classificados. E, pela primeira vez, Israel (5º) — que antes ocupava o décimo lugar no ranking — está entre os cinco primeiros



Apesar da alta e crescente arrecadação tributária no país, o Brasil, quando comparado aos demais, segue sendo o que menos retorna os valores em prol da melhoria na qualidade de vida da sua população. Os dados são da 14ª edição do Índice de Retorno ao Bem-Estar da Sociedade (IRBES), um estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

O IBPT analisou os 30 países com

a maior carga tributária nos últimos anos e, como resultado, os brasileiros, pela 14ª vez, seguem recebendo pouco retorno em bem-estar, por meio da arrecadação dos seus impostos. Os brasileiros, inclusive, perdem para países da América do Sul, como a Argentina (11º) e o Uruguai (14º).

O país também fica atrás do Chile que, por ter carga tributária bem mais baixa, não faz parte deste ranking, con-

forme ressalta o presidente-executivo do IBPT e autor do estudo, João Eloi Olenike: “É notável e alarmante como países menores que o Brasil, tem maior relevância no retorno dos impostos à sociedade do que nós, que possuímos maior arrecadação. São observações que ressaltam o cenário em que os brasileiros se encontram”, diz.

As classificações dos países com pior desempenho em retorno dos im-

OS CINCO PIORES CLASSIFICADOS

BÉLGICA	43,20%	0,942	145,39	26°	27°
LUXEMBURGO	42,80%	0,927	144,58	27°	16°
ÁUSTRIA	42,10%	0,913	144,19	28°	28°
ITÁLIA	42,00%	0,906	143,71	29°	26°
BRASIL	33,43%	0,786	143,37	30°	30°

postos à sociedade contemplam as nações que antecedem o Brasil (30°), como Itália (29°), Áustria (28°), Luxemburgo (27°), Bélgica (26°) e outros, muito em conta da alta carga tributária.

“Não podemos esquecer de reforçar que, desde a primeira edição do estudo, o Brasil tem se mantido em 30° lugar. Isso demonstra que o valor arrecadado com tributos continua sendo mal aplicado no país. Apesar de termos uma carga tributária alta, digna de países desenvolvidos como Reino Unido, França e Alemanha, o IDH nacional reflete um desenvolvimento humano muito precário”, afirma Olenike.

AS MELHORES CLASSIFICAÇÕES

Os dados do levantamento também exploram quais são as nações que mais retornam seus impostos em bem-estar à sociedade. Os resultados mostram que a Irlanda (1°), apesar de uma pequena queda no valor do IRBES devido ao aumento da carga tributária, ainda lidera o ranking pela sétima vez consecutiva.

Na sequência aparecem Suíça (2°), Estados Unidos (3°), Austrália (4°). Um fato relevante é a presença de Israel (5°) entre os cinco primei-

ros pela primeira vez — na edição anterior, o país estava em décimo lugar.

O presidente-executivo do IBPT, João Eloi Olenike, explica que a melhora de Israel se deu por avanços nos índices do país. Em 2022, Israel tinha uma carga tributária de 32,90% do PIB, que caiu para 29,70% em 2023 — uma queda substancial. “Em 2022, o IDH de Israel era de 0,915, passando para 0,927 no ano seguinte, o que, em termos deste indicador, é um salto extremamente relevante.”

O autor do estudo ainda ressalta a importância de a Irlanda manter a liderança. “Apesar de continuar em primeiro lugar, em 2023 houve aumento na carga tributária, o que reduziu o IRBES. Ainda assim, o valor foi suficiente para manter a liderança. Com 169,65 pontos, os irlandeses viram a Suíça se aproximar com 165,11. Quem sabe, nas próximas edições, teremos mudanças nesse cenário”, afirma Olenike.

FUTURO

A tendência para os próximos anos, segundo Olenike, é a manutenção do cenário atual, com eventuais alterações pontuais, como a observada com Israel. “Quanto ao Brasil, en-

quanto não tivermos cortes em gastos desnecessários, combate à corrupção e mais recursos destinados a áreas essenciais, dificilmente melhoraremos nossa posição. Só com menos desvios e mais investimentos em setores como educação, saúde, habitação, saneamento, pesquisa e segurança, poderemos corrigir essa rota”, conclui.

RANKING

O autor do estudo ainda ressalta a importância de a Irlanda manter a liderança. “Apesar de continuar em primeiro lugar, em 2023 houve aumento na carga tributária, o que reduziu o IRBES. Ainda assim, o valor foi suficiente para manter a liderança. Com 169,65 pontos, os irlandeses viram a Suíça se aproximar com 165,11. Quem sabe, nas próximas edições, teremos mudanças nesse cenário”, afirma Olenike.

FUTURO

A tendência para os próximos anos, segundo Olenike, é a manutenção do cenário atual, com eventuais alterações pontuais, como a observada com Israel. “Quanto ao Brasil, en-

OS CINCO MELHORES CLASSIFICADOS

DISCRIMINAÇÃO	IRBES - ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR DA SOCIEDADE				
RANKING	ANO 2022	ANO 2022	ÍNDICE OBTIDO	RESULTADO	RESULTADO
PAÍSES MELHORES CLASSIFICADOS	C.T SOBRE O PIB	IDH	IRBES	RANKING	RANK. ANTERIOR
IRLANDA	22,70%	0,950	169,65	1°	1°
SUIÇA	27,90%	0,967	165,11	2°	2°
ESTADOS UNIDOS	26,90%	0,921	162,35	3°	3°
AUSTRÁLIA	29,10%	0,942	161,61	4°	4°
ISRAEL	29,70%	0,927	159,64	5°	10°

RANKING COMPLETO

DISCRIMINAÇÃO	IRBES - ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR DA SOCIEDADE				
RANKING	ANO 2023	ANO 2023	ÍNDICE OBTIDO	RESULTADO	RESULTADO
30 PAÍSES DE MAIOR TRIBUTAÇÃO	C.T SOBRE O PIB	IDH	IRBES	RANKING	RANK. ANTEIOR
IRLANDA	22,70%	0,950	169,65	1º	1º
SUIÇA	27,90%	0,967	165,11	2º	2º
ESTADOS UNIDOS	26,90%	0,921	162,35	3º	3º
AUSTRÁLIA	29,10%	0,942	161,61	4º	4º
ISRAEL	29,70%	0,927	159,64	5º	10º
CORÉIA DO SUL	29,90%	0,923	159,07	6º	5º
NOVA ZELÂNDIA	33,00%	0,939	156,87	7º	8º
CANADÁ	33,20%	0,936	156,38	8º	7º
ISLÂNDIA	36,10%	0,959	155,00	9º	6º
JAPÃO	33,70%	0,923	154,70	10º	12º
ARGENTINA	28,60%	0,849	154,28	11º	22º
NORUEGA	37,90%	0,966	153,53	12º	23º
REINO UNIDO	35,30%	0,924	152,95	13º	11º
URUGUAI	29,00%	0,830	152,20	14º	9º
REPÚBLICA TCHeca	34,30%	0,895	151,63	15º	13º
ALEMANHA	38,80%	0,947	150,88	16º	15º
ESLOVÊNIA	36,90%	0,918	150,60	17º	14º
ESPAÑA	37,50%	0,911	149,31	18º	17º
ESLOVÁQUIA	34,50%	0,859	148,34	19º	21º
FRANÇA	42,80%	0,969	148,15	20º	24º
HUNGRIA	34,80%	0,859	148,00	21º	18º
SUÉCIA	42,00%	0,952	147,62	22º	19º
FINLÂNDIA	41,60%	0,942	147,23	23º	25º
GRÉCIA	38,50%	0,893	146,63	24º	29º
DINAMARCA	44,10%	0,956	145,55	25º	20º
BÉLGICA	43,20%	0,942	145,39	26º	27º
LUXEMBURGO	42,80%	0,927	144,58	27º	16º
ÁUSTRIA	42,10%	0,913	144,19	28º	28º
ITÁLIA	42,00%	0,906	143,71	29º	26º
BRASIL	33,43%	0,786	143,37	30º	30º

essenciais, dificilmente melhoraremos nossa posição. Só com menos desvios e mais investimentos em setores como educação, saúde, habitação, saneamento, pesquisa e segurança, poderemos corrigir essa rota”, conclui.

CONCEITOS UTILIZADOS NO ESTUDO:

Carga tributária

É a relação percentual entre a arrecadação total de tributos em todas as

esferas (federal, estadual e municipal) e o valor do PIB no mesmo período.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, es-

pecialmente bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990, pelo economista paquistanês Mahbubul Haq, vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seu relatório anual.

O IDH é um índice que serve de comparação entre os países, com o objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Este índice é calculado com base em dados



A Irlanda lidera o ranking pela sétima vez consecutiva

econômicos e sociais. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, pode-se afirmar que esse país é o que atingiu maior grau de desenvolvimento.

Para atingir o objetivo deste estudo, foi criado um índice para demonstrar o nível de retorno à população dos valores arrecadados com tributos, em cada país. O IRBES – Índice de Retorno De Bem Estar à Sociedade, é resultado da somatória da carga tributária, ponderada percentualmente pela importância deste parâmetro, com o IDH, ponderado da mesma forma.

Metodologia

O ranking é determinado pela ordem decrescente do valor calculado referente ao IRBES de cada país. Quanto maior o valor deste índice, melhor é o retorno da arrecadação dos tributos para a população.

O IRBES é decorrente da somató-

ANO DE 2023	EM R\$ MIL
ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 3.629,059,00
PIB	R\$ 10.856,112,00
CARGA TRIBUTÁRIA	33,43%

ria do valor numérico relativo à carga tributária do país, com uma ponderação de 15%, com o valor do IDH, que recebeu uma ponderação de 85%, por entendermos que o IDH elevado, independentemente da carga tributária do país, é muito mais representativo e significativo do que o percentual da carga tributária, independentemente do IDH. Assim sendo, entendemos que o IDH, necessariamente, deve ter um peso bem maior para a composição do índice.

O Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) foi fun-

dado em 12 de dezembro de 1992, com o objetivo inicial de congregar estudiosos das ciências jurídica, contábil, social e econômica para debater sobre temas relacionados ao cotidiano tributário. Desde sua fundação, o IBPT se dedica ao estudo do complexo sistema tributário no país, sendo reconhecido pela adoção de uma linguagem clara e precisa à sociedade sobre a realidade tributária brasileira. O IBPT também lançou bases e fundamentos para viabilizar a lógica da transparência fiscal, promovendo conscientização tributária.

Agronegócio fornece 29% de toda a energia renovável do país

Setores como alimentos e bebidas, papel e celulose, cerâmica e ferroligas já usam majoritariamente energia derivada da biomassa agropecuária. Em alguns casos, ela supera 70% da matriz energética industrial



O agronegócio não é apenas um consumidor de energia, mas, sim, um dos principais fornecedores de energia renovável do país. O setor responde por cerca de 29% de toda a energia usada no Brasil – e, dentro do grupo das fontes renováveis, sua contribuição chega a impressionantes 60%. É o que revela o estudo inédito “Dinâmicas de Demanda e Oferta de Energia pelo Agronegócio” do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

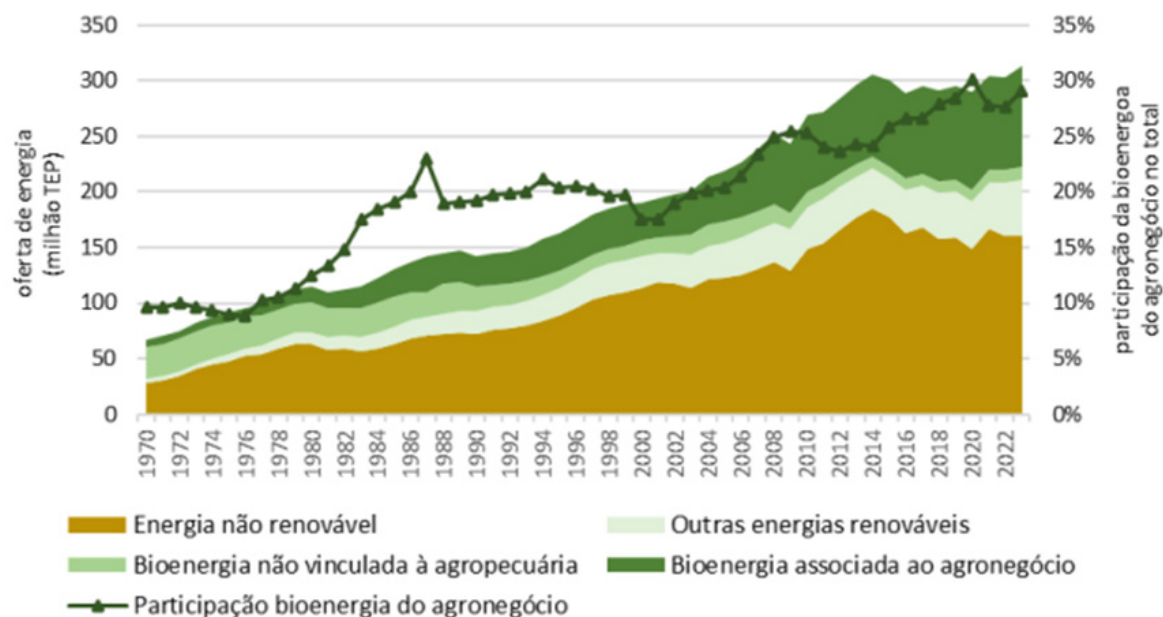
De acordo com o coordenador do núcleo de bioenergia do Observatório da FGV, Luciano Rodrigues, o agrone-

gócio brasileiro sempre foi sinônimo de produtividade, exportações recordes e segurança alimentar. O estudo evidencia que uma nova dimensão se impõe desse setor: sua relevância estratégica na transição energética do Brasil.

“Esse protagonismo não se restringe à quantidade de energia limpa ofertada no País ou a presença dos biocombustíveis no setor de transporte – ele também se reflete nos destinos da bioenergia do agro, que se coloca como principal origem da matriz energética de vários setores industriais”, concluiu Rodrigues.

Sob a ótica da demanda, apesar de não figurar entre os países com maior intensidade energética, o consumo de energia pelo agro brasileiro requer alguma atenção, sobretudo pelo uso do diesel.

“O agronegócio no Brasil possui diversas características favoráveis para a utilização de energia limpa em toda sua cadeia produtiva: o clima tropical, a produção extensiva com menos irrigação, a elevada produtividade por hectare, mais de uma safra por ano, tecnologia e manejo adaptados às condições edafoclimáticas do país. No entanto, essa vantagem convive com



Fonte: Elaboração própria.

uma vulnerabilidade: a dependência do diesel. Em 2022, 73% da energia usada diretamente na agropecuária brasileira veio de combustíveis fósseis, em especial o diesel. Isso torna o setor sensível a choques externos, como variações no preço do petróleo ou crises geopolíticas”, explica o pesquisador.

1 - USO DE ENERGIA POR VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (GJ/USD1000)

O consumo de energia por valor da produção agropecuária é um indicador consolidado mundialmente para mensurar a eficiência energética e econômica do setor agropecuário, permitindo avaliar quanto de energia é requerido para gerar cada mil dólares (USD) de valor bruto da produção agropecuária.

Em 2022, o Brasil apresentou uma intensidade de uso de energia na agropecuária de 1,9 GJ por mil dólares de valor bruto da produção, patamar próximo à média mundial, estimada em 1,7 GJ/USD1000.

No caso brasileiro, os resultados evidenciam uma vantagem competi-

tiva moderada em termos de eficiência energética econômica, reforçando que o país consegue gerar valor agrícola com consumo energético relativamente eficiente ante países desenvolvidos. Contudo, permanecem desafios associados à melhoria da eficiência dos sistemas produtivos, especialmente em segmentos agroindustriais de menor valor agregado por tonelada produzida.

2 - BRASIL FORNECEDOR GLOBAL DE ALIMENTOS

Outro indicador analisado foi o de consumo de energia por valor da produção de alimentos, que mede a intensidade energética associada exclusivamente às cadeias agropecuárias voltadas à produção de alimentos.

Essa métrica é particularmente relevante no contexto das discussões internacionais sobre segurança alimentar e sustentabilidade, pois permite aferir a eficiência energética relativa ao fornecimento de alimentos para a sociedade.

Em 2022, o Brasil apresentou um consumo de 2,0 GJ de energia por mil

dólares de valor da produção de alimentos, valor ligeiramente superior à média global (1,7 GJ/USD1000), mas inferior a diversos países produtores relevantes, como: Argentina (8,2 GJ/USD1000); Canadá (4,3 GJ/USD1000); Espanha (2,4 GJ/USD1000); e França (2,2 GJ/USD1000).

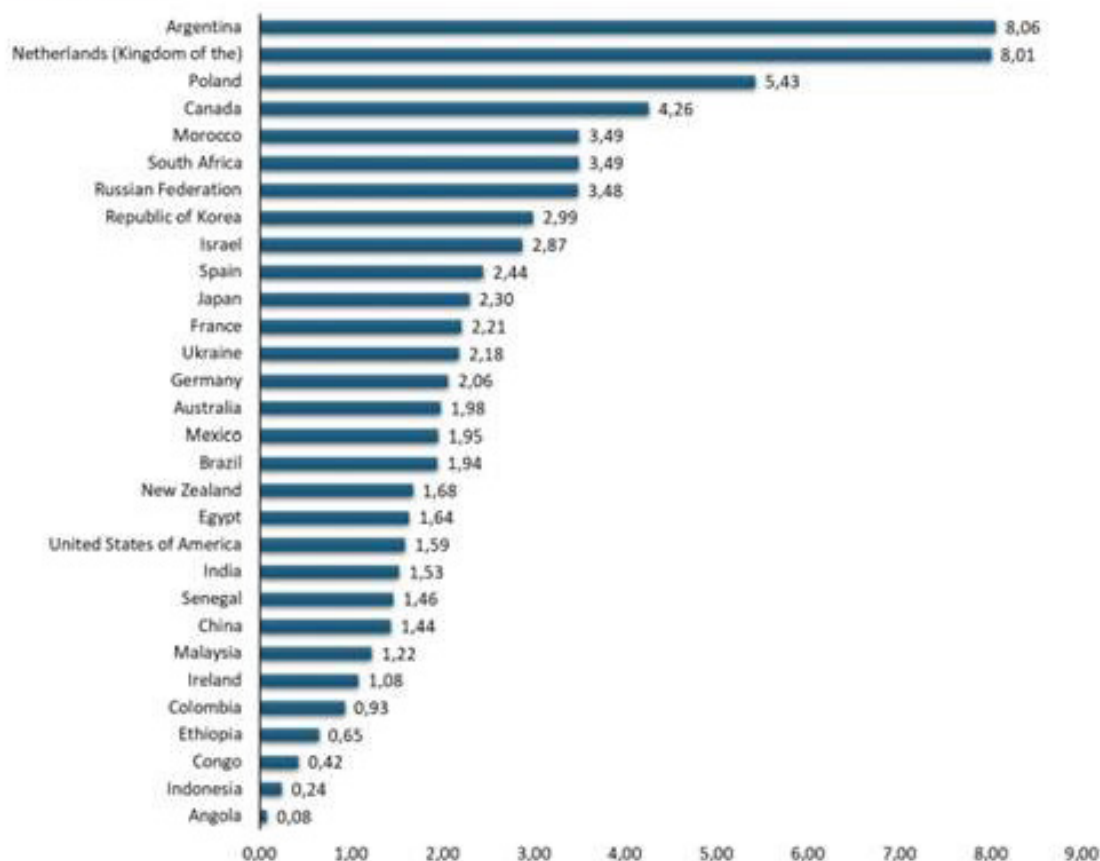
Esse resultado reforça o posicionamento do Brasil como fornecedor global de alimentos com eficiência energética relativamente competitiva, especialmente frente a países com sistemas produtivos altamente intensivos em insumos energéticos, como os países europeus.

O PAPEL DA BIOENERGIA NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A pesquisa revela ainda que o agronegócio é responsável por mais da metade da energia renovável usada no Brasil. Isso inclui o etanol da cana, o biodiesel da soja, o biogás de resíduos agropecuários, a lenha de florestas plantadas, a lixo e outros subprodutos.

Sem essa contribuição, a matriz brasileira de energia renovável cairia

USO DE ENERGIA POR VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (GJ/USD1000)



Fonte: Elaboração própria com dados da FAO (2025).

de 49% para cerca de 20% – muito mais próxima da média global, que hoje gira em torno de 15%. A presença do agro diferencia o país das demais potências agroindustriais no quesito sustentabilidade energética.

No início dos anos 1970, a contribuição agropecuária à oferta energética apresentava elevada participação da lenha e carvão vegetal, que respondiam por mais de 40% da bioenergia do setor. Essa configuração começou a se alterar a partir dos anos 1980, quando a produção de derivados da biomassa da cana-de-açúcar se intensificou, impulsionada pela implementação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool).

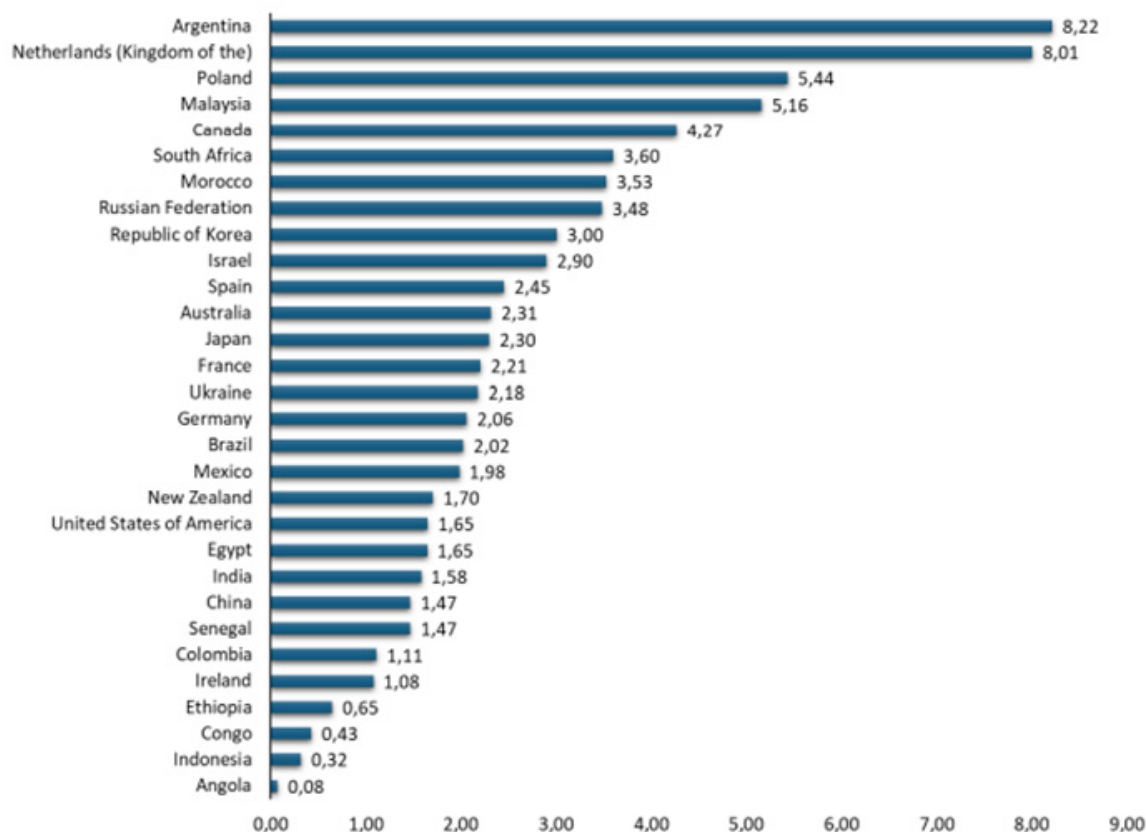
Entre 1988 e 2003, a participação da bioenergia do agronegócio na matriz nacional permaneceu relativamente estagnada, oscilando em torno de 20%. Houve, entretanto, crescimento expressivo da oferta de lenha, que passou de 1,2 milhão para 3,7 milhões de TEP. Por outro lado, o desempenho da cana-de-açúcar foi impactado negativamente pela crise do etanol no final dos anos 1980 e pela oscilação da produção no período de desregulamentação do setor.

A partir de 2003, essa tendência foi amplamente revertida. As duas décadas seguintes foram marcadas por forte expansão e diversificação da agroenergia. A oferta de energia

proveniente da cana quase triplicou, impulsionada pela popularização dos veículos flex-fuel e pela expansão da bioeletricidade gerada com bagaço de cana-de-açúcar. A produção de lenha e carvão vegetal também duplicou no período, refletindo o fortalecimento da silvicultura energética como atividade comercial. A lenha, por sua vez, teve crescimento próximo a 300%, acompanhando a expansão da indústria de papel e celulose.

Em síntese, a trajetória da bioenergia agropecuária foi um dos pilares da transição energética brasileira. Esse protagonismo também se reflete nos destinos da utilização dessa energia limpa. Setores como alimentos e

USO DE ENERGIA POR VALOR DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS (GJ/USD1000)



Fonte: Elaboração própria com dados da FAO (2025).

bebidas, papel e celulose, cerâmica e ferroligas já usam majoritariamente energia derivada da biomassa agropecuária. Em alguns casos, ela supera 70% da matriz energética industrial.

CONSUMO DE BIOENERGIA DO AGRO POR SETORES

O estudo também analisou, no período de 1970 a 2023, quais setores econômicos utilizam a bioenergia do agronegócio.

Historicamente, o setor industrial se consolidou como o principal consumidor da bioenergia vinculada ao agronegócio. No início da série, esse setor absorvia mais de 70% da ofer-

ta total dessas fontes, tendência que se estabilizou em cerca de 50% nas últimas décadas. Essa dominância reflete a intensa utilização de biomassa sólida (como lenha e carvão vegetal) e de subprodutos industriais (como lixívia) nos processos industriais térmicos, particularmente nos subsetores de alimentos e bebidas, papel e celulose, cerâmica e ferroligas.

O setor de transportes desponta como o segundo maior consumidor da bioenergia do agro, com expansão significativa a partir da década de 1980, impulsionada pela introdução do etanol hidratado no contexto do Proálcool. Posteriormente, na década de 2000, observa-se uma nova inflexão ascendente com a institucionali-

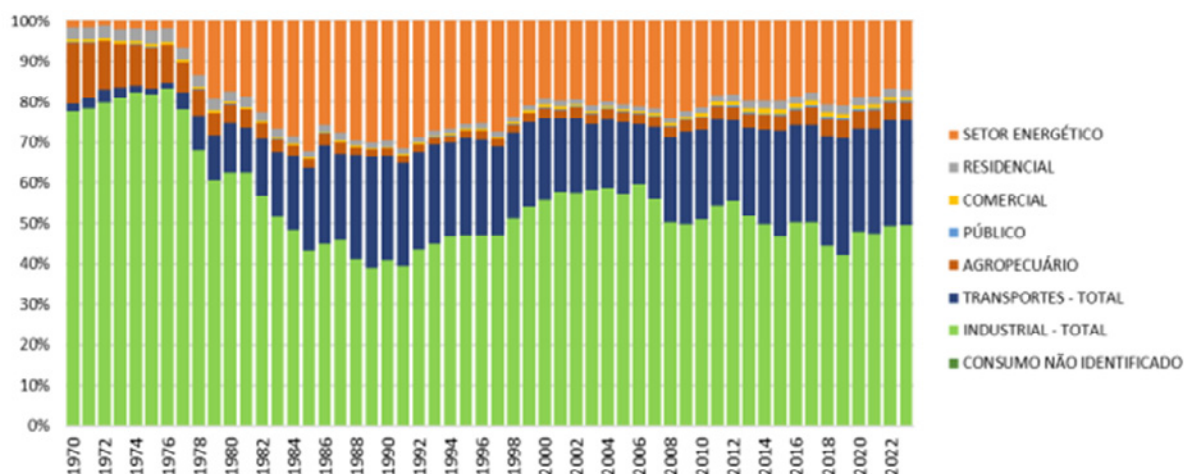
zação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o crescimento da frota flex-fuel. Esses movimentos estruturais consolidaram o etanol e o biodiesel como pilares da matriz energética do setor de transportes brasileiro.

Já o setor energético, responsável por autoprodução e cogeração de energia elétrica e térmica, apresentou um aumento importante na participação relativa da bioenergia do agro entre os anos 1980 e início dos anos 2000. Essa trajetória reflete a ampliação da geração elétrica a partir da queima de bagaço de cana nas usinas sucroenergéticas e da lixívia nas plantas de celulose.

Origem	Fonte energética	Participação (%)
Não renováveis	Petróleo e derivados	35,10%
	Gás Natural	9,61%
	Outros não renováveis	0,60%
	Carvão mineral e coque	4,40%
	Nuclear (Urânio)	1,23%
	Total - não renováveis	50,94%
Renováveis	Biomassa cana-de-açúcar	16,87%
	Lenha e carvão vegetal (silvicultura energética) ¹	5,20%
	Lixívia - licor negro	3,39%
	Óleos Vegetais	1,97%
	Outras biomassas	1,63%
	Biogás resíduo agrosilvopastoril	0,04%
	Subtotal	29,09%
	Energia renovável não relacionada as atividades agropecuárias	
	Lenha (vegetação natural)	3,49%
	Biogás resíduos sólidos urbanos	0,11%
	Subtotal	3,60%
	Outras fontes renováveis	
	Hídrica	12,01%
	Eólica	2,62%
	Solar ²	1,73%
	Subtotal	16,36%
Total - renováveis		49,06%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ¹ inclui gás industrial de carvão vegetal; ² inclui as fontes solar fotovoltaica e solar térmica.



A conclusão é que a bioenergia vinculada ao agronegócio não apenas contribui significativamente para a diversificação da matriz energética brasileira, mas está estrategicamente posicionada nos setores com maior consumo e impacto econômico. A centralidade da indústria, pautada especialmente pela presença das agroindústrias, e dos transportes como destinos principais dessas fontes evi-

dência que políticas públicas voltadas à expansão e à eficiência dessas rotas bioenergéticas podem ter impactos multiplicadores relevantes.

METODOLOGIA

A análise no estudo teve como base empírica os dados disponibilizados pelo Balanço Energético Nacional (BEN), principal instrumento oficial de

monitoramento da evolução da matriz energética brasileira. Além disso, foram utilizadas base de dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e as modelagens globais como o GTAP-Power (expansão da base de dados GTAP – Global Trade Analysis Project – com foco na eletricidade).

PESQUISA INÉDITA

A maioria dos mineiros é favorável à privatização da CEMIG e COPASA

Este e outros temas relevantes foram apurados por pesquisa encomendada, com exclusividade, por MercadoComum



MercadoComum contratou, com exclusividade, a Jumppi Inteligência e Pesquisa para a realização do estudo realizado durante o período de 27 de janeiro a 17 de fevereiro de 2025, que contou com 1.558 entrevistas - sendo 1.152 delas no interior do estado e 406 na capital.

A amostra foi desenhada proporcionalmente à população residente nos municípios selecionados, considerando-se o sexo e a faixa etária, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Tornou-se desneces-

sário aplicar qualquer tipo de peso, dado que os perfis coletados corresponderam ao planejamento amostral.

Todas as perguntas foram abertas e espontâneas. Isto é, o entrevistado respondeu apenas FAVORÁVEL, CONTRA ou NÃO SABIA/NÃO RESPONDERAM, sem nenhum tipo de estímulo. Sendo assim, os pesquisadores foram instruídos a não realizarem qualquer tipo de explicação nem apresentarem exemplos sobre as questões pesquisadas.

A margem de erro máxima estimada foi de 2,5 pontos (para cima ou

para baixo) percentuais considerando os resultados obtidos para o total da amostra. O intervalo de confiança foi de 95%, o que significa que há probabilidade de 95% de os resultados dessa pesquisa retratarem, com fidelidade, o momento atual, considerando a respectiva margem de erro.

A pesquisa foi desenvolvida juntamente com a apuração das marcas de produtos e serviços mais presentes na lembrança dos mineiros e serviu como sustentação técnica à realização do 30º Prêmio Top of Mind - MercadoComum - Marcas de Sucesso - Minas Gerais 2025.

5 - OPINIÃO DOS MINEIROS / A FAVOR OU CONTRA (GERAL)

PREGUNTA	OPÇÃO	TOTAL	TOTAL VÁLIDO	SEXO		FAIXA ETÁRIA						CLASSE SOCIAL					LOCAL	
				MASC.	FEM.	DE 15 A 19 ANOS	DE 20 A 29 ANOS	DE 30 A 39 ANOS	DE 40 A 49 ANOS	DE 50 A 59 ANOS	60 ANOS OU MAIS	A	B	C	D/E	NS/NR	CAPITAL	INTERIOR
CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	Favorável	45,8%	52,7%	53,5%	37,1%	63,2%	57,9%	49,7%	39,4%	45,2%	31,1%	54,2%	47,7%	47,0%	40,9%	29,2%	48,5%	44,8%
	Contrário	41,0%	47,3%	33,3%	49,7%	27,4%	30,7%	37,8%	44,3%	41,8%	54,6%	35,8%	38,8%	39,8%	46,3%	50,8%	38,2%	42,0%
	NS/NR	13,2%	-	13,2%	13,2%	9,4%	11,3%	12,6%	16,3%	13,0%	14,3%	10,0%	13,5%	13,2%	12,8%	20,0%	13,3%	13,2%
SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO AOS 18 ANOS	Favorável	63,1%	65,9%	62,2%	64,1%	56,6%	59,5%	62,2%	63,5%	67,8%	65,5%	63,3%	64,1%	63,9%	63,7%	46,2%	69,7%	60,8%
	Contrário	32,6%	34,1%	32,7%	32,5%	39,6%	37,9%	33,0%	31,9%	27,6%	29,3%	33,3%	31,5%	32,9%	31,7%	41,5%	28,1%	34,2%
	NS/NR	4,3%	-	5,1%	3,4%	3,8%	2,6%	4,8%	4,6%	4,6%	5,2%	3,3%	4,4%	3,2%	4,6%	12,3%	2,2%	5,0%
VOTO OBRIGATÓRIO	Favorável	49,2%	50,1%	44,7%	54,1%	31,1%	40,1%	47,3%	51,8%	51,0%	61,6%	43,3%	50,6%	49,9%	48,5%	47,7%	49,0%	49,2%
	Contrário	49,0%	49,9%	53,5%	44,1%	66,0%	59,2%	50,7%	45,7%	46,9%	36,9%	56,7%	48,3%	49,4%	49,1%	35,4%	49,8%	48,8%
	NS/NR	1,8%	-	1,8%	1,8%	2,8%	0,6%	2,0%	2,5%	2,1%	1,5%	-	1,1%	0,7%	2,4%	16,9%	1,2%	2,0%
LIBERAÇÃO DO CONSUMO E DO PORTE DE MACONHA PARA USO PESSOAL	Favorável	69,4%	72,7%	70,0%	68,8%	61,3%	56,3%	64,3%	75,9%	76,6%	78,4%	65,0%	67,0%	70,5%	73,2%	67,7%	69,2%	69,5%
	Contrário	26,1%	27,3%	25,0%	27,3%	34,9%	42,1%	31,0%	18,4%	18,0%	16,5%	31,7%	28,4%	26,1%	22,0%	20,0%	27,6%	25,6%
	NS/NR	4,4%	-	5,0%	3,8%	3,8%	1,6%	4,8%	5,7%	5,4%	5,2%	3,3%	4,7%	3,4%	4,9%	12,3%	3,2%	4,9%
PRIVATIZAÇÃO DA CEMIG E COPASA	Favorável	51,0%	57,4%	56,1%	45,2%	50,9%	53,7%	47,6%	53,2%	51,5%	49,1%	48,3%	48,8%	53,0%	53,0%	41,5%	56,4%	49,0%
	Contrário	37,8%	42,6%	30,9%	45,6%	31,1%	35,6%	42,5%	39,0%	40,2%	35,1%	43,3%	41,2%	37,1%	32,6%	36,9%	34,7%	38,9%
	NS/NR	11,2%	-	13,0%	9,3%	17,9%	10,7%	9,9%	7,8%	8,4%	15,9%	8,3%	10,0%	9,9%	14,3%	21,5%	8,9%	12,1%
PORTE DE ARMAS	Favorável	61,8%	63,4%	72,4%	49,9%	67,0%	59,5%	57,1%	60,6%	63,6%	66,2%	55,8%	57,6%	64,8%	66,8%	49,2%	63,8%	61,1%
	Contrário	35,7%	36,6%	24,5%	48,2%	29,2%	38,8%	40,5%	37,2%	33,5%	30,8%	43,3%	40,8%	33,4%	29,9%	36,9%	34,2%	36,2%
	NS/NR	2,5%	-	3,0%	1,9%	3,8%	1,6%	2,4%	2,1%	2,9%	3,0%	0,8%	1,6%	1,9%	3,4%	13,8%	2,0%	2,7%
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DOS 18 ANOS ATUAIS	Favorável	74,3%	77,2%	71,6%	77,3%	54,7%	68,0%	76,9%	79,4%	76,6%	78,0%	78,3%	76,7%	74,0%	71,6%	66,2%	71,7%	75,2%
	Contrário	22,0%	22,8%	24,7%	18,9%	37,7%	29,1%	19,4%	17,4%	20,9%	17,1%	20,8%	19,5%	22,6%	25,0%	20,0%	26,1%	20,5%
	NS/NR	3,8%	-	3,8%	3,8%	7,5%	2,9%	3,7%	3,2%	2,5%	4,9%	0,8%	3,8%	3,4%	3,4%	13,8%	2,2%	4,3%

MAIORIA DOS MINEIROS APROVA
PRIVATIZAÇÃO DA CEMIG E COPASA

- Do total dos entrevistados, 51,0% responderam ser favoráveis à privatização da CEMIG e COPASA; 37,8% foram contrários e 11,2% não responderam ou não sabiam.
- Desconsiderando-se o resultados dos que não responderam ou não sabiam, o resultado indicou que 57,4% são favoráveis - e 42,6% contrários.
- Na capital 56,4%, e 49,0% no Interior do estado, foram favoráveis à privatização - tendo sido contrários 34,7% e 38,9%, respectivamente. O maior número de favoráveis

à privatização encontra-se no contingente do sexo masculino (56,1%); na faixa etária de 20 a 29 anos (53,7%) e junto às classes sociais C, D e E - com 53,0%.

- O maior contingente de contrários à privatização está no sexo feminino, com 45,6%; de 30 a 39 anos de idade (43,5) e na Classe Social A - com 43,3%.

MAIORIA DOS MINEIROS
TAMBÉM APROVA CASAMENTO
CIVIL ENTRE PESSOAS
DO MESMO SEXO

- Do total dos entrevistados, 45,8% responderam ser favoráveis ao casamento civil

entre pessoas do mesmo sexo; 41,0% foram contrários e 13,2% não responderam ou não sabiam.

- Desconsiderando-se o resultado dos que não responderam ou não sabiam, o resultado indicou que 52,7% são favoráveis - e 47,3% contrários.
- Na capital 48,5%, e 44,8% no interior do estado, foram favoráveis ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo - tendo sido contrários 38,2% e 42,0%, respectivamente. O maior número de favoráveis encontra-se no contingente do sexo masculino (53,5%); na faixa etária de 15 a 19 anos de idade (63,2%) e junto à classe social A - com 54,2%.

É EXPRESSIVA A APROVAÇÃO DOS MINEIROS DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO AOS 18 ANOS

- Do total dos entrevistados, 63,1% responderam ser favoráveis ao serviço militar obrigatório aos 18 anos; 32,6% foram contrários e apenas 4,3% não responderam ou não sabiam.
- Desconsiderando-se o resultado dos que não responderam ou não sabiam, o resultado indicou que 65,9% são favoráveis - e 34,1% contrários.
- Na capital 69,7%, e 60,8% no interior do estado, foram favoráveis ao serviço militar obrigatório - tendo sido contrários 28,1% e 34,2%, respectivamente. O maior número de favoráveis encontra-se no contingente do sexo feminino (64,1%); na faixa etária de 50 a 59 anos de idade (63,2%) e junto à classe social B - com 64,1%.

POPULAÇÃO MINEIRA ESTÁ PRATICAMENTE DIVIDIDA EM RELAÇÃO AO VOTO OBRIGATÓRIO

- Do total dos entrevistados, 49,2% responderam ser favoráveis em relação ao voto obrigatório; 49,0% foram contrários - sendo praticamente inexistente o número dos que não responderam ou não sabiam.
- Desconsiderando-se o resultado dos que não responderam ou não sabiam, o resultado indicou que 50,1% são favoráveis - e 49,9% contrários.
- Na capital 49,0%, e 49,2% no interior do estado, foram favoráveis ao voto obrigatório - tendo sido contrários 49,8% e 48,8%, respectivamente. O maior número de favoráveis

encontra-se no contingente do sexo feminino (54,1%); na faixa etária de 60 anos de idade ou mais (61,6%) e junto à classe social B - com 50,6%.

AMPLA MAIORIA DOS MINEIROS É FAVORÁVEL À LIBERAÇÃO DO CONSUMO E DO PORTE DE MACONHA PARA USO PESSOAL

- Do total dos entrevistados, 69,4% responderam ser favoráveis em relação à liberação do consumo e do porte de maconha para uso pessoal; 26,1% foram contrários - e 4,4% não respondem ou não sabiam.
- Desconsiderando-se o resultado dos que não responderam ou não sabiam, o resultado indicou que 70,0% são favoráveis - e 25,0% contrários.
- Na capital 69,2%, e 69,5% no interior do estado, foram favoráveis à liberação do consumo e do porte de maconha para uso pessoal - tendo sido contrários 27,6% e 25,6%, respectivamente. O maior número de favoráveis encontra-se no contingente do sexo masculino (70,0%); na faixa etária de 60 anos de idade ou mais (78,4%) e junto à classe social D e E - com 73,2%.

TAMBÉM É AMPLA A PARCELA DOS MINEIROS FAVORÁVEIS AO PORTE DE ARMAS

- Do total dos entrevistados, 61,8% responderam ser favoráveis em relação ao porte de armas; 35,7% foram contrários - e 2,5% não respondem ou não sabiam.
- Desconsiderando-se o resultado dos que não responderam ou não sabiam, o resultado indicou que 63,4% são favoráveis - e 36,6% contrários.

- Na capital 63,8%, e 61,1% no interior do estado, foram favoráveis ao porte de armas - tendo sido contrários 34,2% e 36,2%, respectivamente. O maior número de favoráveis encontra-se no contingente do sexo masculino (72,4%); na faixa etária de 15 a 19 anos (67,0%) e junto à classe social D e E - com 66,8%.



CERCA DE ¾ DOS MINEIROS SÃO FAVORÁVEIS À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DOS 18 ANOS ATUAIS

- Do total dos entrevistados, 74,3% responderam ser favoráveis à redução da maioridade penal dos 18 anos atuais; 22,0% foram contrários - e 3,8% não respondem ou não sabiam.
- Desconsiderando-se o resultado dos que não responderam ou não sabiam, o resultado indicou que 77,2% são favoráveis - e 22,8% contrários.
- Na capital 71,7%, e 75,2% no interior do estado, à redução da maioridade penal dos 18 anos atuais - tendo sido contrários 26,1% e 20,5%, respectivamente. O maior número de favoráveis encontra-se no contingente do sexo feminino (77,3%); na faixa etária de 40 a 49 anos (79,4%) e junto à classe social A - com 78,3%.

Brasil: sem crescimento econômico vigoroso as incertezas serão inúmeras e o futuro, incerto

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Presidente/Editor Geral de MercadoComum



A história confirma que não basta nem é suficiente apenas a estabilização monetária se ela não for acompanhada do crescimento econômico.

Nesse aspecto, três pontos devem ser considerados essenciais para o entendimento do desempenho da economia brasileira:

1 - A instabilidade e as sucessivas crises têm levado a política econômica brasileira a uma postura eminentemente imediatista, onde a busca da estabilização ofusca todos os problemas de médio e longo

prazos. A obsessão pelas questões conjunturais retira da economia qualquer referencial, qualquer norte. A maior parte da energia social esgota-se na perseguição do equilíbrio das contas públicas e da redução dos índices de inflação.

2 - Desenvolver ações de cunho compensatório e assistencialista atenua, momentaneamente as carências mais imediatas, mas não resolve de maneira definitiva os problemas sociais. Há que se conceber uma política de estado de redistribuição efetiva de renda per-

manente, acoplada ao crescimento consistente, contínuo, vigoroso e sustentável da economia.

3 - Só o crescimento torna plástica a economia, criando condições para que as ações conscientes e deliberadas do Governo e da Sociedade possam atuar no rumo da atenuação dos problemas sociais e da desconcentração da renda de um lado, e da modernização do aparelho produtivo, de outro. A estagnação da economia enrijece-a, afastando a possibilidade de modificações em sua estrutura e em seu conteúdo.

Sem crescimento econômico vigoroso as esperanças se perdem e o futuro, torna-se absolutamente incerto.

Conforme já mencionado, já há mais de três décadas as nossas políticas econômicas se restringem quase basicamente à busca permanente e obsessiva pela estabilização de preços e cujos ingredientes essenciais têm resultado numa brutal carga tributária, exorbitante taxa real de juro básico e baixos níveis de investimentos. De outro lado, as despesas públicas se exponenciam, gerando déficits e mais déficits, o que resulta no aumento da dívida pública.

O modelo que o país persegue e vem insistindo por décadas está esgotado. Quando o denominador é baixo, todo numerador costuma ser alto. Isso pode turvar a compreensão de alguns dados e estatísticas econômicas, pois quando as receitas são baixas, as despesas podem ser interpretadas como elevadas. Arthur Laffer – (Curva de Laffer) comprovou que quanto mais elevada a carga tributária e, há muito, já ultrapassamos os limites do bom-senso em relação à “des-carga” tributária praticada no país. É a cobra devorando a própria cauda, é o remédio sendo usado como veneno e que, ao invés de curar, simplesmente mata o paciente.

Sempre o Brasil deu provas concretas de sua capacidade para superar os seus principais problemas e entraves, de forma eficiente e rápida, mas isso depende, principalmente, da inadiável exigência de realização de profundas reformas políticas, sociais e econômicas, bem como torna-se hoje imperativo desideologizar e despolitizar o debate econômico, sintonizando-nos com as várias transformações em curso na economia internacional para lhes captar as tendências mais prováveis de realização e aqui antecipá-las na sua implementação.

O Brasil está acometido de uma doença que intitulo de “síndrome do raquitismo econômico” – em função do declínio dos seus níveis de produtividade e pela constante retração da atividade econômica, principalmente quando comparados com as médias mundiais. A constatação, como já mencionado anteriormente, é que desaprendemos a crescer, e a nossa máquina propulsora do crescimento econômico vigoroso e contínuo enferrujou-se ou está quebrada. País que não cresce está condenado ao ananismo, ao atraso e ao empobrecimento. Isso potencializa tensões e perspectivas sociais explosivas - podendo colocar em risco a ainda incipiente democracia brasileira.

O crescimento econômico vigoroso deve deixar de ser apenas uma casualidade, uma questão episódica, uma efemeridade, um acontecimento meramente fortuito para se transformar, efetivamente, na grande meta econômica nacional, permeando a convolução do País em uma economia madura e desenvolvida. Nesta direção, já tivemos antes, vários exemplos de sucesso e que poderiam nos servir de inspiração, como foi o caso do Plano de Metas, implementado durante o Governo JK.

País que não cresce é país condenado à pobreza e ao subdesenvolvimento, e, por isso, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma “Agenda Estratégica para o Desenvolvimento Nacional” – em que a transformação do Brasil em Nação Desenvolvida seja o grande objetivo.

O desenvolvimento é o único caminho e a nossa bandeira, a saída para a perspectiva perdida, desanimada e desesperançada. E, nesse sentido, uma constituinte revisionista exclusiva alicerçaria a direção para as novas bases da prosperidade nacional.

Precisamos ter um Estado de Resultados, o foco ser redirecionado

também para o âmbito das despesas públicas para que isso possa significar, enfim, retomar o crescimento econômico, com mais produtividade e a contínua ampliação real do PIB-Produto Interno Bruto do País.

Resultados em todos os sentidos. Para o que se recebe e retorna à sociedade. Prevaler o estabelecimento de metas, a introdução de padrões de qualidade, aumento dos níveis de produtividade, meritocracia e governança; combate à burocracia, ao desperdício e à corrupção. Uma reforma administrativa para valer, em todos os sentidos e níveis!

A Constituição brasileira é, atualmente, um dos maiores obstáculos e um autêntico entrave ao desenvolvimento nacional. A saída passa por uma Constituinte Revisionista Exclusiva, já!

O crescimento econômico vigoroso, contínuo, consistente e sustentável deve urgentemente ser colocado como a meta primeira e prioritária do Brasil.

Transformar o Brasil em Nação Desenvolvida - esta deve ser a nossa bandeira e visão de futuro. E, nesse sentido, impõe-se uma mudança radical de mentalidade. Não há mais tempo a perder e esta deve ser a decisão imediata a ser tomada e inadiável por mais tempo. Se não a iniciarmos já nos restará, tão-somente, o consolo do atraso e com o qual, também chegará, inevitavelmente, a desordem institucional atrelada a ameaças à nossa democracia.

Não podemos aceitar nem mais tolerar que o Brasil seja condenado ao atraso e ao subdesenvolvimento. Esta não é a nossa sina, nem poderá ser o nosso destino!

Para reforçar essas posições des-taco, a seguir, trechos de alguns discursos do presidente Juscelino Kubitschek, extraídos da coletânea de



3 volumes - 2.336 páginas, intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI", de minha autoria:

NÃO SE DESCOBRIU MELHOR COMBATE À CARESTIA DO QUE PRODUZIR

"E qual é o caso do Brasil? Em resumo, é que logremos tirar as consequências do nosso patrimônio, de nossa herança. Que o que vale não o valha apenas simbolicamente, mas de maneira tangível. O problema do Brasil, que envolve tudo o mais, é ativar a riqueza nacional.

Precisamos produzir e produzir em boas condições econômicas, para salvar o Brasil. Precisamos produzir e bem, para que os preços baixem. Não se descobriu até agora melhor combate à carestia do que produzir. A revolução necessária entre nós é do progresso e da expansão. O resto é loquela, é perda de substância, é maldade de impatriotas desajustados.

Convoco-vos para a tarefa de acompanhar e dirigir o crescimento desta nação. Convoco-vos para a revolução da prosperidade, para a

reação contra a miséria, para o repúdio ao qualificativo de país subdesenvolvido, com que nos designam ainda. Não queremos ser país subdesenvolvido, não devemos aceitar esse rótulo. País que se desenvolve, isso sim".

UMA NOVA MENTALIDADE

"A luta pelo Desenvolvimento não seria capaz de alcançar os seus objetivos, se empreendida apenas no plano material, fundando cidades, aparelhando portos, executando obras capitais no setor dos transportes, retificando curso de rios, aumentando potencial elétrico, buscando novas reservas de combustível líquido. Para que ela fosse bem-sucedida, seria necessário criar, formar, aguçar a opinião pública, associando-a a essa campanha, que foi - se me perdoam a impropriedade da comparação - uma verdadeira guerra santa.

Não se faz, não se opera a modificação de um país, sem que haja também uma nova mentalidade, a mentalidade para o desenvolvimento, a mentalidade de grande país. É isso o

que me parece indispensável ao nosso Brasil. É impossível deixar de constatar, no entanto, que alguma coisa já aconteceu nesse sentido, entre nós. Inevitavelmente, aos poucos, embora ainda de maneira agitada, uma nova curiosidade vai relando o nosso espírito. O Brasil passa a existir como mentalidade objetiva. É por isso que vemos hoje a mocidade brasileira acorrer como nunca ao chamado do país que nasce, batendo à porta dos institutos de preparação especializada, em todos os inúmeros setores em que se trava a batalha pelo desenvolvimento. É um fenômeno recente, por exemplo, a formação de uma elite de economistas. Por quê? Respondo que a crescente complexidade dos problemas econômicos brasileiros vem exigindo cada vez mais a participação de economistas, quer nas organizações privadas, quer nas de natureza estatal. Pode-se mesmo dizer que a escassez desses especialistas tem constituído uma das causas do nosso subdesenvolvimento, pois a colaboração que prestam é imprescindível aos trabalhos de análise econômica, em que se fundamentam tanto a formulação quanto a execução de qualquer programa de desenvolvimento ou expansão nacional".

Lítio brasileiro: baixa demanda interna vem sendo também o grande desafio

Juros e garantias financeiras também afugentam investimentos



Ao lado do excesso de oferta que compromete atualmente os preços do lítio há um outro desafio para a cadeia do mineral no país: a baixa demanda interna. É o que diz o presidente da Companhia Brasileira de Lítio (CBL), Vinícius Alvarenga.

"Somos muito competitivos, mas a superoferta impõe um nível de preço muito desafiador, que está levando quase todo mundo ao prejuízo e afugentou capitais em investimentos de maior produção", afirma ele.

Difícilmente essa cadeia vai se adensar no Brasil sem uma demanda forte na ponta. Precisamos de uma política de Estado para aumentar a demanda na eletrificação veicular, seja de veículos pequenos, caminhões

ou ônibus, seja em relação a instalação de acumuladores de energia estacionários. Não temos nada relevante sendo pensado", criticou, em entrevista ao Notícias de Mineração Brasil (NMB), após participação em painel no Brazil Lithium & Critical Minerals, em Belo Horizonte.

O executivo ressalta que, assim como outros países, o Brasil chega atrasado nessa discussão em relação à China, por exemplo. "A nossa indústria mineral concorre em base desigual hoje com alguns players mundiais, não só em termos das exigências ambientais, sociais e trabalhistas, apesar da nossa vocação. Mas, independentemente da questão regulatório, com certeza há um diferencial de custo em relação a fornecedores importantes.

Alvarenga esclarece que ao falar de incentivo não está falando em subsídio governamental para a indústria mineral do lítico. "Os governos podem contribuir melhorando a logística, a distribuição de energia, por exemplo, já que temos dificuldade de alimentação energética nos projetos e, também, melhorando a formação técnica básica. Isso tudo vai contribuir com ganhos de produtividade, pondera. "Mas se não houver incentivo à eletrificação veicular, não teremos nada", frisa.

"A China incentivou fortemente a demanda, tanto que em 15 tornou a indústria tão madura, que não há mais necessidade de incentivos", comparou, dizendo que não só o Brasil, mas o resto do mundo ficou mun-

do está muito atrás do país asiático no adensamento da cadeia de transição energética. "Há um ecossistema pleno lá, só não tem o espodumênio, como nós temos, por uma questão geológica", acrescenta.

Alvarenga convoca governos e iniciativa privada a pensar juntos numa solução. "Temos que pensar em soluções criativas. É complexo diante do equilíbrio fiscal que o governo prometeu alcançar, mas gostaria de participar, sentar na mesa para discutir", destaca.

JUROS

Já o presidente da Bravo no Brasil, Eduardo Javier Muñoz – que dividiu com Alvarenga um painel no seminário que discutiu o desenvolvimento das baterias a base de minerais críticos – acredita que o problema não é a demanda. Concorde, contudo, que a discussão deve envolver o ecossistema do lítio.

"No nosso caso, demanda não é o problema. Temos hoje fábricas de ônibus que precisam das baterias e não temos como entregar", exemplificou. Segundo ele, há um problema econômico, com taxas de juros altas no país e pedidos de garantias financeiras que impedem boa parte dos investimentos.

"O problema é o nível de juros e as condições solicitadas a empreendimentos novos, como as garantias financeiras. Temos programas do BNDES com juros de 1,27%, mas a fiança bancária eleva para 14% ou 15% as taxas. Escutamos do Ministério das Minas e Energia e do BNDES que estão estudando um mecanismo diferente de garantias, o que seria viável, mas no momento isso não decola", reclama.

Diante desse contexto, Muñoz diz que os mineradores acabam exportando o produto e as baterias fabricadas no Brasil ficam sem a matéria-prima.

Demanda efetiva de baterias existe, de veículos elétricos existe, de ar-



mazenamento de energia existe, mas ela está sendo abastecida pela China", aponta Muñoz.

O executivo de origem argentina que optou por deixar a administração global da empresa para ficar no Brasil também clama por uma discussão que reúna os setores público e privado, "Sendo que no caso do setor privado, como somos uma indústria transversal, é necessário unir mineradoras, indústria pesada, fabricantes de veículos, de ferramentas, de robôs, de drones, de avião, já que todas elas usam baterias feitas com minerais críticos, em alguma etapa da produção", afirma.

"Sem fabricar baterias, o futuro do Brasil fica comprometido, e o país vira

um fornecedor apenas. E não há outro lugar no mundo que reúna minério e demanda interna suficiente para justificar a nossa própria oferta. Temos recursos e energia renovável. A Argentina tem isso também, mas é pequena, com 40 milhões de habitantes, não consegue sustentar a indústria", compara.

Ele aponta para outro diferencial que distingue o Brasil diante da guerra geopolítica e de tarifas. "O país é amigo de todo mundo, um parceiro confiável, sem interesse de supremacia mundial, consegue dialogar com os norte-americanos e chineses. Isso me motivou a ficar no Brasil também, porque acredito fortemente nesse potencial de crescimento", revela. –

Fonte: Notícias de Mineração Brasil – 09.06

Reforma Administrativa: Grupo de Trabalho deve priorizar eficiência dos serviços públicos à população

FecomercioSP, que elaborou parte das propostas em debate, vai participar das discussões na Câmara dos Deputados



Após uma intensa mobilização de setores produtivos, entidades representativas — como a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) —, empresas, movimentos da sociedade civil organizada e especialistas, a Câmara dos Deputados tomou a iniciativa de instalar um Grupo de Trabalho (GT) para discutir uma Reforma Administrativa do Estado.

A Federação, que apoiará tecnicamente os estudos do grupo — cujos trabalhos já começaram — entende que é o momento não só para avançar na modernização da máquina pública, mas também, principalmente, para direcioná-la à eficiência na prestação dos serviços públicos, sobretudo aqueles que atendem à maioria da população, como Saúde e Educação.

Na visão da entidade, esse deve ser o foco da reforma. No ano passado, a FecomercioSP tornou público um escopo de propostas para avançar nesse processo. O objetivo é, em primeiro plano, encaminhar formas de dinamizar os serviços públicos por meio de uma reestruturação da máquina estatal e melhorar a qualidade do gasto público.

Nos últimos meses, a Federação se mobilizou em torno da Reforma Administrativa em conjunto de mais de cem entidades de diferentes setores produtivos e de movimentos organizados do País — como o Secovi, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), o Ranking dos Políticos, a Brasscom e a Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse).

BUROCRACIA ENCARECE O MERCADO

Na visão da FecomercioSP, o Estado promove a manutenção da desigualdade do País ao sustentar uma estrutura extremamente burocrática, que prejudica tanto o cotidiano dos cidadãos que precisam acessar serviços básicos quanto as empresas que dependem desse sistema para inovar, criar empregos, investir e ampliar as atividades.

A estrutura da administração estatal, além de burocrática, é ineficiente — e isso acontece porque não funciona com base em um modelo meritocrático, de valorização da eficiência dos servidores. Dito de outra forma, os funcionários públicos que buscam aperfeiçoar as próprias fun-

ções, ajudando a melhorar o serviço fornecido ao cidadão, devem ser reconhecidos na gestão do Estado, com plano de carreira adequado.

REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

Outro aspecto a ser ressaltado é a desigualdade social brasileira, um dos poucos consensos entre diferentes setores. Agentes da política, do ambiente empresarial, da sociedade civil e de instituições internacionais concordam que esse é um entrave que precisa ser superado, na medida do possível, para o Brasil trilhar uma rota de desenvolvimento sustentável.

Essa desigualdade é aprofundada justamente pela má qualidade dos serviços públicos. Afinal, as classes baixas são aquelas que, apesar de contribuir com a mesma carga de impostos que as mais abastadas, dependem de estruturas estatais obsoletas e, muitas vezes, burocráticas. Nesse sentido, o próprio Estado contribui para o processo de desigualdade, o que influencia de forma negativa os índices de crescimento do País.

Tudo isso acontece, na visão da Federação, principalmente por causa da atual estrutura do funcionalismo público, que, ainda que dependa de aprovação por meio de complexos concursos, não dispõe de critérios relacionados à eficiência ou à produtividade ao longo da carreira. É o contrário da lógica nas empresas privadas, em que os profissionais estão sujeitos permanentemente a mensurações de desempenho. A solução passa por avaliações e uma revisão da estrutura de salários, por exemplo.

A Reforma Administrativa defendida pela FecomercioSP e pelas entidades mobilizadas não consiste em retirada de direitos, mas em uma reformulação da estrutura de carreiras, além da definição de novas formas de contratação, da construção sistemas de avaliação de desempenho e da adoção de critérios para progressão.

PROPOSTAS DA FECOMERCIO-SP PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA

1. Avanços na regulamentação do estágio probatório, com definição clara de uma avaliação criteriosa e pré-definida.
2. Garantia de estabilidade apenas em carreiras públicas efetivamente ameaçadas de perseguição política.
3. Definição de mudanças nas regras das carreiras públicas apenas para novos entrantes.
4. Readaptação dos planos de carreiras públicas, com redução dos salários iniciais e programas mais lentos de progressão.
5. Introdução de sistemas de avaliação com indicadores pré-definidos, públicos e diagonais às instâncias de governo.
6. Criação de um sistema homogêneo de carreiras e cargos entre ministérios, agências e demais órgãos do governo, permitindo intercâmbio de funcionários.
7. Aumento de salário do presidente da República e dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) não deve resultar em reajustes das remunerações de cargos de confiança ao redor deles. Esses reajustes devem ser tratados de maneira independente.
8. Permissão de reduções temporárias dos salários em situações extremas, como epidemias ou fortes restrições fiscais.
9. Em consonância com o PL 2.721/2021, proibição de supersalários, estimando o teto das remunerações a partir do quanto ganha o presidente da República.
10. Incentivar adoção da Reforma Administrativa em Estados e cidades;
11. Proibição de privilégios remuneratórios e benefícios excedentes em cargos públicos.
12. Modernização dos concursos públicos, conforme já sancionado pelo Executivo em setembro de 2024 (Lei 2.258/2024).
13. As promoções para novos entrantes devem se dar em ciclos avaliativos (anuais ou bianuais) transparentes, bem como a evolução se limitar a 5% do total de pessoas de cada carreira e restringidas ao incremento de folha de pagamento não superior a 1% do total da dos contratados sob o novo regime.
14. Revisão de cargos públicos obsoletos, pendente de estudos e, posteriormente, de eliminação de carreiras desnecessárias às demandas atuais.
15. Regulamentação de demissão por baixo desempenho.

A Fecomercio-SP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Copa do Mundo de Clubes: US\$1 bi em jogo na maior aposta comercial da história da FIFA



De acordo com a publicação Daily Fin, está em andamento no mês de junho e julho o maior campeonato de clubes da história — e ele tem mais a ver com negócios do que com taças.

Com US\$ 1 bilhão em prêmios, o novo Mundial de Clubes é a maior aposta comercial da história da FIFA.

Basicamente, a entidade máxima do futebol quer transformar o torneio de clubes num produto global, com receitas “à la NBA” e os Estados Unidos como palco.

A sede do Mundial não é coincidência. Os Estados Unidos concentram os maiores patrocinadores do esporte, as plataformas de mídia mais relevantes e o consumidor disposto a pagar por entretenimento “premium”.

Para se ter ideia, somente a DAZN pagou US\$ 1 bilhão para fazer a transmissão global do torneio.

E a opção pela DAZN não foi apenas financeira, já que a plataforma se

comprometeu a transmitir os jogos gratuitamente — uma forma de escalar audiência e “plantar a semente” para as próximas Copas do Mundo.

O arquiteto de todo o projeto é Gianni Infantino. Presidente da FIFA desde 2016, Infantino quer reduzir a dependência da UEFA e centralizar as grandes receitas em sua entidade.

O troféu da competição também reflete suas ambições: uma peça de ouro 24 quilates produzida pela marca de luxo Tiffany & Co.

Especificamente sobre as premiações, o plano é “agressivo”. Chelsea e Manchester City receberam US\$ 38 milhões apenas para participar. Clubes da América do Sul, África e Ásia ganharam até 40% disso.

O campeão fatura US\$ 40 milhões. O vice, US\$ 30 milhões. Quem chegar à semifinal leva US\$ 21 milhões e os classificados às quartas recebem US\$ 13 milhões. O Real Madrid, sozinho, prometeu US\$ 1 milhão a cada joga-

dor em caso de título.

Quanto aos clubes brasileiros — Flamengo, Botafogo, Fluminense e Palmeiras —, juntos, eles já faturaram mais de R\$ 1,2 bilhão.

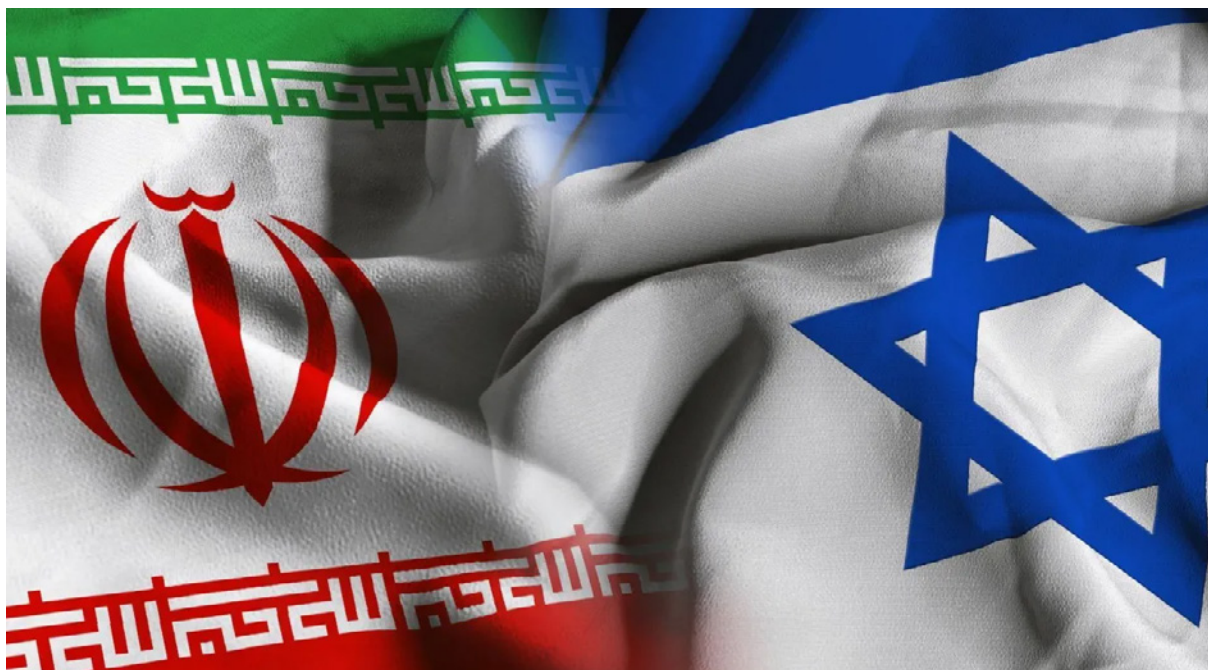
Ao todo, são US\$ 525 milhões em participação garantida e mais US\$ 475 milhões por performance — o suficiente para transformar clubes médios em novos gigantes regionais.

No fim das contas, quanto mais regiões se sentirem representadas e com chances reais de retorno financeiro, maior será o engajamento global e maior o valor da audiência que se pretende capturar.

Entre os patrocinadores principais do novo Mundial, estão Coca-Cola, Visa e Bank of America — que garantiu exclusividade global no setor financeiro.

No fim das contas, o futebol foi à América para virar negócio. Se funcionar, o troféu de ouro 24k será só um detalhe.

Comparativos Macroeconômicos - Irã X Israel



O Irã declarou, no dia 24 de junho, o fim do conflito com Israel, após 12 dias de combates. Do lado israelense, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas confirmou o fim dos ataques ao território iraniano e afirmou que o foco agora voltará a ser a Faixa de Gaza.

O acordo foi fechado horas após o Irã atacar a base americana de Al Udeid, no Catar, em resposta ao bombardeio dos EUA contra três instalações nucleares iranianas, ocorrido no dia 21 de junho.

A decisão de Trump de encerrar o conflito surpreendeu até mesmo integrantes de alto escalão do seu próprio governo.

Desde o início da guerra, em 13 de junho, 606 pessoas foram mortas no Irã, segundo o governo. Em Israel, dados registraram 28 mortos

PETRÓLEO

De acordo com a publicação Forbes, desde o dia 13 de junho, com o início do conflito entre Irã e Israel, um dos principais temores do mercado financeiro é o futuro do preço do barril de petróleo. Afinal, conflitos no Oriente Médio costumam ser sinônimo de pressão no valor da commodity — e tem sido assim em diversos momentos de maior tensão da guerra em Gaza.

Com a entrada do Irã no conflito, as preocupações cresceram de forma exponencial. O país é um dos responsáveis pelo Estreito de Ormuz, rota de um terço do petróleo produzido na Ásia Ocidental rumo à Ásia-Pacífico, Europa e América do Norte. A nação também faz parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), sendo o terceiro maior produtor da matéria-prima entre os membros e cujo principal comprador é a China.

Entre indícios de escalada e de desescalada, os ataques dos Estados Unidos a instalações nucleares no Irã e a resposta do país atacando uma base americana no Catar, levaram o mercado a crer que o conflito se encaminhava para um fim. O resultado foi uma queda severa no preço do barril, antes mesmo do cessar-fogo anunciado na noite do dia 23 de junho.

Mesmo diante das acusações de que tanto Irã quanto Israel violaram o acordo, na tarde do dia 24, a commodity recuava cerca de 6%, cotada a US\$ 66,42 (R\$ 365,31). No dia anterior, o barril já havia recuado cerca de 7%, apagando completamente os ganhos do início da guerra.

O movimento intriga, já que a expectativa era de disparada, algo em linha com outros conflitos em regiões de alta produção petrolífera, como o que ocorreu no início da Guerra da

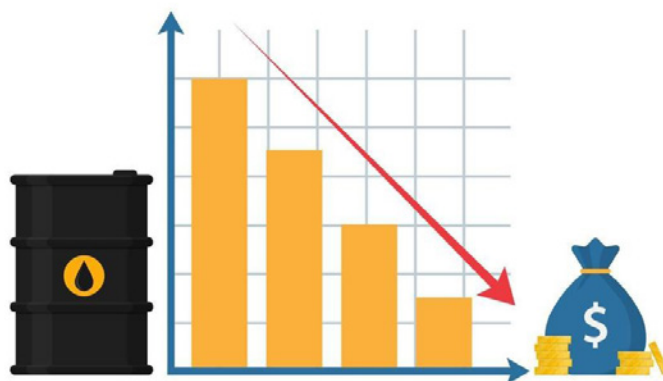
Ucrânia. Na época, os primeiros 14 dias registraram uma alta de 20% no preço da commodity.

Uma das razões cogitadas para o recuo dos últimos dias está atrelada à produção. Além de outros países da Ásia Ocidental – como Arábia Saudita, Kuwait, Iraque e Emirados Árabes Unidos – o Irã também tem produzido petróleo acima do normal, inclusive durante a guerra. Se antes já havia uma ampla oferta, diante do cessar-fogo, a tendência é que haja uma “inundação” da commodity pelo mundo. Sendo assim, o conflito basicamente desequilibrou a oferta e a demanda.

Vitor Sousa, analista do setor de petróleo da Genial Investimentos, considera que o mercado também colocou um prêmio de risco no preço da commodity. “Essa premiação tem a ver com a possibilidade de disrupção da oferta, destruição de infraestrutura ou, como neste caso, o fechamento do Estreito de Ormuz, mas nada disso aconteceu e os agentes estão começando a entregar seus ganhos” explica.

Sousa considera que, diferente do que ocorreu na Guerra da Ucrânia, o mercado não tinha a expectativa de que a guerra entre Irã e Israel fosse durar muito tempo. “O conflito, aparentemente, está se aproximando do fim e sem maiores controvérsias em relação a problemas de oferta do petróleo”, destaca o analista da Genial. Ele também pondera que mesmo em cenários mais negativos, o fechamento do Estreito de Ormuz não beneficiaria exportadores e importadores de petróleo da região.

“É algo praticamente inviável”, diz Matheus Spiess, analista da Empiricus Research. Ele aponta que, caso isso ocorresse, possivelmente o barril do petróleo ultrapassaria os US\$ 100,00 (R\$ 550,00) – cenário semelhante ao da Guerra da Ucrânia – e o



COMPARATIVOS MACROECONÔMICOS - IRÃ X ISRAEL

	Irã	Israel
Superfície - Km ²	1.648.000	22.145
-População - milhões hab. - 2024	9,8	89,5
-PIB - US\$ mil - 2024	401.357	540.381
-Expansão do PIB - Em % (2011 a 2024)	30,76	64,33
-Renda per capita - US\$	4.633,21	59.191,61
-Inflação Acumulada - IPC 2011/2024 - Em %	2.719,76	22,28

Fonte: FMI/World Economic Outlook - Abr 2025. Elaboração: MercadoComum

Irã estaria comprando uma briga não apenas com Estados Unidos e Israel, mas com muitos outros países. “Isso derrubaria o regime do Irã, algo que o líder supremo, Ali Khamenei, não quer”, afirma.

Acrescenta a Forbes que, no entanto, a possibilidade, por mais remota que seja, de isso acontecer oferece prêmios de risco. Como exemplo, o analista da Empiricus cita o início do conflito, quando Israel atacou o programa nuclear iraniano. “Os cenários eram: uma resposta do Irã ou um ataque americano que poderia escalar a guerra, no entanto, foi algo muito parecido com o que ocorreu em abril e outubro de 2024, quando os ataques foram ‘coreografados’”, explica Spiess.

O Citi Bank vê “suspiros de alívio nos mercados” diante do cenário. Em comunicado na terça, o banco avaliou que embora o acordo de cessar-fogo seja frágil, o conflito caminha para ser mais contido, dando suporte ao risco e impulsionando o enfraquecimento do dólar.

‘SOFRIMENTO’ DO BARRIL NÃO É DE HOJE

Spiess lembra que o petróleo vive uma montanha-russa desde o anúncio das tarifas americanas, em meados de abril. “O preço do barril caiu porque houve uma precificação dos agentes de menor demanda por conta de um impacto na atividade global, fruto justamente dessa guerra comercial”, lembra.

Ele explica que o baque foi menos drástico na época, mas ao ter como acréscimo o conflito na Ásia Ocidental, houve “uma escalada muito robusta, forte e rápida dos preços do barril”. Spiess também aponta que, embora historicamente outras guerras na região sejam lembradas pelo forte impacto na economia global, como as que ocorreram nos anos de 1970 e 1990, elas não foram a maioria. “Na verdade, é muito mais comum que esses conflitos fiquem restritos aos países da Ásia Ocidental”, explica.

COPOM eleva Selic para 15% ao ano. Decisão aumenta o custo no pagamento de juros sobre a dívida pública brasileira consolidada em cerca de R\$ 23 bilhões ao ano

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
Presidente/Editor Geral de MercadoComum



Na reunião de 18 junho, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 15% ao ano. A decisão surpreendeu parte relevante dos participantes de mercado, que esperava manutenção da taxa em 14,75%. A decisão do COPOM eleva o custo no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada brasileira, em cerca de R\$ 23 bilhões ao ano cujo montante total pode ultrapassar R\$ 1 trilhão neste ano.

O comunicado da decisão veio

mais enxuto, mas manteve o tom cauteloso. O Copom destacou que o ambiente externo segue adverso e incerto, com ênfase nas políticas fiscal e comercial dos EUA e nas tensões geopolíticas. No cenário doméstico, um sinal dovish, ao observar moderação na atividade econômica e no mercado de trabalho, embora ainda apresentem algum dinamismo. A avaliação sobre a inflação permaneceu inalterada: tanto os índices cheios quanto os subjacentes continuam acima da meta, com expectativas desancoradas. Os riscos de alta e de baixa da inflação seguem elevados. As projeções oficiais voltaram a

ficar em 3,6% para 2026.

O COPOM sinalizou que, diante desse cenário, será necessário manter a política monetária em patamar significativamente contracionista por um período bastante prolongado, o que reforça que um ciclo de flexibilização não deve ocorrer tão cedo.

Por fim, o comitê indicou que, se o cenário evoluir conforme o esperado, poderá interromper o ciclo de alta para avaliar os efeitos acumulados dos ajustes já realizados. Ainda assim, manteve o alerta de que seguirá vigi-

lante e poderá retomar os aumentos, se necessário.

A LCA-4intelligence avalia que os juros devem ficar em 15% pelo menos até meados do primeiro semestre de 2026.

COPOM INDICA SELIC PARADA POR PERÍODO "BASTANTE" PROLONGADO

A reunião do comitê de política monetária (COPOM) realizada no dia 18 de junho, o Banco Central elevou a taxa básica Selic em 25 pontos-base, para 15% ao ano. A decisão foi unânime. A expectativa da LCA-4intelligence e da mediana das instituições consultadas na Pesquisa Focus era de que o juro básico seria mantido em 14,75% ao ano, enquanto as projeções implícitas no mercado futuro apontavam leve preponderância da elevação para 15% ao ano.

O comunicado da decisão trouxe redação mais enxuta. O Copom manteve avaliação de que o ambiente externo segue "adverso e particularmente incerto", em função das incertezas associadas às políticas "comercial e fiscal" dos EUA, bem como pelo "acirramento da tensão geopolítica".

Em relação ao ambiente doméstico, o Copom notou que a atividade econômica e o mercado de trabalho ainda têm "apresentado algum dinamismo", mas vêm apresentando "certa moderação" (os termos grifados foram introduzidos nesta versão do comunicado, sugerindo que a autoridade parece enxergar algum arrefecimento no dinamismo da economia).

A avaliação sobre a inflação não se alterou: a inflação cheia e as medidas subjacentes seguem acima das metas, assim como as expectativas inflacionárias; os riscos "tanto de alta quanto de baixa" seguem mais elevados do que o usual; as projeções oficiais não se alteraram, e continuam apontando para uma inflação de 3,6% para 2026,

Trajetória dos juros básicos

Copom sobe Selic em 0,25 ponto



Fonte: Folha de S.Paulo



que constitui o horizonte relevante de atuação da política monetária.

Nessas circunstâncias, o COPOM sinalizou que, para "assegurar a convergência da inflação à meta em ambiente de expectativas desancoradas, exige-se uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante pro-

longado". A inclusão do termo grifado parece ter o intuito de enfatizar que um ciclo de flexibilização da política monetário não começará a ser implementado tão cedo.

Em sua comunicação prospectiva, o COPOM indicou que, em "se confirmando o cenário esperado, o Comitê antecipa uma interrupção no ciclo de

alta de juros para examinar os impactos acumulados do ajuste já realizado, ainda por serem observados, e então avaliar se o nível corrente da taxa de juros, considerando a sua manutenção por período bastante prolongado, é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta" - reforçando a sinalização de que a Selic permanecerá estacionada por um bom tempo.

O comunicado ainda trouxe um recado final de cautela, alertando que o "Comitê enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em prosseguir no ciclo de ajuste caso julgue apropriado". Vale notar que o comunicado do COPOM apresentou conteúdo levemente mais hawkish (jargão a indicar inclinação por apertar as condições monetárias), em linha com a decisão de promover um ajuste adicional da Selic.

Para a LCA-4intelligence, a curva projetada por ela para a Selic está sob revisão, para incorporar o inesperado aumento de 25 pontos-base desta reunião. Por ora, seguirá avaliando que um ciclo de flexibilização só deverá começar a ser implementado na virada do 1º para o 2º trimestre de 2026, perspectiva que fica reforçada pelo conteúdo cauteloso do comunicado.

ATA DO COPOM: PRINCIPAIS PONTOS DO CENÁRIO E RISCOS

- *Resumidamente, a ata da última reunião do COPOM, que elevou a taxa Selic para 15% e foi divulgada no dia 23 de maio, destaca os seguintes pontos:*
- *O cenário de inflação segue desafiador, com incertezas externas e internas impactando projeções e expectativas.*
- *O ambiente internacional permanece volátil, com destaque para incertezas fiscais nos EUA e tensões no Oriente Médio.*



- *A atividade econômica doméstica mostra sinais mistos, com moderação gradual no crescimento e consumo ainda resiliente.*
- *O mercado de trabalho segue forte, com baixa taxa de desemprego e renda elevada, mas com sinais iniciais de desaceleração.*
- *O crédito bancário mostra inflexão, com aumento de juros e menor ritmo de concessões, especialmente no crédito livre.*
- *A política fiscal precisa ser crível e anticíclica; incertezas fiscais podem elevar a taxa de juros neutra.*
- *As expectativas de inflação seguem desancoradas em todos os horizontes, exigindo política monetária mais restritiva e duradoura.*
- *A inflação de curto prazo surpreendeu para baixo, mas os núcleos permanecem pressionados, exigindo cautela.*
- *Projeções indicam inflação de 4,9% em 2025 e 3,6% em 2026, acima da meta.*
- *O balanço de riscos é assimétrico, com fatores de alta e baixa para a inflação.*
- *O Comitê reforça a necessidade de manter política monetária*

contracionista por período prolongado para garantir convergência à meta.

A "SUPER QUARTA" ELEVOU A SELIC PARA O MAIOR NÍVEL EM QUASE 20 ANOS

Mistério resolvido. Para a publicação The News, depois de divergências no mercado sobre qual decisão o Copom tomaria em relação à taxa de juros, o Banco Central decidiu elevar a Selic de 14,75% para 15% ao ano, atingindo o maior patamar desde julho de 2006.

A decisão foi unânime e marca a 7ª alta consecutiva desde setembro de 2024. Com esse aumento, o Brasil passa a ter o 2º maior juro real do mundo.

Para o comitê, prevaleceu a leitura de que, embora a inflação tenha desacelerado — o IPCA acumulado em 12 meses caiu para 5,25% —, ela ainda segue acima do teto da meta, que é de 4,5% para 2025.

Outro fator que influenciou a decisão foi a proposta do governo de aumentar o IOF, que enfrentou forte resistência e deve ser barrada no Congresso.

O BC sinalizou que deve pausar o ciclo de alta para avaliar os efeitos

da política monetária, desde que o cenário de convergência da inflação à meta se mantenha.

NOS EUA, A HISTÓRIA É UM POUCO DIFERENTE

Já o Federal Reserve, dos Estados Unidos, manteve os juros americanos na faixa de 4,25% a 4,50%.

Essa é a quarta vez seguida que o Banco Central dos EUA segura os juros. O comitê reconheceu que as incertezas sobre a economia ainda são altas, mas bem menores do que na última reunião.

Mas a decisão não foi muito bem aceita por Trump. O presidente americano chamou Powell de estúpido e ainda disse que talvez ele mesmo devesse assumir o comando do Fed.

De acordo com a publicação Poder 360, o Brasil ocupa o 2º lugar no ranking global de juros reais (quando é descontada a inflação). A taxa do Brasil anualizada será de 9,53% com a nova alta de 0,25 ponto percentual da Selic promovida pelo Banco Central no dia 28 de junho. O patamar está em 15% ao ano. O levantamento foi feito pelo economista Jason Vieira, da consultoria MoneYou.

O percentual brasileiro fica atrás só da Turquia (14,44%). Subiu uma posição em relação a maio, quando foi realizada a reunião anterior do Copom (Comitê de Política Monetária). O ranking é feito com base na estimativa “ex-ante”, quando as alíquotas anualizadas são estimadas com base nas estimativas da taxa básica e a inflação estimada para os próximos 12 meses. Considera a análise de países considerados os mais relevantes no mercado de renda fixa

O Brasil está na 4ª posição no ranking de maiores juros nominais dentre os principais mercados. Mantém a posição em relação ao levantamento de maio.



Juros nominais sobre a dívida pública brasileira consolidada alcançaram R\$946,1 bilhões (7,77% do PIB) no acumulado em doze meses, até maio deste ano

Déficit nominal consolidado alcançou R\$922,0 bilhões (7,58% do PIB);

A Dívida Bruta do Governo Geral atingiu 76,1% do PIB (R\$9,3 trilhões) em maio de 2025;

Apenas o último aumento de 0,25% da taxa Selic implicará um custo adicional de R\$ 23 bilhões ao ano na dívida pública

O Banco Central do Brasil divulgou, no dia 30 de junho, o Relatório das Estatísticas Fiscais. De acordo com o mesmo, setor público consolidado registrou déficit primário de R\$33,7 bilhões em maio deste ano, ante déficit de R\$63,9 bilhões no mesmo mês de 2024. O Governo Central e as empresas estatais apresentaram déficits, na ordem, de R\$37,4 bilhões e R\$926 milhões, e os governos regionais, superávit de R\$4,5 bilhões. Em doze meses, o setor público consolidado acumulou superávit de R\$24,1 bilhões, 0,20% do PIB, ante déficit de R\$6,0 bilhões, 0,05% do PIB, acumulado até abril.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$92,1 bilhões em maio, comparativamente a R\$74,4 bilhões em maio de 2024. Contribuíram para essa evolução os aumentos da taxa Selic e do estoque da dívida líquida no período. No acumulado em doze meses até maio, os juros nominais alcançaram R\$946,1 bilhões (7,77% do PIB), comparativamente a R\$781,6 bilhões (6,95% do PIB) nos doze meses até maio de 2024.

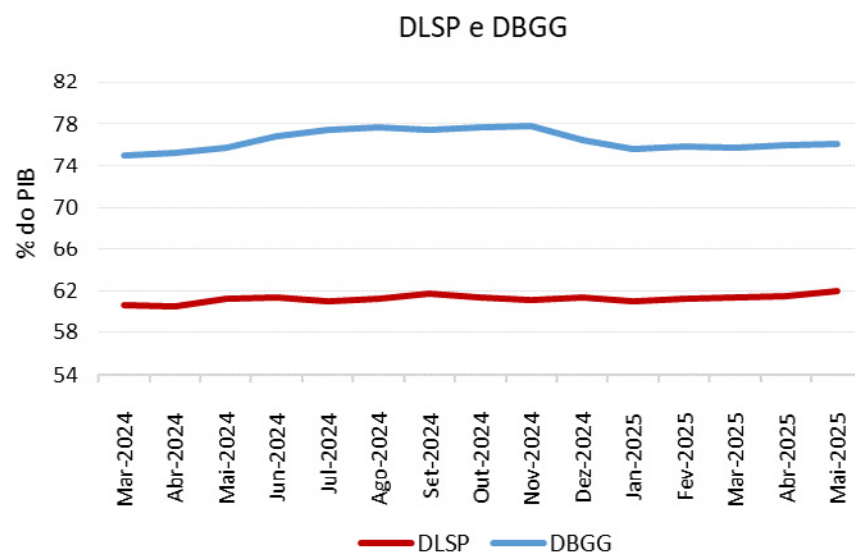
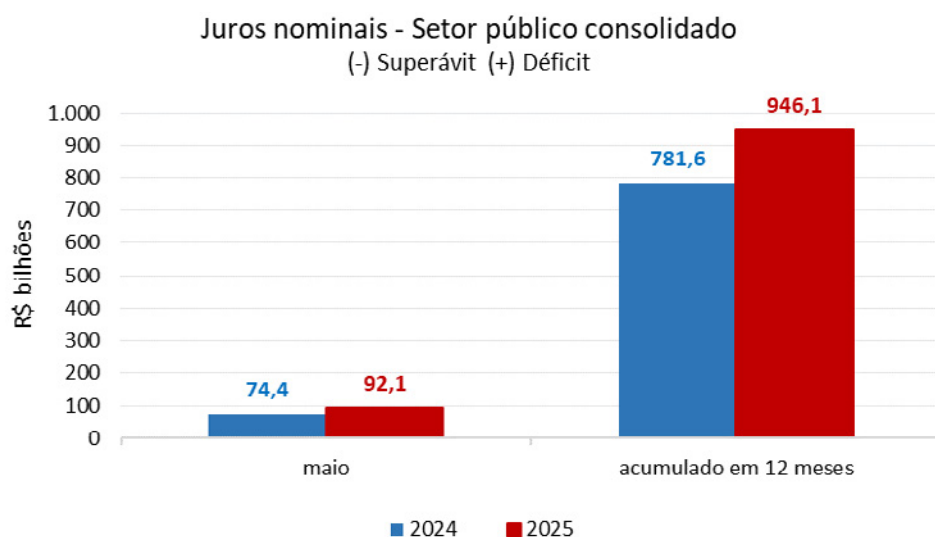
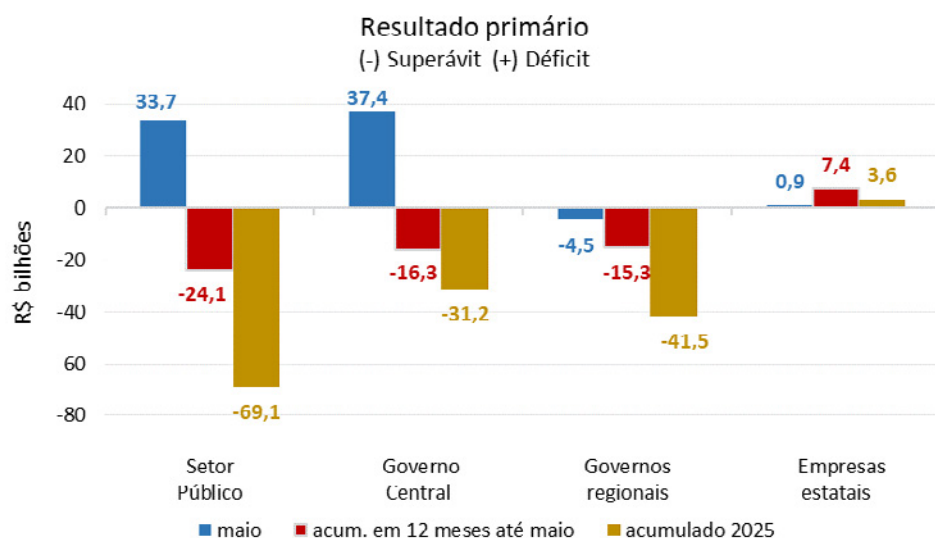
O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$125,9 bilhões em maio. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$922,0 bilhões (7,58% do PIB), ante déficit nominal de R\$934,4 bilhões (7,73% do PIB) em abril de 2025.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

A DLSP atingiu 62,0% do PIB (R\$7,5 trilhões) em maio, elevando-se 0,5 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu os impactos dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.), do déficit primário (+0,3 p.p.), do efeito da desvalorização cambial de 0,8% no mês (-0,1 p.p.) e da variação do PIB nominal (-0,5 p.p.). No ano, a DLSP também aumentou 0,5 p.p. do PIB, refletindo, em especial, os impactos dos juros nominais (+2,9 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 7,8% (+0,9 p.p.), do superávit primário do período (-0,6 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,6 p.p.) e da variação do PIB nominal (-2,2 p.p.).



A DBGG – que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – atingiu 76,1% do PIB (R\$9,3 trilhões) em maio de 2025, com aumento de 0,2 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. A evolução no mês foi decorrente sobretudo dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.) e da variação do PIB nominal (-0,6 p.p.). No ano, a DBGG teve redução de 0,4 p.p. do PIB, decorrente, principalmente, do crescimento do PIB nominal (-2,7 p.p.), dos resgates líquidos de dívida (-1,0 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,3 p.p.) e da incorporação de juros nominais (+3,7 p.p.).



STF conclui que plataformas digitais são responsáveis por conteúdos divulgados



O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, no dia 26 de junho, o julgamento de dois recursos que discutem a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que trata da responsabilidade das plataformas digitais pela remoção de conteúdos de terceiros. Por maioria de votos (8 a 3), o artigo foi declarado parcialmente inconstitucional.

De acordo com a decisão, as plataformas digitais podem ser responsabilizadas por conteúdos ilegais, mesmo sem ordem judicial prévia de retirada, em casos de conteúdos que promovam ódio, racismo, homofobia, pedofilia, incitação à violência ou a golpe de Estado, entre outros, além de estabelecer

um dever de cuidado e a responsabilidade por conteúdos pagos.

Pela lei atual, as empresas de tecnologia só podem ser punidas por eventuais danos caso o conteúdo não seja removido após ordem judicial. Nos casos de nudez não consentida e violação de propriedade intelectual (artigo 21 do Marco Civil), basta uma notificação extrajudicial, como uma denúncia de usuário.

A tese definida foi lida na sessão de hoje, e ainda será disponibilizada no processo. A ABERT – Associação Brasileira de Emissoras e Rádio e Televisão divulgou nota destacando que acompanhou toda a tramitação processual e participou das audiências

públicas sobre o tema. Para o presidente Flávio Lara Resende, “o STF deu um passo fundamental para que essas empresas operem com mais responsabilidade e transparência. Havia uma lacuna que exigia a fixação de um marco mais claro para a atuação das plataformas digitais”.

Ainda, segundo Lara Resende, “a liberdade de expressão continua garantida – o que se estabelece, a partir da decisão, é um marco de responsabilidade na atuação das plataformas com relação aos conteúdos que divulgam. Todo modelo de negócio pressupõe responsabilidade, e com as plataformas não deve ser diferente. A ABERT sempre defendeu a liberdade com responsabilidade”.



O NOSSO PROPÓSITO DE FAZER DO MUNDO UM LUGAR MAIS SEGURO É O QUE NOS MOVE.

Alcançamos a liderança por meio da inovação,
do compromisso social e da dedicação da nossa
equipe. Somos inovação, sustentabilidade e
pessoas. Somos Prosegur.



Automação avança no cotidiano dos brasileiros

Acesso à internet se consolida como infraestrutura básica para a transformação digital entre o público consumidor

O uso de aplicativos tem crescimento constante, puxado por mensagens, redes sociais, entretenimento e mobilidade



A digitalização da vida cotidiana ganhou força no Brasil nos últimos oito anos. É o que revela o “Índice de Automação de Consumidores”, levantamento da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil. O estudo acompanha, desde 2017, a incorporação de tecnologias e recursos automatizados em diversas esferas da vida dos consumidores como compras, saúde, mobilidade, educação e relações sociais.

A pontuação varia de 0 a 1, sendo que o índice mais próximo de 1 tem maior nível de automação, tecnologia e digitalização adotado pelo consumidor. A amostra da edição 2024 entrevistou 4,2 mil consumidores em todo o País, a partir de 18 anos de idade até 50+, com metodologia quantitativa em coleta de dados por meio de

painel online. O índice em 2024 chegou a 0,30, o que representa aumento de 100% em relação ao início da apuração, em 2017.

CONECTIVIDADE

Segundo os dados mais recentes, referentes a 2024, a conectividade segue como o aspecto mais avançado. O acesso à internet, que registrava índice de 0,48 no início da série histórica, atingiu 0,72 neste ano — alta de 50%. Para a associação, o resultado indica a consolidação da internet como infraestrutura básica para as demais transformações digitais.

Outro destaque do levantamento aparece no uso de aplicativos. A categoria avançou de 0,17 em 2017 para

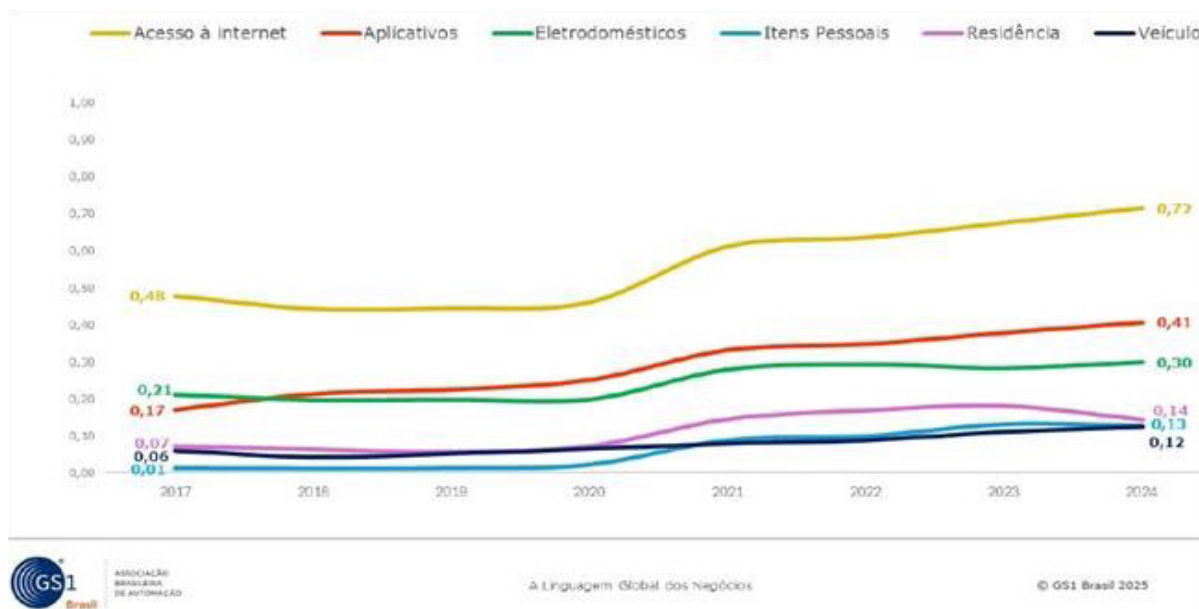
0,41 em 2024, refletindo o aumento expressivo do uso de plataformas de mensagens instantâneas, redes sociais, serviços de entretenimento e mobilidade urbana.

APLICATIVOS

O uso de aplicativos tem crescimento constante ano a ano — de 0,17 para 0,41 em 2024 — como reflexo da popularização de aplicações de mensagens, redes sociais, entretenimento e mobilidade.

ITENS PESSOAIS

Embora ainda permaneça em patamar baixo, o uso de dispositivos conectados à saúde e bem-estar cresceu de 0,1 para 0,13.



RESIDÊNCIA

Um dos itens que surpreenderam foi de automação de residências, com recuo leve de 0,18 e 0,14. O uso de digitalização, no entanto, permaneceu estável em itens como lâmpadas, mas houve desaceleração em equipamentos de segurança como, por exemplo, portão automático, alarme, circuito interno de câmeras.

VEÍCULOS

A conectividade e sensores nos veículos permanece em ascensão gradual, saindo de 0,06 em 2017 para 0,12 em 2024.

CRESCIMENTO POR REGIÕES

Todas as regiões brasileiras apresentaram crescimento significativo no índice ao longo dos oito anos analisados, o que reflete ampla expansão da automação e digitalização no cotidiano da população, ainda que em diferentes ritmos. O destaque fica na convergência dos índices em 2024, com todas as regiões se aproximando da média nacional ao mostrar que a automação não é mais restrita a centros urbanos ou regiões mais ricas.

O Sudeste é a região que ultrapas-

sa a média nacional, com maior nível de automação ao longo de toda a série. Atingiu o índice de 0,31 em 2024.

O Nordeste avançou de 0,12 em 2017 para 0,29 em 2024. O resultado mostra que a digitalização está avançando de forma mais equilibrada pelo País. Já o Norte partiu do menor patamar em 2017 – 0,11 – e alcançou 0,28 em 2024. Apesar de ser a última região no ranking, foi a que mais reduziu sua distância em relação às demais, demonstrando progresso significativo na inclusão digital e no acesso a tecnologias.

Uma evolução expressiva foi observada na Região Sul, que avançou de 0,14 para 0,30. O Centro-Oeste também acelerou em conectividade e acesso a dispositivos digitais, saltando de 0,13 para 0,30.

O índice nacional, portanto, dobrou no período avaliado, de 2017 a 2024, o que reflete uma sociedade mais conectada e integrada ao ambiente digital. Regiões que historicamente estavam mais distantes dos grandes centros, como o Norte e o Nordeste, mostraram avanços importantes e reduziram suas distâncias em relação ao Sudeste e Sul.

O índice, inédito no país com abrangência desde 2017 até 2024, serve como termômetro da adesão dos brasileiros às soluções digitais. “A automação deixou de ser um diferencial e passou a compor a rotina das pessoas em múltiplos aspectos”, afirma Marina Pereira, gerente de Pesquisa & Desenvolvimento da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil.

A associação destaca ainda que o acompanhamento ao longo do tempo permite mapear desigualdades no acesso à tecnologia e apoiar políticas de inclusão digital.

A Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil é uma organização multisetorial sem fins lucrativos que atua no país desde 1983. Seu principal propósito é promover mais eficiência e sustentabilidade para os negócios, ao mesmo tempo em que contribui para a segurança e a qualidade de vida da sociedade. Embora seja amplamente reconhecida por atribuir o código de barras presente nas embalagens de produtos, a entidade impulsiona a automação e a padronização de processos, desempenhando um papel essencial no funcionamento da cadeia de abastecimento e no desenvolvimento socioeconômico.

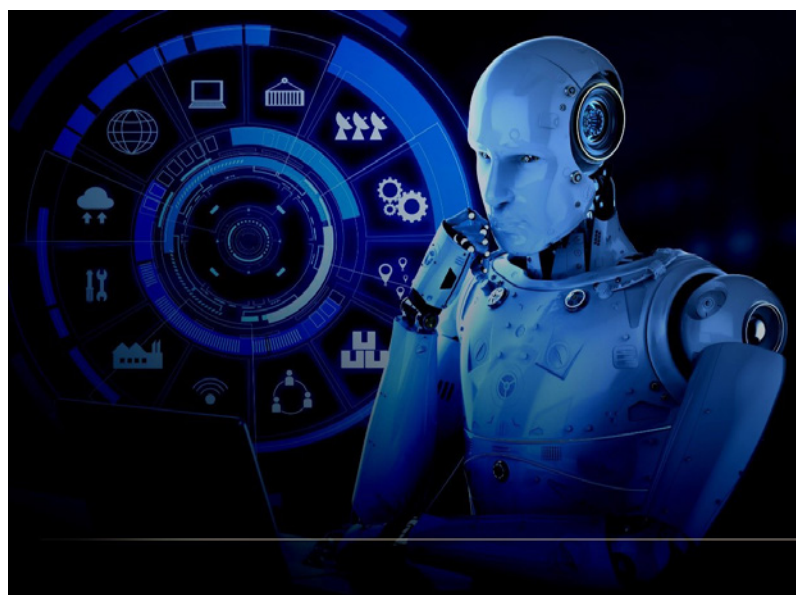
Inteligência Artificial não conseguirá substituir mão de obra humana no cotidiano das empresas

Apesar do avanço acelerado da IA, o diferencial humano segue como peça-chave nas empresas. Especialista defende integração complementar, não substitutiva

Em meio ao grande crescimento da inteligência artificial (IA) no ambiente corporativo, cresce também a ansiedade entre os profissionais sobre o futuro do trabalho. Muitas pessoas convivem com incertezas se o emprego será mantido ou se nos próximos dias, serão substituídos pelas máquinas. Segundo um estudo da Page Interim, três em cada quatro brasileiros acreditam que a IA substituirá seus empregos. O dado de fato revela uma preocupação, mas também abre espaço para um debate mais profundo: o que o ser humano pode oferecer que a inteligência artificial nunca será capaz de replicar?

Para a consultora de processos e pessoas, Bruna Antonucci, além da eficiência dos algoritmos, há algo especialmente humano que as máquinas não conseguem absorver: o sentir. Sentimentos como a empatia; remorso; saudade e intuição são experiências que fazem com que o indivíduo tome decisões com base em valores, emoções e histórias de vida. É nesse aspecto onde a humanidade se mantém insubstituível.

“Em vez de ver a IA como uma ameaça, precisamos enxergá-la como uma parceira operacional. As empresas que souberem explorar o potencial humano ao lado da tecnologia vão sair na frente. O papel da inteligência artificial é automatizar o que é mecânico, liberando espaço para que os profissionais pensem e se dediquem ao que há de mais valioso e insubstituível: a conexão humana”, afirma.



Na prática, isso significa colocar a tecnologia a serviço das pessoas, e não o contrário. Enquanto a IA torna-se uma aliada ao analisar milhares de dados em segundos, ela não compreende o contexto emocional por trás de uma decisão, nem pode captar os desafios e nuances regionais e culturais ali presentes. O ser humano sente e é no sentir que nasce a criatividade, a liderança empática e o julgamento adequado, só um ser humano é capaz de olhar para o outro com humanidade.

“Máquinas não têm memória afetiva, nem arrependimentos. Não choram, não sonham, não sentem saudade. E são essas experiências que definem nosso olhar sobre o mundo. A chave para o futuro do trabalho não

está em competir com a IA, mas em cultivar aquilo que a diferencia radicalmente da inteligência sintética. Em um mundo cada vez mais automatizado, o que mais importa é, justamente, aquilo que a máquina não pode entregar. Em vez de nos prepararmos para sermos substituídos, talvez seja hora de nos prepararmos para sermos ainda mais humanos”, ressalta Bruna.

As empresas que quiserem se destacar no cenário de avanço tecnológico precisarão valorizar ainda mais o lado emocional, as relações interpessoais e a cultura de cuidado. Incentivar a escuta, a empatia nas lideranças e o desenvolvimento de todos. Isso se torna não apenas uma estratégia de bem-estar, mas uma vantagem competitiva real.

A conta de luz subiu: dicas práticas para economizar na conta

A conta de luz está mais cara em junho. Desde o dia 1º de junho, está em vigor a bandeira tarifária de energia vermelha, no patamar 1. Com essa mudança da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os consumidores brasileiros vão pagar um adicional na fatura de R\$ 4,46 a cada 100 quilowatts-hora utilizados.

Segundo o professor e coordenador do Centro de Estudos em Finanças da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), Ahmed El Khatib, além de pesar no bolso das famílias, esse aumento poderá ter um impacto na inflação oficial do País, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Para uma família média, o impacto mensal pode ser substancial. Considerando o consumo total de uma residência, o aumento na conta de luz pode chegar a dezenas de reais por mês, dependendo dos hábitos de consumo da família.

“Para minimizar o impacto no orçamento familiar, é essencial adotar medidas de eficiência energética e conscientização do consumo. A economia doméstica também é fundamental para e contribuir para a sustentabilidade do setor elétrico brasileiro”, afirma o financista.

O MODELO DE TARIFAS

O professor El Khatib lembra que o modelo de bandeiras tarifárias foi criado em 2015, sendo considerado por especialistas do setor mais efetivo do que o modelo anterior para as famílias lidarem com seus orçamentos.

Antes das bandeiras, o repasse dos custos extras da geração de energia era feito apenas nos reajustes tarifários anuais, sem informar o consu-



midor sobre o preço atual da energia.

“Com o sistema de bandeiras, o consumidor recebe um sinal claro sobre o custo da energia no momento, permitindo que ele adapte seu consumo. Isso incentiva um uso mais consciente e responsável da eletricidade, contribuindo para a redução da necessidade de acionar usinas termelétricas, que encarecem a conta”, acrescenta.

Além disso, o modelo de bandeiras tarifárias permite que os custos extras sejam repassados mensalmente às distribuidoras de energia, evitando o acúmulo de dívidas e a necessidade de reajustes tarifários mais altos no futuro.

DICAS PARA ECONOMIZAR NA CONTA DE LUZ

O professor da FECAP reuniu algumas orientações importantes para ajudar os consumidores a economizarem na conta.

Eletrodomésticos

- Utilizar a capacidade máxima das máquinas de lavar e secar;
- Ficar atento à quantidade de sabão nas máquinas de lavar, evitando repetir a operação de enxágue;
- Desligar ou retirar da tomada

os eletrodomésticos quando não estiverem em uso;

- Evitar deixar aparelhos em stand-by, pois continuam consumindo energia.

Iluminação

- Substituir lâmpadas incandescentes por opções mais eficientes, como LED;
- Aproveitar a iluminação natural sempre que possível;
- Apagar as luzes ao sair de um ambiente.

Aquecimento e Resfriamento

- Utilizar ar-condicionado apenas quando necessário e ajustar a temperatura para 23°C;
- Manter portas e janelas fechadas quando o ar-condicionado estiver ligado;
- Evitar o uso excessivo de chuveiros elétricos e optar por banhos mais curtos.

Conscientização e Hábitos

- Orientar todos os membros da família sobre a importância de economizar energia;
- Monitorar regularmente o consumo de energia e ajustar hábitos conforme necessário;
- Compartilhar dicas de economia de energia com amigos e familiares.

Consumo de leite: mitos e verdades - o que é fato e o que é exagero?

O que a ciência diz sobre essa bebida que divide opiniões



Celebrado em 24 de junho, o Dia Internacional do Leite foi criado para valorizar o papel dos laticínios na nutrição e combater a desinformação sobre o alimento. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), mais de 6 bilhões de pessoas consomem leite e outros produtos lácteos em todo o mundo, a maioria vivendo em países em desenvolvimento. Mesmo tão popular, o consumo do leite de vaca costuma ser alvo de dúvidas sobre os seus efeitos positivos ou negativos para a saúde, principalmente daqueles que brigam com a balança.

Para esclarecer essas dúvidas, a Associação Brasileira de Nutrologia (Abran) e a Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (Sban) divul-

garam, no final de 2023, um consenso técnico-científico com base na análise de 114 estudos publicados sobre o tema. O resultado é claro: não há evidências científicas de que o leite seja inflamatório ou prejudicial para a maioria das pessoas. Ao contrário, diversos trabalhos apontam propriedades anti-inflamatórias e os diversos benefícios da bebida.

“Existe uma polêmica envolvendo o leite por falarem que ele é inflamatório, atrapalha a perda de peso, aumenta a produção de muco, entre outros mitos. Mas o que a sociedade médica sabe é que o leite é um alimento completo, repleto de benefícios e seguro para o consumo de pessoas saudáveis”, afirma o médico Danilo Almeida, pós-graduado em Nutrologia

pela ABRAN e fundador da Clínica Versio, em Vitória (ES). “O que acontece é que algumas pessoas têm intolerância à lactose, uma deficiência na produção da enzima lactase, responsável pela digestão da lactose, e que pode gerar fermentação e sintomas desagradáveis no intestino. Em outros casos, a pessoa pode apresentar a APLV ou Alergia à Proteína do Leite de Vaca, o que ativa o sistema imunológico e pode provocar inflamação. Mas isso não se aplica à maioria da população”, explica.

Segundo o Dr. Danilo, generalizar que o leite causa inflamação do organismo ou outros malefícios em todos é um equívoco. “O leite pode ser inflamatório para alguns, mas, na verdade, para a maioria das pessoas, ele terá mais efeitos benéficos”, completa.

Além de ser uma excelente fonte de cálcio, proteínas de alto valor biológico, vitaminas e minerais, o leite de vaca está presente em praticamente todos os guias alimentares nacionais e internacionais, assegura o médico. A American Heart Association (AHA), por exemplo, recomenda o consumo de até três porções de laticínios com baixo teor de gordura por dia. “Alguns pacientes chegam ao consultório e comentam: ‘Ah, doutor, mas eu sinto diferença quando tiro o leite da dieta’. Se for esse o caso, é preciso investigar. Pode ser intolerância à lactose, alergia à proteína do leite ou até mesmo um desequilíbrio da microbiota intestinal. Nada que um bom diagnóstico não resolva”, relata o médico.

A verdade, de acordo com os estudos científicos, é que o leite é seguro, nutritivo e funcional — e merece espaço na mesa da maioria das pessoas. E para quem apresenta sintomas após o consumo, a recomendação é sempre buscar orientação médica antes de restringir o alimento, especialmente considerando seus benefícios amplamente documentados.

Para ajudar a sanar as principais dúvidas, o médico pós-graduado em nutrologia Danilo Almeida listou alguns mitos e verdades sobre o leite de vaca e o seu consumo. Confira:

VERDADES SOBRE O LEITE

1. *É uma fonte importante de cálcio e proteínas*

O leite contém cálcio em alta biodisponibilidade, o que significa que o corpo o absorve com eficiência. Além disso, fornece proteínas de alto valor biológico.

2. *Pode ser consumido por adultos saudáveis*

Não há contraindicação generalizada para o consumo de leite por adultos. Exceto em casos de intole-

rância à lactose, alergia à proteína do leite ou hipersensibilidade ao alimento, ele pode fazer parte de uma dieta equilibrada.

3. *Leite ajuda na manutenção da saúde óssea*

Por ser fonte de cálcio, fósforo e vitamina D (em versões enriquecidas), o leite contribui para a saúde dos ossos, especialmente em idosos e mulheres na menopausa.

4. *É possível consumir leite mesmo com intolerância à lactose*

Hoje existem várias alternativas, como o leite zero lactose ou bebidas vegetais enriquecidas. Em alguns casos, o acompanhamento profissional permite reintroduzir o alimento com segurança.

5. *Leite não causa mucosidade em pessoas saudáveis*

Não há comprovação científica de que o leite aumente a produção de muco em pessoas que não tenham alergia. Esse é um mito comum, especialmente entre quem evita a bebida durante resfriados.

6. *“O ser humano é o único animal adulto que consome leite”*

É verdade. Mas também é o único que lê, constrói aviões e compõe sinfonias. A singularidade humana não invalida o consumo. Temos autonomia para escolher e adaptar a alimentação conforme necessidades e contexto.

7. *O leite fortalece o sistema imunológico das crianças*

As proteínas e vitaminas do leite auxiliam na construção e no funcionamento das defesas do corpo, combatendo infecções e prevenindo doenças. Lembrando, que a melhor opção para recém-nascidos sempre será o aleitamento materno.

MITOS SOBRE O LEITE

1. *“O leite inflama o organismo”*

Esse é um dos mitos mais difundidos. Não há evidência de que o leite seja inflamatório em pessoas saudáveis. O que pode causar inflamação é a hipersensibilidade individual — que precisa ser diagnosticada.

2. *“Leite causa acne”*

Estudos não são conclusivos. Em alguns casos, o consumo excessivo de derivados pode influenciar desequilíbrios hormonais, mas isso não acontece com todos. Personalização é a chave.

3. *“Todo leite é cheio de hormônios”*

No Brasil, o uso de hormônios para estimular a produção de leite em vacas é proibido por lei. O leite vendido passa por fiscalização rigorosa da Anvisa.

4. *“É melhor evitar leite para emagrecer”*

O leite pode ser incluído tranquilamente em dietas para perda de peso, inclusive como fonte de saciedade. Retirá-lo sem orientação pode até prejudicar o equilíbrio nutricional.

5. *“Leite aumenta o risco de doenças cardiovasculares”*

Não há comprovação científica de que o leite, especialmente com baixo teor de gordura, aumente esse risco.

6. *“Leite vegetal é sempre mais saudável”*

Nem sempre. Muitos leites vegetais têm adição de açúcares e poucos nutrientes.

7. *“Leite prejudica os rins”*

Falso. O leite é fonte de fósforo e cálcio, essenciais para a saúde óssea e renal, quando consumido com equilíbrio.

Educação financeira nas escolas: o que muda quando se aprende cedo

Ensinar crianças a lidar com dinheiro é uma medida estratégica para reduzir o endividamento no país e formar cidadãos mais conscientes e preparados

Apesar dos avanços nas discussões sobre letramento financeiro, a educação financeira ainda não é uma realidade consolidada nas escolas brasileiras. De acordo com reportagem da Rádio Senado, o tema é considerado pouco familiar por especialistas do próprio Ministério da Educação (MEC), que reconhecem a urgência em integrar conteúdos como orçamento familiar, crédito e consumo consciente desde o ensino fundamental. O projeto de lei que propõe a obrigatoriedade da educação financeira nas escolas segue em tramitação no Congresso Nacional.

Para o trader e empreendedor financeiro Alan Barizoni, é justamente na infância que se formam os hábitos que definem a relação de um indivíduo com o dinheiro. “A escola tem um papel crucial na formação de valores como disciplina, responsabilidade e planejamento. Se incluirmos a educação financeira desde cedo, teremos adultos mais preparados para tomar decisões e menos vulneráveis a armadilhas do consumo”, afirma.

A educação financeira na infância deve ir além das fórmulas de juros ou conceitos técnicos. Ela precisa estar integrada ao cotidiano das crianças, com exemplos práticos que envolvam o uso do dinheiro, o entendimento de valor e o consumo consciente. Alan defende que esse tipo de abordagem desenvolva não só a inteligência financeira, mas também competências emocionais importantes para a vida em sociedade. “Quem aprende a poupar, a esperar, a fazer escolhas com consciência desde criança, tende a crescer com mais au-



tonomia e equilíbrio. Isso impacta diretamente na forma como essa pessoa lida com dinheiro, trabalho e relacionamentos”, pontua.

Apesar de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prever a inclusão do tema de forma transversal, a aplicação ainda é limitada. Na prática, muitas escolas não possuem estrutura, material ou capacitação docente para tratar da educação financeira com profundidade. Para Alan, é necessário um esforço conjunto entre iniciativa pública e privada, além do engajamento das famílias, para que esse conhecimento se torne efetivo. “Não se trata de transformar a criança em uma investidora mirim, mas de fazer com que ela entenda que o dinheiro tem um papel social, que envolve escolhas, limites e planejamento”, explica.

Outro ponto destacado por especialistas é o impacto coletivo dessa mudança. Um país com mais cidadãos conscientes financeiramente tende a ter menos inadimplência, menos de-

pendência do crédito e maior estabilidade econômica. Crianças que aprendem a lidar com o dinheiro hoje serão adultos mais preparados amanhã, tanto para organizar a própria vida quanto para contribuir com uma sociedade mais equilibrada financeiramente.

Alan também ressalta que a educação financeira pode ser uma ferramenta de redução da desigualdade. “Quando você ensina uma criança de baixa renda a entender como funciona o dinheiro, você oferece a ela uma ferramenta de transformação. Educação financeira é um ato de justiça social, e quanto mais cedo começar, mais forte será o impacto.”

Diante desse cenário, é urgente que o Brasil amplie o debate e transforme essa pauta em ação prática. Incluir a educação financeira no currículo de forma estruturada, com apoio institucional e formação de professores, não é apenas uma inovação pedagógica, é uma estratégia para mudar a realidade econômica de uma geração inteira.

Cidadania portuguesa: lei propõe mudanças rigorosas e novas exigências podem limitar concessões a estrangeiros e descendentes

Entre os principais pontos da proposta estão a exigência de vínculo duradouro com o país, aumento dos prazos de residência legal e a possibilidade de testes sobre cultura, língua e cidadania portuguesa



O Governo de Portugal apresentou recentemente ao Parlamento uma proposta de reforma da Lei da Nacionalidade que promete mudar profundamente as regras de concessão de cidadania portuguesa. O novo texto, segundo o Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, parte do princípio de que é necessária “mais exigência na pertença à comunidade nacional”, garantindo uma ligação “genuína, robusta e duradoura” ao país por parte de quem solicita a nacionalidade.

A proposta traz cinco mudanças principais que impactam tanto os imigrantes residentes em Portugal quanto os descendentes de portugueses no exterior. Entre os principais pontos estão a criação de uma nova polícia de fronteiras, o aumento dos prazos de residência legal exigidos e a exigência de conhecimento da língua, cultura, direitos e deveres dos cidadãos portugueses.

“A nacionalidade é um vínculo

político e cultural. Ela define quem somos enquanto comunidade e não pode ser tratada com informalidade ou sem critérios bem definidos”, afirma a advogada Tammy Cavaleiro, Head of Legal da Você Português, consultoria especializada em cidadania portuguesa. “Essa proposta demonstra a intenção do governo português de reforçar os laços identitários com quem recebe esse direito, mas também pode restringir o acesso de muitos que hoje são elegíveis.”

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS PROPOSTAS:

Criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras:

Uma nova estrutura será responsável pelo controle migratório e segurança de fronteiras, retomando o modelo anterior à extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

Nacionalidade originária com aumento do tempo de residência legal de um dos pais:

Filhos de estrangeiros nascidos em território português só terão direito à nacionalidade originária se os pais estiverem legalmente residentes há pelo menos três anos e manifestarem o desejo de que o filho seja português.

Nacionalidade derivada com mais critérios e prazos maiores:

O prazo mínimo de residência legal para solicitar nacionalidade derivada aumenta para 7 anos no caso de cidadãos da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e 10 anos para os demais países.

Além disso, será exigido:

- Conhecimento da língua e cultura portuguesa
- Entendimento dos direitos e deveres fundamentais de um cidadão português
- Declaração formal de adesão ao Estado de Direito Democrático
- Não ter condenações penais graves
- Fim da possibilidade de cidadania para judeus sefarditas

Naturalização por ascendência portuguesa até bisnetos:

A nova proposta permite que



bisnetos de portugueses também possam solicitar a nacionalidade, ampliando o alcance da regra atual, que se restringia aos netos.

Mecanismo de perda de nacionalidade para naturalizados:

Naturalizados que cometam crimes graves poderão perder a cidadania, desde que haja decisão judicial. A medida não se aplica a quem possui nacionalidade originária.

Apesar de ainda estar em tramitação e depender de aprovação parlamentar e sanção presidencial, a proposta já está gerando debates acalorados entre especialistas, juristas e imigrantes.

“É importante lembrar que esse é apenas um projeto de lei, ainda sujeito a alterações. No entanto, chama atenção a introdução de critérios subjetivos, como o conhecimento da cultura ou dos direitos e deveres. Ainda não sabemos como isso será avaliado.

Pode ser, por exemplo, que se adote um modelo de prova semelhante ao dos Estados Unidos, mas isso dependerá de regulamentação futura”, explica Tammy Cavaleiro.

A proposta também levanta preocupações em relação à segurança jurídica de quem já reside legalmente em Portugal e aguarda os prazos atuais para pedir a cidadania. “Muitas famílias brasileiras, por exemplo, organizam suas vidas em função dessas regras. Mudanças como essa impactam diretamente seus projetos de futuro e merecem atenção e preparo adequado”, completa a advogada.

A Você Português - uma consultoria especializada em processos de cidadania europeia, recomenda que imigrantes e descendentes interessados em solicitar a nacionalidade portuguesa se mantenham atualizados sobre a tramitação do projeto e, se possível, antecipem seus pedidos com base na legislação vigente antes que as novas regras entrem em vigor.



Mercado Gastronômico

A Comida e a Cozinha

Sérgio Augusto Carvalho

sergioamc@uol.com.br



A quem se interessa pelas coisas que envolvem uma cozinha, antes e depois dela, eu quero recomendar a leitura deste livro: “A Comida e a Cozinha – ou Iniciação à Arte de Comer”, da Acadêmica mineira Maria José Queiroz, falecida em 2023 aos 89 anos, em Lagoa Santa. Não é uma publicação nova (1988), mas não é antiga nem fácil de encontrar. Vale a pena buscar.

Em pouco mais de 200 páginas, Maria José traça um histórico espetacular da relação gastrológica entre a Arte Culinária e a Arte da Gastro-

nomia. Apesar de não haver provas físicas da evolução milenar da alimentação no mundo, tudo que ela descreve em seus capítulos tem a ver com a maneira como a humanidade se comportou e descobriu que, para viver, é preciso comer.

Tanto física quanto culturalmente, a antropologia criou um tratado gastronômico capaz de influenciar de maneiras diferentes, de acordo com a sua região, a evolução da culinária Ocidental e a Oriental. Cada canto cresceu de acordo com o que tinha para cres-

cer, com o que tinha para levar à boca sem antes ter de passar por qualquer interferência do calor (fogo) ou do frio (gelo). A matéria prima nunca foi homogênea, mas a maneira de usá-la sempre foi semelhante.

Sem ser uma afirmação direta, está claro – e isso é fácil comprovar no mundo moderno – que desde os primórdios a culinária é uma atividade que precedeu e se difere da gastronomia, o que não é levado muito a sério nos dias de hoje. (Por exemplo: em BH é fácil achar placas indicando restaurantes

com expressão “Gastronomia Mineira”, dirigido por pessoas que jamais se aprofundaram no assunto: confundem “gastronomia” com “culinária”).

“A Comida e a Cozinha” custou uma maratona de pesquisas feitas pela autora. Não sei quanto tempo, mas deve ter levado uns 8 a 10 anos estudando o assunto através de 149 publicações sobre o assunto de todo o mundo.

Os livros sobre Cozinha começaram a ser editados, em Paris, no século XIV com a invenção das prensas e do tipo móvel por Joannes Gutenberg que evoluiu o trabalho de impressão de livros e folhetos em 1470 (o primeiro livro impresso por Gutenberg demorou 5 anos para ficar pronto: “A Bíblia Sagrada”). Apenas em 1486 surgiu a primeira publicação de culinária com histórias e receitas, o “Le Vivandier” (O Fazedor de Jantares), creditado ao cozinheiro francês Guillaume Tirel, conhecido como Taillevent, falecido em 1395.

Hoje, o acervo literário sobre o assunto é monstruoso. Dos manuscritos da antiguidade até a metade do século passado, o interesse pelo assunto era acanhado. Eram raros os lançamentos e quem se arriscava a escrever uma obra tinha de apresentar um currículo respeitável. As coisas mudaram nos últimos 50 anos e a Internet ajudou a transformar a arte de cozinhar num assunto quase banal. Tanto na publicação de livros como na exploração do mercado, a culinária e a gastronomia transformaram-se em assunto corriqueiro.

Há 30 anos, havia algumas escolas de culinária nas grandes cidades, ministradas por verdadeiros cozinheiros e cozinheiras estudiosos do assunto, que atraíam pessoas com real talento para a missão. Com o crescimento acelerado que o interesse comercial injetou no mercado, agora existem mais professores de cozinha do que catedráticos em Medicina, Engenharia,

Química e outros mais. Com o surgimento de dezenas de faculdades, já classificaram a Gastronomia como uma Ciência! Não sei se é...

Que a gastronomia tem tudo a ver com antropologia, disso não há dúvidas e Maria José Queiroz trata do assunto com incrível nitidez. No correr dos tempos, tudo que é relacionado à alimentação passou por transformações profundas. Da matéria prima à produção do alimento pronto, dos equipamentos da cozinha e da mesa às regras de etiqueta, tudo evoluiu para dar um toque de arte ao prazer de fazer comida e de comer - do Oriente ao Ocidente, seguindo as características de cada civilização.

As histórias pós Renascimento na Idade Média mostram o rumo que a Europa tomou até chegar ao que hoje é, representando a fina flor da culinária mundial. A influência italiana atravessando mares e montanhas para dar direção a cada modo de cozinhar em todos os Continentes é evidente. Da França vieram os requintes da cozinha e da mesa, até da maneira como comer: a invenção do Garfo foi um sucesso! A era dos Descobrimentos levou Portugal e Espanha para longe da Península Ibérica.

A burguesia ditou muitas regras séculos afora. As crenças de cada povo filtraram as descobertas. Maria José cita a espanhola Emilia Pardo Bazán para explicar: “Cada época da história modifica o que se põe no fogão e cada povo come segundo sua alma, antes talvez que segundo seu estômago” - atribuindo à comida caráter metafísico.

Além das fronteiras ítalo-francesas, na Espanha do Século XVII, a cozinha era assim descrita pelo aristocrata Juan Luis Vives: “Nosso almoço é um pedaço de pão de farinha sem peneirar, com manteiga e algumas frutas do tempo. Ao meio-dia comemos hortaliças ou verduras cozidas e uma escudela de sopa, mais um pedaço de

carne, e às vezes nabos, couves, ou féculas, ou sêmola, ou arroz”.

Incrível!

No final do livro, Maria José Queiroz passa 10 Receitas seculares que mostram a influência dos colonizadores orientais no centro-oeste europeu. Aqui vai uma delas, do livro “Le Viandier” (Taillevent) fácil para quem quiser saber como era o paladar desse povo nessa época:

COELHO AO SAUPIQUET

(Saupiquet é um tipo de molho francês)

Ingredientes:

- pão torrado;
- tocinho para fritura;
- cebolas;
- 60 gramas de canela;
- 15 gramas de gengibre;
- 8 gramas de tempero miúdo (cravo + nós moscada);
- vinho tinto;
- vinagre de vinho.

Modo de fazer:

Para o Saupiquet do coelho, ou outro assado, torrar o pão e deixá-lo no caldo de carne. Fritar o tocinho numa frigideira com cebolas cortadas bem finas; para 4 pessoas, juntar umas 60 gramas de canela, 15 gramas de gengibre e umas 8 gramas de tempero miúdo. Misturar vinho tinto e vinagre; passar numa peneira fina, ou em étamine, o pão e os condimentos; levar à fervura a panela e pôr em seguida sobre o Coelho que foi assado no forno com sal e pimenta do reino.”

Boa Sorte com a Receita e boa Leitura desse ótimo “A Comida e a Cozinha”, da Maria José de Queiroz



Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Vinhos licorosos, um sinônimo de Portugal

Inimá Souza

inima.souza@gmail.com

Nada de novo na afirmação de que o mapa daquele país ibérico é “banhado” por vinhos licorosos, que, até o ingresso de Portugal, na União Europeia, eram conhecidos como vinhos generosos - quando produzidos em regiões demarcadas; e, isto, para diferenciarem-se daqueles originados de regiões não demarcadas.

De fato, Portugal produz licorosos em todas as suas regiões; ao contrário do que ocorria no passado, quando toda e qualquer referência a vinhos fortificados apontavam para a icônica e mais antiga região vinícola demarcada do mundo, o Douro.

O Douro é, sim, a própria história do mundialmente famoso, Vinho do Porto; sendo ademais - não só por ele -, a mais importante região vinícola de Portugal. Seus domínios incluem as denominações Vinho do Porto e a DOC Douro - esta, para os vinhos não fortificados -.

Além do emblemático Vinho do Porto, o Douro produz outro vinho licoroso, o Moscatel do Douro - que vem de sua parte mais alta -, elaborado a partir da uva Moscatel Galego.

O licoroso Carcavelos é a referência histórica desses vinhos, na região de Lisboa, que produz vários e famosos. Entre os tantos, o Villa Oeiras - com envelhecimento em barricas de carvalho francês e americano -, e o Quinta de São Francisco Sweet 20 years, elaborado com as castas, Castelão, Touriga Franca e Aragonês. Degustei-os por lá.



No Dão - região vinícola marcadamente de tintos e a primeira a ser demarcada para vinhos não generosos -, os estilos de licorosos são vários: secos, doces, opulentos. A taça inicial dos licorosos dali tem a marca Cabriz, e a uva Touriga Nacional - cuja nascente é lá e está sempre presente. Produz licoroso à imagem e semelhança de um Vinho do Porto, segundo dizem.

Quando se menciona a região da Bairrada, logo vem à lembrança, Mateus Rosé, esse sucesso mundial de vendas. Mercê do volume de vinhos efervescentes, ao lado dos muitos tintos, os licorosos são vários, puxados pelo distinguido Marquês de Marialva, naturalmente, feito da onipresente Baga.

Maior doçura e mais álcool, é o que mostram os licorosos da região do Tejo. Bem avaliados, encontra-se, entre os vários, alguns licorosos elaborados com a Moscatel Roxo, conhecida cepa tradicional de Setúbal. São muitas as adegas que produzem

licorosos, como a Cartaxo, Almeirim, Goux e mais.

Afirma-se, em Portugal, que os licorosos foram os vinhos que mais cresceram em produção, no Alentejo, sabidamente a maior região portuguesa e reconhecida pela produção dos melhores vinhos de Portugal. São múltiplos os produtores de licorosos, no Alentejo.

Os rótulos da região incluem: Reguengos da CARMIM, Monte da Rivasqueira, Herdade das Servas, Cartuxa Reserva, Adega Cooperativa de Borba, Mouchão, Adega Cooperativa de Reguengos, Quinta do Quetzal, Adega Cooperativa de Porto Alegre, Herdade do Esporão, José Maria Fonseca, Fundação Eugénio de Almeida.

Dos licorosos de Algarve, da Ilha da Madeira e Península de Setúbal, abordarei na próxima.

Tim, tim.

As diferenças entre gripes e resfriados, rinite e sinusite?

Como identificar e tratar essas doenças comuns no inverno

O inverno chegou oficialmente no dia 20 de junho, mas o clima frio e seco já atinge diversas regiões do País, trazendo consigo o aumento de problemas gripais e respiratórios. Segundo os últimos dados do Boletim Infogripe da Fiocruz, o Brasil registrou aumento de 40% nos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) nas últimas quatro semanas, em comparação com o período anterior.

De acordo com o Infogripe, as regiões Sul e Sudeste concentram a maior parte desses casos, com destaque para os estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. O vírus Influenza A (H3N2) tem sido o principal responsável pelos casos graves de gripe no Brasil neste período.

Para o médico e professor de Otorrinolaringologia do Centro Universitário São Camilo, Giuliano Bongiovanni, no inverno as pessoas ficam mais tempo em ambientes fechados que favorecem a propagação de vírus e bactérias, deixando as pessoas mais suscetíveis a contrair enfermidades como gripe, resfriado comum, rinites e dores de garganta.

DIFERENÇAS ENTRE GRIPES E RESFRIADOS

Embora os sintomas de gripe e resfriado possam ser semelhantes, como congestão nasal, espirros e febre, é importante entender que são condições distintas, com causas e características próprias.

Tanto a gripe quanto o resfriado são infecções respiratórias causadas por vírus. A gripe é causada principalmente pelos vírus da Influenza A e B, enquanto o resfriado é causado



por outros vírus respiratórios, como o vírus sincicial respiratório, o rinovírus e o vírus da parainfluenza. Outra diferença entre as duas enfermidades está na duração dos sintomas: os do resfriado duram de 5 a 7 dias, enquanto os da gripe de 7 a 10 dias.

"A gripe pode ser mais grave e levar a complicações, como pneumonia. Já o resfriado é uma doença mais leve e localizada, com febre baixa e sintomas mais brandos", esclarece o especialista.

Para diferenciar a gripe do resfriado, Bongiovanni recomenda a realização de testes rápidos de doenças respiratórias, que podem identificar o vírus influenza responsável pela gripe.

SINUSITE E RINITE

Rinite e sinusite são duas condições de saúde distintas, embora possam ocorrer simultaneamente. A rinite pode ser desencadeada por poeira ou outros elementos alérgenos causando sintomas como nariz entupido, coriza, espirros e coceira no nariz.

Já a sinusite é uma inflamação da mucosa dos seios da face, cavidades

ósseas ao redor do nariz, maçãs do rosto e olhos que pode ser causada por infecções causadas por vírus, bactérias ou fungos.

Segundo o professor, um resfriado ou uma gripe mal curada que com mais de 10 dias de sintomas pode evoluir para uma sinusite. "Pacientes que apresentam sintomas de congestão nasal, secreção e tem uma piora do quadro por mais de dez dias, ou aqueles que inicialmente melhoravam do resfriado e depois voltaram a piorar, podem estar desenvolvendo uma sinusite bacteriana," explicou.

No caso da rinite, o especialista indica o uso de antialérgicos ou lavagem nasal. Já para a sinusite, o tratamento envolve antibióticos, sempre com prescrição médica.

"Portanto, é importante ficar atento aos sintomas e procurar atendimento médico, especialmente quando os sintomas persistirem por mais tempo ou piorarem após uma melhora inicial. Dessa forma, é possível receber o tratamento adequado e evitar complicações", conclui o professor Bongiovanni.

Diabetes: Brasil tem mais de 16 milhões de pessoas com a doença: alimentação equilibrada é aliada no seu controle



De acordo com dados do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Diabetes, mais de 16 milhões de pessoas vivem com diabetes tipo 2, número que pode dobrar até 2040, se mantido o atual ritmo de crescimento. No mês de junho, o calendário reforça a conscientização sobre uma das doenças crônicas mais prevalentes no Dia Nacional do Diabetes, lembrado em 26 de junho.

O diabetes mellitus é uma condição metabólica caracterizada por níveis elevados de glicose no sangue (hiperglicemia). Existem dois tipos principais: o tipo 1, geralmente diagnosticado na infância ou adolescência, e o tipo 2, mais comum em adultos e associado a fatores como

alimentação inadequada, sedentarismo, obesidade e histórico familiar.

Segundo o endocrinologista Makxon Sousa, da Clínica Censo, os cuidados diários são fundamentais para prevenir complicações sérias da doença. “O controle adequado do diabetes é fundamental para evitar problemas nos olhos, rins, nervos, coração e vasos sanguíneos. Além disso, reduz significativamente o risco de infarto, AVC e outras intercorrências graves”, explicou.

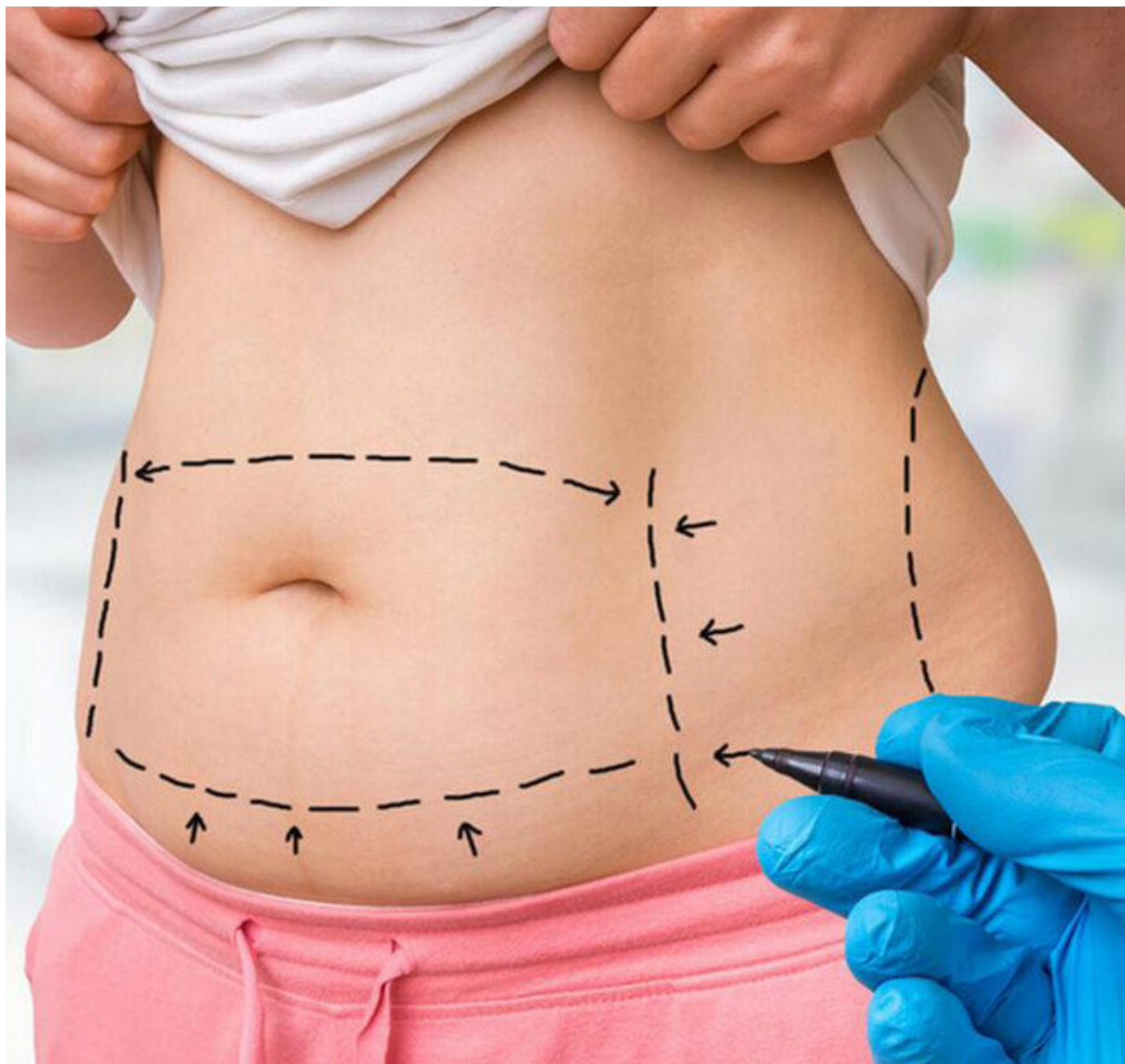
COMO PREVENIR

Para o especialista, o acompanhamento médico regular, o monitoramento da glicemia, o uso correto da medicação e uma alimentação equili-

brada são pilares no tratamento e na prevenção da doença. “É preciso reduzir ao máximo o consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares, gorduras saturadas e sódio. A base da alimentação deve ser composta por alimentos mais naturais, que forneçam fibras, vitaminas e minerais importantes para o controle da glicemia e do colesterol”, orientou o médico.

Ele destacou ainda que a alimentação saudável deve estar acompanhada de outros hábitos de vida. “Manter um peso adequado, praticar exercícios físicos regularmente, dormir bem, controlar o estresse, evitar o tabagismo e o consumo excessivo de álcool são atitudes fundamentais”, acrescentou.

Brasil lidera ranking mundial de cirurgias plásticas em 2024, revela relatório da ISAPS



O Brasil reafirmou sua posição de destaque no cenário mundial da cirurgia estética, liderando o ranking global de procedimentos cirúrgicos realizados em 2024. De acordo com o relatório anual da International Society of Aesthetic Plastic Surgery (ISAPS), o país registrou 2.354.513 cirurgias plásticas estéticas, consoli-

dando-se como o principal mercado nesse segmento, à frente de potências como Estados Unidos, Japão e México.

Somando-se os procedimentos cirúrgicos e não cirúrgicos, o Brasil atingiu um total de 3.123.758 intervenções estéticas, reafirmando sua relevância tanto na adoção de técni-

cas tradicionais quanto na crescente adesão a métodos minimamente invasivos.

AS CIRURGIAS MAIS REALIZADAS NO BRASIL

Os dados evidenciam uma clara preferência dos brasileiros por inter-



BRAZIL

TOTAL NUMBER OF
PROCEDURES
3,123,758

TOTAL SURGICAL PROCEDURES 2,354,513

FACE & HEAD		BODY & EXTREMITIES	
Brow Lift	74,716	Abdominoplasty	192,961
Buccal Fat Removal	12,344	Brachioplasty	28,587
Dimple Creation	3,249	Buttock Augmentation	168,272
Ear Surgery	39,632	Buttock Lift	12,344
Eyelid Surgery	231,293	Hand Rejuvenation with Fat Grafting	6,497
Face Lift	121,494	Labioplasty	29,237
Facial Bone Contouring	30,141	Liposuction	280,766
Fat Grafting - Face	112,398	Lower Body Lift	125,442
Lip Enhancement/Perioral Procedure	94,207	Other Outer Genital Surgery	7,796
Neck Lift	98,754	Scar Revision	74,716
Rhinoplasty	102,653	Surgical Vaginal Rejuvenation	8,440
TOTAL FACE & HEAD	910,879	Thigh Lift	14,943
		Upper Body Lift	11,045
		TOTAL BODY & EXTREMITIES	862,152
BREAST		MOST COMMON PROCEDURES	
Breast Augmentation	232,593		
Breast Implant Removal	42,231		
Breast Lift	137,736		
Breast Reduction	115,447		
Gynecomastia	44,180		
Inverted Nipple Correction	9,096		
TOTAL BREAST	581,482		

TOTAL NON-SURGICAL PROCEDURES 769,245

INJECTABLES		FACIAL REJUVENATION	
Botulinum Toxin	351,488	Chemical Peel	22,090
Calcium Hydroxylapatite	28,587	Full Field Ablative	54,575
Hyaluronic Acid	176,069	Non-Surgical Skin Tightening	60,422
Poly-L-Lactic Acid	28,587	TOTAL FACIAL REJUVENATION	137,087
TOTAL INJECTABLES	584,730		
OTHER		MOST COMMON PROCEDURES	
Hair Removal	29,237		
Non-Surgical Fat Reduction	7,796		
Tattoo Removal	10,395		
TOTAL OTHER	47,428		



Please credit the International Society of Aesthetic Plastic Surgery when citing statistical data.

Contact ISAPS: +44 20 7038 7812 | media@isaps.org | www.isaps.org

16

venções corporais. As cinco cirurgias mais populares foram:

Lipoaspiração – 289.766 procedimentos (12,3% do total nacional), refletindo a busca por contornos corporais mais definidos.

Próteses de mama (aumento) – 232.593 (9,9%), mantendo-se entre os procedimentos estéticos mais procurados por mulheres.

Cirurgia das pálpebras (blefaroplastia) – 231.293 (9,8%), indicando forte demanda por rejuvenescimento facial.

Abdominoplastia – 192.961 (8,2%), comum após gestações ou grandes perdas de peso.

Aumento de glúteos – 168.272 (7,1%), confirmando a valorização de curvas e volumes corporais na estética brasileira.

Outros procedimentos de destaque

incluem a redução mamária, a rinoplastia (cirurgia do nariz) e o lifting facial.

PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS EM EXPANSÃO

Além das cirurgias, o Brasil também se mostra expressivo no número de procedimentos não invasivos, com 769.245 registros em 2024, o que representa aproximadamente 25% do total de intervenções no país. A toxina botulínica lidera com folga: foram 351.488 aplicações, o que corresponde a 45,7% dos procedimentos não cirúrgicos realizados no país.

Esse avanço aponta para uma tendência mundial de busca por soluções estéticas com menor tempo de recuperação, menor custo e menos riscos.

PANORAMA GLOBAL E PERFIL DOS PACIENTES

Globalmente, foram realizados mais de 37 milhões de procedimentos estéticos em 2024, com uma leve queda de 4,8% em relação ao ano ante-

rior. Ainda assim, o Brasil segue como protagonista, não apenas pela quantidade absoluta de cirurgias, mas também pela diversidade dos procedimentos oferecidos e pela capacitação técnica de seus profissionais.

O relatório da ISAPS reforça que cerca de 80% dos cirurgiões plásticos no mundo atuam majoritariamente com estética — e no Brasil, essa proporção é ainda mais elevada. O país é reconhecido internacionalmente tanto pelo nível de excelência de seus especialistas quanto pelo interesse crescente da população por intervenções que melhorem autoestima, aparência e qualidade de vida.

A pesquisa ISAPS 2024 foi elaborada com base em respostas de 2.975 cirurgiões plásticos certificados em mais de 100 países. A análise estatística foi conduzida pela empresa independente Industry Insights, e os dados representam estimativas ajustadas segundo a densidade populacional e o número de profissionais atuantes em cada país.





30 VEZES TOP OF MIND.

Uma vida inteira na sua lembrança.

Sempre que alguém pensa em saúde, a Unimed-BH é a marca mais lembrada. Mais uma vez conquistamos a Excelência na categoria Planos de Saúde, um reconhecimento que reafirma nossas escolhas e nos mantém firmes no compromisso de garantir a melhor qualidade assistencial, estrutura e tecnologia para nossos clientes. É assim desde sempre e é assim que queremos ser lembrados: como uma cooperativa em constante evolução, movida pelo cuidado e unida pela vida.

Unimed
Belo Horizonte

a
vida
nos
une.



Riga – Letônia: turismo de massa X experiência de qualidade

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br



Os atuais protestos nos principais destinos mundiais contra o turismo de massa levantam polêmicas.

No mundo interligado pela tecnologia, o turismo se destaca como gerador de empregos, renda e alavanca- dor do Produto Interno Bruto (PIB). Porém, o cenário atual da economia globalizada fortalece também o cha- mado turismo de massa, que passa a interferir nas culturas locais, aumen- ta o custo de vida dos centros urba- nos culminando na expulsão seletiva dos moradores locais e alterando

negativamente a dinâmica individual e coletiva das cidades. O resultado é a revelação do lado vilão deste setor, até então considerado herói provedor de prosperidade e riqueza.

Não cabe aqui analisar e criar pro- postas de equilíbrio entre crescimen- to econômico e qualidade de vida dos moradores dos destinos turísticos. Isto é tema de natureza sociológica, afeto a gestões a serem conduzidas pelas comunidades locais.

O foco desta página é despertar

no viajante costumeiro o interes- se por destinos turísticos que pro- movam uma experiência agradável, inesquecível e, principalmente, sem o estresse das multidões do turismo de massa.

Os países bálticos – Estônia, Letô- nia e Lituânia - três nações localiza- das no nordeste extremo da Europa, no Golfo da Finlândia – ainda reúnem essas qualidades.

A Letônia, com aproximadamente 2 milhões de habitantes, fica entre a Estô-



nia, ao Norte e Lituânia, ao Sul. A Capital, Riga, rica em história, cultura, arquitetura e parques naturais, abriga um povo orgulhoso em preservar sua cultura.

BREVE PASSAGEM HISTÓRICA

As origens da ocupação de Riga remontam aos Livônios, antiga tribo dos povos Fínicos, grupos étnicos das línguas fino-bálticas, faladas na Finlândia e Estônia.

Historiadores registram o século XII como fundação da cidade, com a

chegada dos cruzados cristãos e mercadores germânicos, que criaram ali um entreposto de comércio com os povos bálticos.

Riga passou pela sua história pelo comando dos cristãos da Ordem dos Irmãos Livônios da Espada, do Sacro Império Romano-Germânico, serviu como portão de entrada de comércio para o Império Russo e se tornou membro da Liga Hanseática, poderosa federação de comércio que dominou praticamente toda a região dos bálticos entre os séculos XII e XVII.

No século XVIII, foi anexada à Rússia Imperial. Após mais de 700 anos sob governos alemães, suecos e russos, a Letônia, tendo Riga como sua capital, declarou-se independente em 1918.

A independência teve vida curta. Na Segunda Guerra Mundial, a União Soviética anexou a Letônia, mas foi ocupada pela Alemanha nazista entre 1941 e 1944. Com a derrota do nazismo, a União Soviética assumiu o controle do país. Com o declínio da URSS, a nação declarou sua independência completa em 1991, quando se abriu definitivamente para o turismo.

PASSEANDO PELA CIDADE

O Centro Histórico de Riga é um museu vivo mesclado de arquitetura medieval, renascentista e prédios que lembram a Paris dos séculos XVIII e XIX.

Um trecho remanescente da muralha defensiva da Idade Média, o Castelo do século XV, a residência oficial do presidente da Letônia, o Portão Sueco do século XVII, (o único que ainda resta), a Igreja de São Jorge, do início do século XIII, construída com dolomita branca, a Catedral de São Tiago, em estilo gótico, que fica ao lado do Saeima, o parlamento letão, são surpresas agradáveis numa caminhada descompromissada.

O Centro Histórico oferece também cafeterias ao ar livre, animação noturna e gastronomia típica, como o karbonāde, tradicional costeletas de porco à milanesa.

Outra lembrança inesquecível de Riga são as joias em âmbar, uma resina fóssil originária dos pinheiros em tons vermelho/laranja, muito valorizadas.

Para o viajante costumeiro, que não quer perder o encanto de viajar e, ao mesmo tempo, busca evitar o desconforto do turismo de massa, Riga, é altamente recomendável.



ESG nos pequenos negócios: uma realidade que o Sebrae Minas ajuda a construir

Marcelo de Souza e Silva

Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas

Pesquisa revela que as práticas de ESG fazem parte do cotidiano dos pequenos negócios mineiros

Muito se fala, hoje, sobre ESG — a sigla que reúne os pilares Ambiental, Social e de Governança. E é comum imaginar que esse compromisso com a sustentabilidade seja uma agenda restrita a grandes corporações, com departamentos robustos e investimentos vultosos. No entanto, a realidade dos pequenos negócios de Minas Gerais mostra outra verdade: ESG já faz parte do cotidiano de muitos empreendedores, ainda que nem todos conheçam a sigla.

É isso mesmo. Pesquisa recente realizada pelo Sebrae Minas revelou que 55% dos pequenos negócios mineiros ainda não ouviram falar em ESG. Mas, quando olhamos para a prática, vemos que mais de 70% desses empresários já adotam ações voltadas ao bem-estar dos seus colaboradores, mais de 60% realizam coleta seletiva e 80% mantêm relações formais com seus parceiros e prestadores de serviço. Ou seja, os princípios de ESG estão vivos, presentes, e muitas vezes enraizados na cultura dos pequenos negócios — mesmo que de forma intuitiva.

Isso revela algo importante: a sustentabilidade não é uma tendência imposta de cima para baixo. Ela brota do dia a dia de quem empreende com responsabilidade, com compromisso com sua comunidade, e com respeito ao seu entorno. E é exatamente esse tipo de empreendedor que o Sebrae Minas apoia e fortalece.

Nosso papel é transformar essa prá-



tica espontânea em estratégia consciente. Por meio de ações de capacitação, como a coleção de vídeos e conteúdos sobre ESG na nossa plataforma Sebrae Play, ou por meio de consultorias técnicas oferecidas pelo Sebraetec, trabalhamos para ampliar o conhecimento e a maturidade dos pequenos negócios na adoção de práticas sustentáveis, éticas e socialmente responsáveis.

Não se trata apenas de ajudar as empresas a se adaptarem às exigências de mercado. Trata-se de preparar os pequenos negócios para o futuro. Um futuro em que consumidores, investidores e a sociedade como um todo es-

tarão cada vez mais atentos ao impacto que as empresas geram no mundo.

Minas Gerais tem uma vocação empreendedora pulsante, diversa e resiliente. É nosso compromisso assegurar que esses negócios prosperem não apenas financeiramente, mas como agentes de transformação social e ambiental. O Sebrae Minas está, e estará sempre ao lado desses empreendedores, guiando essa jornada de crescimento, obedecendo ao nosso propósito de apoiar o empreendedorismo para transformar vidas, pois apoiar o pequeno negócio é acreditar no desenvolvimento sustentável de Minas Gerais.



A beleza que os olhos não veem – e a nova arquitetura dos escritórios em Belo Horizonte – Minas Gerais

Clarice de Abreu
Arquiteta e Urbanista

Desde a Grécia Antiga, quando surgiram os Jogos Olímpicos em 776 a.C., a beleza era compreendida de forma ampla: não se limitava à estética dos corpos, proporções ou harmonia. Ela também se expressava na disciplina, na ética, na persistência e na força interior. Os atletas simbolizavam essa beleza profunda, que unia aparência, caráter e honra. Beleza, naquele tempo — e ainda hoje — também significava integridade: a coerência entre o que se vê e o que se sustenta nos bastidores.

Essa reflexão atravessa os séculos e se conecta diretamente com um debate atual no universo da arquitetura corporativa: o que faz um espaço ser verdadeiramente belo? Será apenas o design arrojado, as linhas elegantes e os materiais sofisticados? Ou será também — e principalmente — aquilo que não se vê, mas se sente?

Belo Horizonte, cidade que respira arquitetura autoral, criativa e plural, vive um momento de transformação. A retomada dos espaços de trabalho impulsionou uma revisão do papel dos escritórios. Eles deixaram de ser ambientes apenas funcionais para se tornarem espaços de cultura, conexão, bem-estar e troca entre as pessoas.

Nesse cenário, destaca-se um conceito essencial: a neuroarquitetura. Ela parte do princípio de que os ambientes impactam diretamente o funcionamento do cérebro humano, influenciando emoções e comportamentos. Um escritório, portanto, não é apenas um local físico — é um organismo vivo que interfere na produtividade, na criatividade, na saúde mental e na qualidade de vida.

Assim como a beleza, na Grécia Antiga, transcendia o físico, os projetos corporativos contemporâneos também precisam

ir além da estética aparente. A verdadeira beleza está nas escolhas conscientes, na ética, na responsabilidade social e ambiental e, acima de tudo, no cuidado com as pessoas.

Entre os fatores invisíveis que fazem toda a diferença em um escritório está a preocupação genuína com a saúde mental dos colaboradores, refletida em soluções de iluminação adequada, conforto térmico e acústico, presença de elementos naturais (biofilia) e mobiliário ergonômico. Tudo isso contribui diretamente para o bem-estar e, consequentemente, para a produtividade e a qualidade do trabalho.

Outro aspecto importante é a criação de espaços que promovem pertencimento, diversidade e inclusão. Escritórios devem ser ambientes acolhedores, onde todos se sintam representados e respeitados. Essa preocupação se estende também à cadeia produtiva: pensar na responsabilidade social do projeto significa olhar para quem fabrica, quem executa e quem compõe cada etapa do processo. Quando colaboradores, fornecedores e clientes se sentem envolvidos de forma ética, surge um senso real de propósito e conexão.

A procedência dos materiais utilizados também revela muito sobre essa beleza invisível. Optar por insumos sustentáveis, com impacto ambiental reduzido e produção consciente, reforça o compromisso com um futuro mais equilibrado. E, por fim, há a importância de criar ambientes que estimulem não apenas o desempenho, mas também a criatividade, o equilíbrio emocional e a colaboração genuína.

Em Belo Horizonte, essas transformações já são realidade. Projetos arquitetônicos contemporâneos incorporam tendências

como a aplicação da neuroarquitetura — com soluções que reduzem o estresse, aumentam o foco e promovem o bem-estar a partir da química cerebral. A biofilia é cada vez mais presente, trazendo a natureza para dentro dos espaços, com materiais naturais, ventilação cruzada, luz natural e texturas orgânicas. Os escritórios também se tornam híbridos e multifuncionais, adaptáveis a diferentes momentos do trabalho, desde reuniões até momentos de introspecção ou descontração.

A estética se torna um reflexo do propósito. Cada detalhe, desde o piso até o mobiliário, carrega a intenção de promover um ambiente mais humano e significativo. Há ainda uma valorização crescente da cultura material local: fornecedores e profissionais de BH ganham protagonismo, fortalecendo a economia da cidade e reduzindo impactos ambientais com escolhas conscientes.

A verdadeira beleza, portanto, é coerência. O escritório corporativo do presente — e do futuro — é aquele que expressa a beleza que os olhos veem nas linhas, nas cores, nas formas, mas também a beleza que o coração reconhece: a da integridade, da responsabilidade, do cuidado e da ética.

Assim como nas Olimpíadas da Grécia, em que a beleza estava no equilíbrio entre corpo, mente e espírito, a arquitetura corporativa em Belo Horizonte caminha na mesma direção. Um espaço não é belo apenas pelo que aparenta ser, mas por aquilo que representa, constrói e transforma na vida das pessoas e no mundo.

Projetar escritórios, hoje, é mais do que desenhar ambientes: é desenhar experiências, relações e futuros mais sustentáveis, humanos e belos.

IOF - As incertezas que atrasam o progresso e a ordem das coisas na economia brasileira

Calil Gedeon

CFO e Diretor Jurídico da Monkey, maior marketplace de soluções financeiras da América Latina. Com formação em Direito e Administração pela FGV e passagem pela New York University em Nova York

No mundo dos negócios e da economia, a única certeza que os agentes precisam para avançar é saber quais serão as regras do jogo. Não precisam ser regras perfeitas, desde que sejam claras, estáveis e aplicáveis de forma coerente. Quando isso não acontece — como tem ocorrido com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) —, a consequência é paralisia. E, mais cedo ou mais tarde, a fatura da indefinição chega cara para todos.

Desde que o governo decidiu elevar o IOF sobre operações de crédito, em maio, para gerar uma receita extra estimada em R\$ 60 bilhões até 2026, o mercado passou a operar em estado de alerta. A medida foi recebida com forte resistência por parte de instituições financeiras, cooperativas de crédito e empresários, que apontaram falhas técnicas no decreto, ausência de diálogo prévio e insegurança jurídica. O Congresso ensaiou uma reação, ameaçando derrubar a medida. Em resposta, o governo recuou e passou a reformular o plano.

O problema é que, nesse intervalo, contratos ficaram em compasso de espera, operações foram suspensas, e a confiança no ambiente regulatório brasileiro sofreu mais um abalo. A tentativa de improvisar soluções fiscais urgentes acabou travando setores inteiros — e a promessa de arrecadação extra encolheu para apenas R\$ 18 bilhões. Ou seja: criou-se um problema político e econômico para resolver uma necessidade fiscal, sem garantir a solução de nenhum deles.

Para contornar o impasse, o governo publicou, no dia 11 de junho, uma nova medida provisória que eleva impostos em outras frentes. A MP, que já entrou em vigor, afeta empresas de apostas esportivas, instituições financeiras, investidores e até quem aplica em títulos antes isentos de Imposto de Renda. Entre os principais pontos:



- *Apostas esportivas: a alíquota subiu de 12% para 18% sobre o rendimento das bets.*
- *Instituições financeiras: o piso da CSLL foi elevado de 9% para 15%, atingindo inclusive pequenas fintechs.*
- *Títulos antes isentos de IR: passaram a ter alíquota de 5% sobre novas emissões de LCI, LCA, CRI, CRA e debêntures incentivadas, a partir de 2026.*
- *Operações de risco sacado: o IOF, que antes não incidia sobre essas operações, foi reduzido de 0,38% + 0,0082% ao dia, no anúncio inicial do governo, para 0,0082% ao dia, limitado a 365 dias.*
- *Juros sobre Capital Próprio (JCP): o IR sobre a distribuição subiu de 15% para 20%.*
- *Unificação do IR sobre investimentos: a nova alíquota é de 17,5%, independentemente do prazo ou tipo de aplicação.*
- *Criptoativos: rendimentos de criptomoedas e ativos digitais passam a ser tributados em 17,5%.*

Segundo estimativas da Warren Investimentos, a MP pode gerar R\$ 44 bilhões em receitas adicionais à União em 2026. No entanto, ainda será preciso aprová-

-la no Congresso. E, como afirmou o presidente da Câmara, Hugo Motta, não há compromisso firmado para isso.

Enquanto isso, os efeitos da instabilidade se acumulam. A cada nova mudança de rota ou tentativa de improviso, a percepção de risco sobre o Brasil aumenta. Investidores exigem prêmios maiores, empresas adiam planos, e a atividade econômica desacelera.

Ao invés de medidas estruturais, o país parece preferir soluções paliativas, como o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu ao dizer que a nova MP “atinge moradores de cobertura” — uma forma de dizer que afeta os mais ricos, o que ignora os efeitos de segunda ordem de repasse do custo do imposto nos preços ao consumidor final e não resolve o problema central: a imprevisibilidade que assombra o ambiente de negócios e impede o progresso sustentável.

Incerteza custa caro. Desacelera a economia, enfraquece a arrecadação, e obriga o governo a recorrer a novas compensações que, muitas vezes, criam mais distorções do que soluções. O que falta não é criatividade fiscal, mas planejamento, previsibilidade e compromisso com a estabilidade. Só assim será possível construir um caminho duradouro para o crescimento e o equilíbrio das contas públicas.



O descalabro nos Poderes pode conduzir a uma fratura nesta precária Democracia?

Jayme Vita Roso

Advogado e Ambientalista



Este tema que coloca em relevo o título que me conduz a uma verdadeira angústia da liberdade, que foi abordado por Vaclav Havel no livro publicado em 1994 na França (Éditions de L'laube p.248).

Esse político tchecoslovaco enfrentou regime comunista até o final, em prisão política. Depois, levado a presidência da república por 2 vezes, e foi homenageado em diversos países entre 1965 a 1992. Ele, que tomei conhecimento quando participei, como convidado da Unesco em Dobris (21/6/91) (nota 1), onde fez uma conferência sobre o meio ambiente já em perigo, já em crise e já resultante da má formação de pessoas que decidiram utilizá-lo sem pensar no dia de amanhã.

Este escrito se reporta ao artigo publicado na Revista MercadoComum nº 197, ano XVI p.82 (maio 2009). É lamentável que este retrospecto, tingindo-o de cores escuras, pois lamentável mesmo, eu sempre procurei aquilo que Corrado Guzzanti escreveu ("A resposta é dentro de você. Mas infelizmente é equivocada"). Os três poderes hoje, depois de tanto esforço, este ambientalista na cidade de São Paulo o conduziram a esta triste conclusão que vou debulhar a seguir.

Embora também possa fixar idêntico subsídio para os deputados federais e os senadores, com algumas peculiaridades que a Carta Magna dispõe, a prática tem mostrado que as suas atividades estão longe de atender aos verdadeiros interesses e aos re-

clamos prementes e dramáticos da nação. Uma das suas funções também é autorizar o presidente da República a declarar guerra. Mas, episódios recentes mostram que as duas Casas se voltam contra a mídia, pela imagem negativa gerada após escândalos, envolvendo comportamentos, atos e procedimentos que ferem as boas normas da moralidade pública de vários de seus membros.

Os recursos financeiros que o Poder Legislativo recebe são desperdiçados de forma aviltante para o país com desigualdades regionais e sociais tão disparatadas.

Perguntava-me um amigo, residente na Inglaterra, dias atrás, como a sociedade brasileira encara alguns fatos



que seriam inaceitáveis no seu país, porque feriam o senso comum da cidadania.

Enumerou-me ele alguns, que são correntes no Congresso Nacional: elevado número de funcionários; ascensoristas que recebem salários quatro ou cinco vezes maiores que médicos contratados pelo serviço público em estados importantes como São Paulo; número exageradíssimo de assessores de gabinete; carros oficiais às pencas para utilização descontrolada pelos congressistas; serviços médicos e de assistência completa na saúde totalmente remunerados pelo país e, por fim, ainda uso de celular de forma irresponsável.

Questionou-me, espantado, meu amigo inglês, por que Heráclito Fortes se interessou pelo vazamento do sigilo telefônico do seu colega, embora antagonista político, não pelo fato de ele ter emprestado o telefone para a filha e ela utilizá-lo à conta do Senado. Terrível. Pior ainda, disse-me ele, que o corredor-geral do Senado, Romeu

Tuma (PTB-SP) esclareceu à imprensa que o fato foge da sua alçada. Não se tratava de matéria de competência da atividade por ele presidida, emendou o ex-delegado aposentado.

Tantos questionamentos deixaram-me apavorado. Comecei a refletir muito sobre o destino da Democracia neste país. Mais do que nunca ela está periclitante, quando chegamos ao desvario de a Câmara começar a se reunir e discutir o papel da imprensa que, segundo até o disse o deputado Silvio Costa (PMN-PE) tem “uma relação sadomasoquista” pois “a imprensa bate e o Parlamento ele fica parado”.

A verdade nua e crua, sem retoques ou maquiagem, é a seguinte: os partidos, todos os partidos, todos os deputados, todos os senadores não querem tirar, diminuir, reduzir ou afastar privilégios absurdos que usufruem, quando o país está com as suas finanças comprometidíssimas pelo alto endividamento interno. Ainda agora, com a crise, afetando

todos os fatores produtivos, com o desemprego em taxas elevadíssimas e com a impontualidade atingindo valores altos, neste dia em que é escrita esta crônica, as principais atividades comerciais, industriais e bancárias, como é amoral o procedimento dos congressistas.

E agora, José?

Muito pior, pois autoflagelação institucional dos Poderes com interferência, com o devido respeito, exagerada do Poder Judiciário, na vida das pessoas em geral das atividades e, também, em tudo quanto se refere no dia a dia do país. O filósofo Seneca disse: “a vida é como uma comédia: não importa o quanto seja longa, mas como é contada”. Essa é a nossa vida onde as perspectivas são nulas, a esperança, uma desesperança pois a fé, a alegria e o otimismo – mas não a estupidez de fechar os olhos à realidade” (Josemaria Escrivá).

Cidade Tcheca localizada na região da Boemia Central.



QuintoCred: encerramento pelo QuintoAndar expõe milhares de locadores a risco de prejuízos

Kênio de Souza Pereira

*Diretor Regional em MG da ABAMI - Associação Brasileira dos Advogados do Mercado Imobiliário -
Conselheiro do Secovi-MG e da Câmara do Mercado Imobiliário de MG
kenio@keniopereiraadvogados.com.br*



A decisão do Quinto Andar de extinguir o serviço QuintoCred, uma espécie de garantia locatícia utilizada por cerca de 3.000 imobiliárias parceiras surpreendeu o mercado. A empresa informou que 45.000 contratos de locação ficarão, a partir de 02 de agosto de 2025, desprovidos de uma garantia, expondo seus proprietários a maior risco de inadimplência.

A extinção da QuintoCred evidencia o insucesso da plataforma em transferir a operação a seguradoras tradicionais ou startups do setor, como Loft, CredPago, Creditas, CredAluga e ImovPago. Essas empresas – que não têm lastro patrimonial como as Cias Seguradoras – rejeitaram a aquisição do serviço por estarem cientes do elevado risco de inadimplência, pois a QuintoCred aprovou inquilinos com cadastro precário que não seriam aceitos por cias seguradoras sérias. A ausência de lastro patrimonial e de regulação das chamadas “Garantidoras” as torna altamente vulneráveis, o que contribuiu para a inviabilidade da continuidade do serviço.

GARANTIDORAS SÃO EMPRESA DE ALTO RISCO

As empresas Garantidoras que atuam no mercado, perceberam que o foco das 3000 imobiliárias parceiras e da QuintoCred era obter novos inquilinos para lucrarem com comissões e prêmios de produção. Assim, comercializaram fianças com taxas abaixo do mercado, priorizando a captação de inquilinos e o recebimento de comissões em detrimento da segurança dos locadores que não sabem o teor do contrato que lhes coloca em risco.

Esse modelo revelou-se insustentável, como noticiado no jornal Valor Econômico (04/06/2025): “trata-se de um faturamento expressivo, mas construído em base questionável, com aprovações de clientes questionáveis e taxas flexíveis demais.”, destacando que “outro risco da aquisição seria de reputação, ao se associar a um produto deixado de lado pelo seu administrador original”

LOCADOR DEVE VERIFICAR CADASTRO DO INQUILINO

Com o encerramento definitivo do QuintoCred previsto para 2 de agosto de 2025, é essencial que os locadores redobrem a atenção. Muitos podem ser levados a aceitar qualquer substituição da garantia antiga apenas para evitar conflitos com a imobiliária, mas essa postura tende a agravar os riscos. É fundamental exigir cópia do cadastro do inquilino e dos instrumentos contratuais celebrados, como forma de mitigar prejuízos, especialmente os decorrentes da entrega do imóvel em mau estado.

Caso se constate que a locação foi realizada sem a devida cautela — conduta que não se espera de um mandatário responsável —, a imobiliária poderá ser responsabilizada com base nos artigos 186 e 927 do Código Civil, em caso de inadimplemento por parte do inquilino não respaldado por garantia eficaz.

Garantidoras não têm lastro e podem desaparecer sem quitar dívidas

A maioria das imobiliárias que honram o compromisso de proteger seus locadores não aceita fianças compradas. Márcio Pereira, Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis BH/MG, esclarece que “nunca aceitou Garantidoras, pois não têm patrimônio, elas vendem ilusão e se utilizam de holdings para impedir que seus credores executem judicialmente as dívidas”. E complementa que, “basta o locador verificar o CNPJ e o Contrato Social para ver que as Garantidoras têm capital social irrisório, impossível de garantir milhares de locações, podendo essas empresas fecharem as portas de uma hora para outra, como estamos vendo com o QuintoCred”.

Ao contrário das seguradoras devidamente registradas na Susep, que exigem reservas técnicas compostas por 70% em caixa e 30% em bens imóveis, as garantidoras operam sem qualquer fiscalização ou regulação, trazendo insegurança diante a ausência de lastro financeiro e patrimonial.

DIFICULDADES EM CONVENCER INQUILINO A APRESENTAR NOVA GARANTIA

O momento mais adequado para o locador exigir garantias é antes da assinatura do contrato e da transferência da posse do imóvel ao locatário. As exigências habituais do mercado envolvem dois fiadores, ambos com renda acima de quatro vezes o aluguel e encargos, devendo pelo menos um deles ter imóvel quitado para garantir o pagamento da dívida. Alternativamente, pode-se optar pelo seguro fiança, que assegura o pagamento de 30 vezes o valor do aluguel.

A caução é rejeitada pelo mercado, pois é limitada a três meses de aluguel, ou seja, não garante praticamente nada, pois um processo de despejo por falta de pagamento facilmente resulta num prejuízo acima de 20 meses de aluguel.

Dessa forma, ao perder a frágil garantia do QuintoCred, deverá o locador

notificar o inquilino para que obtenha nova garantia idônea como fiadores ou Seguro Fiança. É importante destacar que, por serem mais rígidas, as seguradoras possuem critérios que reduzem substancialmente o risco para o proprietário e, por consequência, tem um custo maior do que àquele cobrado pelas Garantidoras, pois essas colocam cláusulas que permitem que se exonem facilmente.

A falsa segurança das garantidoras: proteção até a propositura da ação. É recorrente o relato de locadores que se veem desamparados ao ingressar com ação de despejo. As garantidoras, via de regra, notificam sua exoneração da obrigação de fiança assim que são informadas do ajuizamento da ação, mantendo cobertura apenas até esse momento. Em muitos casos, se o inquilino purga a mora nos autos, a ação é extinta, mas a garantia não é restabelecida, deixando o locador exposto até o encerramento da locação, sem qualquer proteção.

Isto é, a locação irá prosseguir, mas sem qualquer garantia, passando o locador a assumir o maior risco de prejuízos quando o inquilino desocupa o imóvel e deixa de fazer os reparos.

Nessas circunstâncias, o locador fica em situação crítica: sem nova garantia, sem fiadores disponíveis e com o inquilino inadimplente. É um ciclo de insegurança jurídica e patrimonial, especialmente porque o inquilino terá a negativa das Cias Seguradoras por ter o registro negativo de ter sido réu numa ação de cobrança cumulada com despejo.

GARANTIDORA SÓ LUCRA E LOCADOR TERÁ PREJUÍZO AO TER QUE DESPEJAR

O locador, ao perder a garantia – conforme autorizado no contrato de parceria da imobiliária que permite essa exoneração – a partir da propositura da ação de despejo por falta de pa-

gamento, fica surpreso ao saber que terá que arcar com as despesas de ação para retomar seu imóvel, se o inquilino não conseguir outra garantia.

Todavia, a imobiliária que lucra com essas parcerias ao ganhar comissões e prêmios facilitar a ocupação dos imóveis, se não alertou o locador sobre esses riscos, poderá ser responsabilizada juridicamente por omitir dados que poderia mudar a decisão do locador quanto a abrir mão de fiadores, do seguro fiança ou de outra garantia mais robusta.

QUINTOANDAR NEGA AO LOCADOR QUE GARANTE O ALUGUEL NOS PROCESSOS APESAR DA PROMESSA PUBLICITÁRIA

Em ações judiciais movidas por locadores inadimplidos, o QuintoAndar tem sustentado que não atua como garantidor, mas tão somente como intermediador. Essa posição contradiz o conteúdo publicitário difundido pela empresa. Além disso, os contratos da plataforma impõem cláusulas de arbitragem, o que dificulta o acesso do locador ao Judiciário e impede a transparência dos procedimentos.

A empresa alega que não há, em seus contratos, qualquer cláusula expressa que assegure o pagamento do aluguel ao locador — o que, na prática, utiliza para desobrigar a plataforma de responder pelas inadimplências, ainda que tenha feito promessas nesse sentido em sua comunicação comercial.

Para confirmar esta informação, basta ver o Reclame Aqui e as contestações dos processos judiciais, que não são mais numerosos por haver a imposição do uso das câmaras arbitrais que não são disponibilizados a todos. Importante destacar que o locador que exige que o QuintoAndar insira no contrato de prestação de serviços que a imobiliária garante o pagamento do aluguel é simplesmente rejeitado.



MayDay, MayDay, MayDay!

Entre o céu e a serra: memórias de um pouso impossível

Dr. Ricardo Guimarães

“Mayday” não é apenas uma palavra — é um portal para o abismo. Três sílabas que carregam o peso do universo quando pronunciadas por lábios quase sempre trêmulos sobre o rádio de uma cabine. Derivada do francês “m’aidez” — me ajude ou “aidez-moi” —, esta invocação atravessa línguas e fronteiras, transformando-se numa linguagem universal da certeza do acidente que, em aviação, é frequentemente fatal.

Para passageiros, acidentes aéreos habitam o reino das possibilidades remotas. Afinal, depois do elevador, o avião é o mais seguro meio de transporte. Para pilotos, são hipóteses realistas aguardando o momento de se materializar após cada decolagem. Vivemos numa dança perpétua com a força da gravidade, sabendo que ela, paciente e implacável, espera qualquer hesitação ou erro para nos devolver ao solo.

A Preparação do piloto

Cada piloto carrega consigo um arquivo mental de manobras em caso de emergências. Simulações que corremos mil vezes na mente: falha de motor, pouso forçado, perda de controles em tempestade, ou indisposição do próprio piloto. Ensaíamos estas manobras do caos até que se tornem coreografias automáticas, memorizando sequências que podem ser a diferença entre vida e morte.

Quando o momento chega — e ele sempre chega para alguns de nós —, o treinamento assume o comando. As mãos se movem independentemente do medo, seguindo protocolos gravados em nossa mente.

“Mayday, Mayday, Mayday” — a invocação sagrada que transforma uma cabine em sala de emergência

15 DE JUNHO DE 2001: MINHA DANÇA COM A GRAVIDADE

No mês de junho completaram-se exatos 24 anos desde que pronunciei essas palavras



pela segunda vez em minha vida. Era um dia que prometia ser perfeito — céu azul brasileiro estendendo-se infinito, minha família ao meu lado, uma jovem amiga americana da minha filha experimentando pela primeira vez a vista aérea do nosso litoral. Salvador nos aguardava, com uma parada planejada em Guarapari.

A ironia cruel do destino: aos 15 de junho, data que se tornaria um marco pessoal de sobrevivência, voávamos sobre a serra capixaba quando uma falha de motor interrompeu nosso voo. Em manobra de descida, com o aeroporto de Guarapari a 15 minutos e altura que nos permitiria chegar, mas o óleo do motor que havia explodido cobria cada vez mais a visibilidade do para-brisa, obrigando-me a uma manobra radical de pouso sobre uma área que eu havia previamente identificado. Sobre a serra — local geralmente acidentado e inóspito para aviões.

O pânico é uma emoção perigosa numa situação de emergência. Para pilotos e cirurgiões, é uma emoção mortal. Ele existe, mas precisa ser domesticado, transformado em energia útil. Após avisar aos meus passageiros — minha esposa, minha filha, sua amiga, que agiram com calma e confiança —, chamei a torre de Vitória ao rádio: “Mayday, Mayday, Mayday” — enquanto executava o protocolo de manobras

previstas, ajustando controles e buscando local para pouso.

O ASSENTO 11A E OS MILAGRES INEXPLICÁVEIS

Há momentos na aviação que desafiam lógica e estatística. Como o do passageiro no assento 11A que sobreviveu sozinho à tragédia aérea na Índia na semana passada. Estes eventos nos lembram que a morte, por mais meticulosa que seja, às vezes comete erros de cálculo.

A combinação impossível de sorte, treino e, talvez, alguma benevolência cósmica nos depositou na terra firme. A aeronave? Perda total. Enquanto nossas vidas, miraculosamente intactas.

A gravidade, naquele dia, perdeu uma batalha. Mas sabemos que ela é paciente, e que toda vitória sobre ela é temporária. Até lá, continuamos voando — literal e metaforicamente — carregando a memória daquele momento. Eu acho que nossas estradas cheias de buracos são perigosas; prefiro voar. Mas sou questionado por Ariano Suassuna, que dizia preferir os muitos pequenos buracos das estradas ao único e grande buraco dos aviões.

Sabe-se lá quem estará certo.



Casa Fiat de Cultura e Instituto Tomie Ohtake apresentam exposição inédita em Minas Gerais

Rachel Capucio

Advogada especialista em Cultura

“Em Cada Canto: Casa Fiat de Cultura e Instituto Tomie Ohtake visitam Coleção Vilma Eid” é o título da nova exposição que ocupa a Casa Fiat de Cultura, em Belo Horizonte, até 17 de agosto, com visitação presencial e virtual. A mostra traz, pela primeira vez a Minas Gerais, parte do acervo da colecionadora e galerista Vilma Eid, reunindo cerca de 300 obras de mais de 100 artistas brasileiros, entre populares, modernos e contemporâneos.

Construída ao longo de quatro décadas, a coleção Vilma Eid é reconhecida por seu caráter singular e por transitar entre diferentes tempos, linguagens e contextos da arte brasileira. Esculturas, pinturas, objetos e instalações compõem o percurso curatorial assinado por Ana Roman e Catalina Bergues, que propõem conexões entre as formas de representação e instigam o público a refletir sobre os próprios critérios que definem categorias e fronteiras no sistema da arte.

Além de celebrar a diversidade cultural do Brasil, a exposição amplia o debate sobre como a arte pode ser compreendida como campo aberto a intersecções e reinterpretações. Mais do que reunir obras consagradas e nomes conhecidos, “Em Cada Canto” valoriza o olhar plural sobre a produção artística brasileira, revelando novas formas de perceber o mundo.

A exposição poderá ser visitada presencialmente na sede da Casa Fiat de Cultura e também acessada de forma virtual, democratizando o acesso a esse importante recorte da arte nacional.



Serviço:

PEm Cada Canto: Casa Fiat de Cultura e Instituto Tomie Ohtake visitam Coleção Vilma Eid

A mostra vai até 17 de agosto de 2025

Casa Fiat de Cultura – Belo Horizonte

> Visitação presencial e virtual

O rock de Raul Seixas ainda ecoa pelo Brasil

Levantamento do Ecad aponta mais de 300 obras e 400 gravações cadastradas do artista

No dia 28 de junho, o cantor e compositor Raul Seixas completaria 80 anos. O artista deixou um legado de 324 obras musicais e 409 gravações cadastradas no banco de dados da gestão coletiva da música no Brasil. As obras musicais são as suas composições, com letra e/ou melodia e em parceria ou não. Já as gravações são registros de obras musicais disponibilizadas em forma digital (como no streaming) ou em suporte físico (como um DVD). Com isso, uma mesma obra musical pode ter diferentes gravações, como, por exemplo, a original, uma versão acústica ou um show gravado para um DVD.

A música “Cowboy fora-da-lei”, composta em parceria com Cláudio Roberto, lidera o ranking das mais executadas no último ano. Já o maior destaque entre as regravações é “Medo da chuva”, parceria com Paulo Coelho, que aparece com 72 fonogramas cadastrados.

No país, o Ecad é a instituição responsável por arrecadar e distribuir direitos autorais sempre que existe utilização pública de músicas em qualquer canal ou espaço: rádio, TV, cinema, estabelecimentos comerciais, plataformas digitais, casas de festas, shows e outros locais de frequência coletiva. Com isso, a instituição garante a remuneração a autores, intérpretes, músicos, editores e produtores fonográficos.



RANKING DAS MÚSICAS DE AUTORIA DE RAUL SEIXAS MAIS TOCADAS NO BRASIL NO ÚLTIMO ANO NOS PRINCIPAIS SEGMENTOS DE EXECUÇÃO PÚBLICA (RÁDIO, SHOWS, SONORIZAÇÃO AMBIENTAL, MÚSICA AO VIVO, CASAS DE FESTAS E DIVERSÃO, CARNAVAL E FESTA JUNINA)

Posição	Música	Autores
1	Cowboy fora-da-lei	Cláudio Roberto / Raul Seixas
2	Se ainda existe amor	Raul Seixas / Mauro Motta
3	Maluco beleza	Cláudio Roberto / Raul Seixas
4	Metamorfose ambulante	Raul Seixas
5	Gita	Raul Seixas / Paulo Coelho
6	Tente outra vez	Raul Seixas / Paulo Coelho / Marcelo Motta
7	Medo da chuva	Raul Seixas / Paulo Coelho
8	Ainda queima a esperança	Raul Seixas / Mauro Motta
9	O dia em que a Terra parou	Cláudio Roberto / Raul Seixas
10	Eu nasci há dez mil anos atrás	Raul Seixas / Paulo Coelho

TOP 5 DAS MÚSICAS DE AUTORIA DE RAUL SEIXAS MAIS GRAVADAS

Posição	Música	Autores
1	Medo da chuva	Raul Seixas / Paulo Coelho
2	Se ainda existe amor	Raul Seixas / Mauro Motta
3	Maluco beleza	Cláudio Roberto / Raul Seixas
4	Metamorfose ambulante	Raul Seixas
5	Gita	Raul Seixas / Paulo Coelho



Livro de Antonio Carlos Pipponzi resgata a história centenária da Droga Raia

Empresário conta em detalhes como um negócio familiar atravessou quatro gerações até se tornar a maior rede farmacêutica da América Latina



Lançamento da Citadel Grupo Editorial, o livro *Transitando entre gerações* – A história centenária de uma farmácia que se transformou na maior rede de farmácias do Brasil é o emocionante relato de Antonio Carlos Pipponzi sobre a construção de um dos maiores legados do varejo nacional.

Mais do que contar a trajetória da Droga Raia — hoje unida à Drogasil sob o guarda-chuva da RD Saúde, líder absoluta no setor — o livro revela os bastidores da consolidação de uma empresa familiar. Uma história que atravessa quatro gerações e 120 anos, preservando valores essenciais como o cuidado, a confiança e a visão de longo prazo.

A trajetória de sucesso da Droga Raia teve início em 1895, com a chegada ao Brasil de João Baptista Raia, um jovem imigrante italiano de apenas 16 anos. Seu nome original, Giovanni, foi abrigado por escrivães que não compreendiam sua língua. Encantado pela profissão de farmacêutico, fundou em 1905 sua primeira farmácia — com “ph”, como se escrevia na época — em Araraquara, no interior de São Paulo. Em 1918, com espírito visionário, registrou a própria marca, algo incomum até então.

Com o passar do tempo, a empresa cresceu e se reinventou, sempre sob a liderança da família. A segunda geração teve como figura central Arturo Pipponzi, marido de Ada, a filha

mais velha de João Baptista, que assumiu os negócios ainda jovem após a morte prematura do fundador. Mais tarde, vieram os filhos de Arturo: o autor, Antonio Carlos Pipponzi, além de Rosalia e Franco, representando a terceira geração. Já nos anos 2000, a quarta geração começou a atuar na empresa, inicialmente com Eugênio, filho de Rosalia.

Com uma escrita leve e repleta de detalhes, Antonio Carlos conduz os leitores por uma jornada marcada por relações familiares sólidas, inovações e decisões estratégicas que moldaram o destino da empresa. Ele compartilha os desafios enfrentados ao longo do caminho, como a instabilidade econômica do Brasil nas décadas de 1980 e 1990. A necessidade constante de acompanhar, e muitas vezes antecipar, as transformações tecnológicas e culturais do varejo, também ganha destaque.

Pipponzi revela os bastidores de decisões estratégicas e dilemas humanos que moldaram o destino da companhia. Há passagens que narram com franqueza os desafios superados, como a ausência de governança formal nas primeiras gerações, os dilemas na transição de liderança e os erros que quase colocaram em risco a continuidade do negócio.

No comando executivo por 35 anos e outros 13 como presidente do Conselho de Administração da RD Saúde, Pipponzi liderou momentos emblemáticos da história da rede, como a implantação pioneira da



automação comercial, o resgate de uma cultura empresarial do avô, a entrada da quarta geração da família, a abertura de capital em 2010 e, finalmente, o movimento ousado de fusão em 2011.

Hoje, a RD Saúde conta com 3.250 lojas espalhadas por todo o Brasil e mais de 64 mil colaboradores. A presença sólida no mercado a posiciona como a maior rede de farmácias da América Latina. Ao narrar essa traje-

tória com franqueza, generosidade e visão estratégica, Antonio Carlos oferece contribuições a empreendedores, sucessores de empresas familiares, líderes e todos que acreditam no poder do tempo, da cultura e das relações como base de um legado duradouro.

Transitando entre gerações se destaca como um manual prático e afetivo sobre sucessão familiar, cultura organizacional e liderança com propósito. Pipponzi propaga aprendizados sobre como empresas centenárias podem preservar sua essência e, ao mesmo tempo, preparar-se para o futuro. Um resgate preciso de como uma família de imigrantes conduziu um pequeno negócio do interior paulista até se tornar a maior rede farmacêutica da América Latina.

Ficha técnica

Título: *Transitando entre gerações – A história centenária de uma farmácia que se transformou na maior rede de farmácias do Brasil*

Editora: Citadel Grupo Editorial

Autoria: Antonio Carlos Pipponzi

ISBN: 978-65-5047-604-5

Páginas: 240

Preço: R\$ 69,90

Onde encontrar: Amazon e nas principais livrarias do país



Antonio Carlos Pipponzi é empresário, conselheiro da RD Saúde e fundador do Instituto ACP, dedicado desde 2019 ao fortalecimento institucional de organizações do Terceiro Setor. Atua como mentor na Endeavor e apoiador da formação de conselheiros e conselheiras pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e mantém seu escritório de portas abertas para compartilhar sua experiência e contribuir com líderes e organizações em busca de crescimento e impacto.

Transformar a vida das pessoas. Foi com esse conceito que o Citadel Grupo Editorial nasceu. Mudar, inovar e trazer mensagens que possam servir de inspiração para os leitores. A editora trabalha com escritores renomados como Napoleon Hill, Sharon Lechter, Clóvis de Barros Filho, entre outros. As obras propõem reflexões sobre atitudes que devem ser tomadas para quem quer ter uma vida bem-sucedida. Com essa ideia central, a Citadel busca aprimorar obras que tocam de alguma maneira o espírito do leitor.

ANUNCIE NA MELHOR

PUBLICAÇÃO NACIONAL
DE ECONOMIA, FINANÇAS
E NEGÓCIOS FEITA
EM MINAS GERAIS

35,2 MILHÕES

de visualizações durante
o ano de 2024 – de
acordo com o Google
Analytics Search.

Com 32 anos de tradição, a newsletter **MercadoComum** expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seleto público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das mídias e grandes empresas.

**Divulgue sua empresa
para quem decide
os negócios!**

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- **MC** promove, há 29 anos, o Prêmio Top of Mind, Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- **MC** realiza, há 28 anos, o Ranking de Empresas de Minas Gerais e promoveu em 2024 o 26º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.



Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.

Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar – CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG

Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474

MERCADO COMUM

HÁ 32 ANOS FORMANDO OPINIÕES!